



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 04/15

Data da Sessão: 26 de junho de 2015

Início da Sessão: 09.30 horas

Fim da Sessão: 19.15 horas

Composição da Mesa:

Presidente: Fernando Jorge dos Ramos -----

1º Secretário: Carlos Lucas Correia -----

2º Secretário: Olga Susana Miranda da Silva -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

----- Aos 26 dias do mês de junho do ano de 2015, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

1. Período de Antes da Ordem do Dia. -----
2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do artº 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 46-C/2013, de 01 de novembro e n.º 50-A/2013, de 11 de novembro.-----
3. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o ajustamento, redução do valor do Empréstimo de Reequilíbrio Financeiro. -----
4. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o ajustamento/atualização do PRF e quadros anexos do PAEL em consequência do ajustamento do valor do Empréstimo de Reequilíbrio Financeiro e da Execução Orçamental até 31.12.2014.-----
5. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas 2014. -----
6. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 1.ª Revisão do PDM de Montemor-o-Velho – Aprovação do Relatório de Ponderação da Discussão Pública e Aprovação da Proposta Final de Plano. -----
7. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Regulamento Municipal de Emergência Social.-----
8. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Regulamento do Mercado Municipal de Montemor-o-Velho – Planta do Mercado (anexo I).-----
9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Proposta de Declaração de Utilidade Pública – Pólo Logístico e Industrial de Arazedo - 1.ª fase (Parcelas 20, 21, 25, 47, 49, 124, 125 e 143).-----
10. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Proposta de Declaração de Utilidade Pública – Pólo Logístico e Industrial de Arazedo – 1.ª fase (lote 210).-----
11. Proposta de delimitação de ARU para Montemor-o-Velho:-----
 - a. Revogar, sob proposta do Executivo Municipal, a proposta de delimitação de ARU aprovada em Sessão da Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2015.-----
 - b. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a proposta de delimitação de ARU aprovada em reunião de Câmara de 15 de junho de 2015. -----
12. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a assunção de compromisso plurianual - Transportes Escolares - ano letivo de 2015/2016. -----
13. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a assunção de compromisso plurianual - Fornecimento e acompanhamento de refeições escolares aos alunos dos JI's e EB1's da rede pública do Município de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

Montemor-o-Velho e dinamização de atividades de animação e apoio à família aos alunos do JI's no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Educação Pré-escolar e Programa de Generalização do fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1º CEB - ano letivo de 2015/2016. -----

14. Tomadas de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal:-----

-----a. Proposta de Toponímia (Atas 81 e 83 da Comissão Municipal de Toponímia).-----

-----b. Declaração alínea a) do n.º 1, do artigo 15.º da Lei n.º 08/2012. -----

-----c. Declaração alínea b) do n.º 1, do artigo 15.º da Lei n.º 08/2012.-----

-----d. Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para compromissos plurianuais - listagem de compromissos plurianuais assumidos. -----

Procedeu-se à verificação da existência de quórum, registando-se as seguintes presenças:-----

Mesa: Fernando Jorge dos Ramos, Carlos Lucas Correia e Olga Susana Miranda da Silva. -----

Membros: Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge, Ana Cristina da Silva Jorge, Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites, Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço, Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano, Fernando Pereira Nunes Curto, Fernando Manuel Dias Monteiro, Carolina Ferreira Aires, Jorge André da Silva Santana, José de Oliveira de Sousa, Sara Cristina Cruz Gomes, Rui Manuel Salgado Canha Limeiro, em substituição de Luís Manuel Barbosa Marques Leal, Luís Filipe Azenha Madaleno, em substituição de Luís Pedro Simões Ribeiro, Joaquim António Graça Raínho, em substituição de Nuno Miguel Figueiredo Cardoso, Carlos Alberto Costa Gomes, em substituição de Adelaide Maria Simões Medina, Susana Paula Malva Branco, em substituição de Edmea Tereza Reis Silva, Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo, em substituição de Maria João Batista Sobreiro.-----

Presidentes de Junta: Arazede, Carapinheira, Liceia, Meãs, Pereira, Santo Varão, Tentúgal, União das Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca e União das Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões, Secretário da JF da Ereira e Secretária da JF Seixo de Gatões.-----

Executivo: Emílio Augusto Ferreira Torrão, Abel da Silva de Oliveira Girão, José Jacírio Teixeira Veríssimo, Aurélio Manuel Mendes Soveral da Rocha e Jorge Luís Forte Camarneiro. -----

-----Ausências justificadas e com substituições, anteriormente referidas – Luís Manuel Barbosa Marques Leal, Luís Pedro Simões Ribeiro, Nuno Miguel Figueiredo Cardoso, Adelaide Maria Simões Medina, Edmea Tereza Reis Silva, Maria João Batista Sobreiro, PJF Ereira e PJF do Seixo. -----

-----Ausências justificadas e sem substituições – Francisco Faria de Paiva Batista. -----

-----Seguidamente passou-se à ordem de trabalhos.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

----- **Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia** – O PMAM, Fernando Ramos, deu início à reunião quando eram 09h45m. Saudou os presentes e disse que: “A nossa reunião da Assembleia Municipal começa hoje de forma diferente. Diferente porquê? Porque, face ao pedido de renúncia de mandato do ex-deputado municipal Vítor Manuel Monteiro Travassos, vamos dar posse hoje, ao seu substituto o Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano, como membro de pleno direito desta AM.-----

----- De seguida deu posse ao membro Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano e disse que: “Eu permito-me hoje nele, saudar não só aqueles que vêm fazendo substituições mas sobretudo aqueles que hoje estão pela primeira vez nesta Assembleia Municipal e, nessa perspetiva, dizer-lhes que estas reuniões de Assembleia Municipal são efetivamente o corolário de muito do que é as decisões da Câmara mas também, efetivamente, daquilo que julgamos ser e cremos ser, na perspetiva de cada um, o melhor para o Município e, por isso os novos membros da Assembleia que estão hoje aqui pela primeira vez, evidentemente podem e devem intervir quando entenderem, basta para isso pedirem a palavra e ela ser-lhe-á dada, por ordem de inscrição, naturalmente e, para os pontos que entenderem.-----

----- Nessa perspetiva, iremos passar de imediato à OT não sem antes colocar à AM se aprova a OT que vos foi enviada e se querem alterar a mesma ou sugerir outro ponto.-----

----- Pelo silêncio julgo que podemos considerar aprovada a nossa ordem de trabalhos e passar de imediato ao período antes da Ordem do Dia.-----

----- Relativamente ao período antes da Ordem do Dia, nós temos para aprovar as atas das duas assembleias anteriores.-----

----- Relativamente à ata n.º 02 de 2015, da sessão ordinária da AM de 24 de abril de 2015, alguma sugestão ou alteração?-----

----- Pelo silêncio das bancadas julgo que posso passar de imediato à votação.-----

----- A Ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão da Assembleia Municipal de 24 de abril de 2015, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo que refere: “*Não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita*”.-----

----- Relativamente à ata n.º 03 de 2015, da sessão extraordinária de 25 de abril de 2015, eu coloco a mesma questão.-----

----- Julgo que não há nenhuma intervenção relativamente a esta ata porque se trata da transcrição dos textos que foram lidos na sessão solene.-----

----- A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão da Assembleia Municipal de 25 de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

abril de 2015, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do procedimento Administrativo que refere: *“Não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita”*.-----

-----Relativamente à correspondência recebida e expedida, apenas quero dizer que entre a lista que vos foi enviada e o dia de hoje, há apenas um conjunto de correspondência recebida e expedida, que tem a ver com as substituições que estão produzidas nesta AM. De qualquer maneira, se porventura quiserem ter acesso a algum desses documentos ou dos que constam da lista poderão requerê-los junto da trabalhadora da Assembleia Municipal.-----

-----Ainda neste período de antes da ordem do dia, gostaria de vos dar conhecimento que houve duas reuniões da Comissão Permanente da Assembleia Municipal.-----

-----Relativamente à primeira reunião da Comissão da Permanente teve como fim dar alguns contributos para que aquilo que na última Assembleia Ordinária, nós aqui discutimos nomeadamente, a quantidade de informação que nos chega para cada Assembleia e também, como se recordam uma proposta do Senhor Presidente da Câmara que, no próximo ano, por altura da sessão extraordinária comemorativa da Revolução do 25 de abril, em vez de haver uma reunião extraordinária da Câmara Municipal e uma sessão extraordinária da Assembleia, pudesse haver só uma e que, no fundo essa questão fosse a da Assembleia Municipal onde haveria intervenções de todas as bancadas representadas quer na Câmara, quer na Assembleia. Apesar da deliberação não ter sido unânime, foi por maioria o que vos estou a anunciar hoje que, de facto então, na próximo 25 de abril de 2016, haverá uma única reunião extraordinária da Assembleia Municipal com intervenções de todas as bancadas representadas na Câmara e na Assembleia Municipal.-----

-----Digo-vos também uma outra coisa, que tem a ver com uma questão colocada nestas Assembleias que até resulta um pouco destas substituições, porque às vezes nós próprios não podemos. Aceitei uma sugestão da senhora deputada municipal Ana Cristina Jorge, no sentido de marcarmos as Assembleias por antecipação e, portanto estou em condições de vos anunciar que as duas próximas sessões ordinárias da Assembleia Municipal vão ser a 25 de setembro e a 18 de dezembro, se tiver de haver alguma extraordinária irá realizar-se mas, agradecia que reservassem as vossas agendas para estas duas datas.-----

-----Na reunião de 18 de dezembro, tentaremos de facto agendar as reuniões ordinárias de 2016.-----

-----Ainda relativamente a essa questão principal que levou à convocação e à reunião da Comissão Permanente da Assembleia Municipal, de como é que poderíamos dar alguma celeridade a estes processos. Enfim, houve um acordo porque não é fácil e, a comissão permanente nunca quis, retirar poderes a esta

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

Asssembleia mas, entendeu a Comissão Permanente que aqueles pontos que são para conhecimento da AM, eu os distribuía aos diferentes membros da Comissão Permanente para que pudessem dar uma informação sobre eles, se assim o entendessem e se fosse consensual, evidentemente, nós ganharíamos aqui alguns minutos nesta AM. -----

----- Como verão, nós temos esses pontos no fim e, verão que às vezes essas questões não são fáceis mas, é uma tentativa que estamos a fazer porque, enfim, não nos ocorreu nada de melhor para ultrapassar esta quantidade de documentação que nos chega a todas as reuniões e das quais hoje, se eu tivesse aqui impresso a questão do PDM, certamente ultrapassaria a altura da minha cabeça. -----

----- Estão são as informações que foi o que tratamos em sumula nessa Comissão Permanente. De qualquer maneira os senhores deputados podem sempre requerer a ata, se quiserem em pormenor saber o que é que cada um disse nessa altura. -----

----- Foram concedidos 2 minutos para que fossem entregues à MAM as Moções, Requerimentos, ou outros pedidos que os membros da AM entendessem por convenientes, tendo sido aceites:-----

----- Moção apresentada pelo membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) – Votos de Parabéns e de continuação de êxitos, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 01, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- Requerimento subscrito pelo membro Oliveira e Sousa (MPT) – Prestação de informação administrativa nos termos da Lei, onde se faça constar cópia integral, detalhada, dos custos económicos mensais e anuais com todos os cargos de nomeação política no Município de Montemor-o-Velho, nomeadamente do Chefe de Gabinete e da Adjunta do Presidente da Câmara, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 02, que foi enviado à Câmara Municipal para correspondente informação. ----

----- Requerimento subscrito pelo membro Oliveira e Sousa (MPT) - Prestação de informação administrativa nos termos da Lei, onde se faça constar cópia integral, detalhada, de todos os contratos de seguros realizados pela Autarquia de Montemor-o-Velho, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 03, que foi enviado à Câmara Municipal para correspondente informação. -----

----- Intervenção do membro Oliveira e Sousa (MPT) – Conservação do Castelo de Montemor-o-Velho, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 04.-----

----- Intervenção do membro Oliveira e Sousa (MPT) – O Setor das águas em Montemor-o-Velho, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 05.-----

----- Intervenção do membro Oliveira e Sousa (MPT) – Apoios à Educação, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 06.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

-----Voto de pesar apresentado pelo PJF de Arazede, Eusébio Campos, pelo falecimento do Ex-Presidente da Junta de Freguesia de Arazede, Sr. Manuel do Carmo, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 07.-----

-----Usou da palavra o PMAM que disse: “Julgo que o PJF de Arazede não se vai importar que eu diga algumas coisas.-----

-----O Senhor Manuel do Carmo fez aquilo que lhe ia na consciência, está no voto de pesar apenas referido que foi Presidente da Junta de Freguesia de Arazede de 1986 e 1989 mas foi bem mais do que isso. Foi Presidente de Junta, para aqueles que gostam e para aqueles que não gostam, antes de 1974 e, foi nessa altura e nesse tempo que alguns dos cidadãos deste Concelho e até de Concelhos vizinhos ficaram mais “impressionados” com a dinâmica que ele imprimiu à Junta de Freguesia porque nesse tempo o financiamento, goste-se ou não aquilo que eu digo agora aos Presidentes de Junta, o mesmo que é agora. --

-----Aquilo que é o espaço da feira de Arazede, aquilo que começou com a primeira distribuição de água em Arazede é de facto, do tempo do Senhor Manuel do Carmo e, se digo isto e se o digo até de alguma forma emocionada, vou acrescentar uma questão pessoal, porque esta foi política.-----

-----Todos falamos, aliás o Senhor deputado municipal Oliveira e Sousa falou nas questões da educação, se eu estou aqui, não posso esquecer que houve um conjunto de cidadãos de Arazede, onde os quais se incluía o Senhor Manuel que insistiram e pagaram para que eu continuasse a estudar.-----

-----Tinha que dizer isto publicamente porque há coisas que vão muito além da política que, como sabem, apesar de ter sido amigo pessoal do Senhor Manuel do Carmo evidentemente, nunca navegámos nas mesmas áreas políticas, digo-o como político e, digo-o sobretudo como homem e como cidadão”-----

-----O presente voto de pesar foi aprovada por unanimidade.-----

-----Voto de pesar apresentado pelo PJF de Arazede, Eusébio Campos, pelo falecimento do Ex-Presidente da Junta de Freguesia de Arazede, Sr. José de Oliveira Moleiro, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 08.-----

-----Usou da palavra o PMAM, Fernando Ramos que disse: “De uma forma mais distante, não estou a fazer isto por serem Arazedenses ilustres. Às vezes é preciso lembrar a história. Todos nós entramos nesta Câmara Municipal e vemos aí fora um conjunto de azulejos que pensamos que é do tempo deste edifício. Não é! São do tempo em que o Senhor José de Oliveira Moleiro foi Vereador desta Câmara e, por proposta dela, aprovada por unanimidade. Portanto, se nunca repararam à entrada, reparem à saída, nos azulejos que estão neste hall onde representa um pouco da atividade do Concelho.”-----

-----O presente voto de pesar foi aprovada por unanimidade.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Esta é uma questão que vimos colocar ao Executivo, com o intuito de vermos esclarecidas as diversas reclamações contra a instalação de um parque fotovoltaico na parcela de terreno remanescente da Urbanização em Alpões, Freguesia de Pereira. Gostaria que nos informasse acerca da entrada do projeto nos vossos serviços e, se sim, qual a decisão. Dizer apenas que esta parcela de terreno terá seguramente 16.000 m², o processo de loteamento tem o n.º 3 de 1998, metido pela Câmara Municipal de Montemor-o-Velho. Aquando da negociação dos lotes de terreno foi garantido que aquela parcela de terreno iria ser também urbanizada e, os arruamentos seriam prolongados até à EBI de Pereira. A instalação de um Parque Fotovoltaico irá cortar em definitivo com a esperança de algum dia poder vir a ser construído um arruamento que liga à Escola sita na Rua de Santa Rita, inclusive esta corta a passagem pedonal para as escolas, das crianças que habitam na Rua de S. Tiago e Urbanização referida. -----

----- Outra questão do grupo da coligação tem a ver com a extensão de Saúde de Pereira. No seguimento de vários protestos da Unidade de Saúde de Pereira. Gostaria de saber se a Câmara Municipal tem conhecimento que a maioria da população não tem médico. Segundo fontes, a médica que se encontra de baixa há praticamente dois meses, irá para a reforma e não colocam mais médicos. No entanto, de referir com algum enfoque, digamos assim, que as instalações estão completamente obsoletas, o chão completamente desgastado, as instalações elétricas vergonhosas, sem condições climáticas e os gabinetes sem quaisquer condições tanto para o médico, como para o utente e aqui também há a salientar a saúde infantil e o planeamento familiar. -----

----- Realmente com o aumento dos utentes na urbanização, que não se tinham inscrito e que agora fazem parte, também, daquela área que está ligada a esta extensão de saúde, gostaríamos de saber se o executivo já tem alguma solução para esta questão nomeadamente, a localização, quando é que se vão iniciar obras, se se vão iniciar, porque atendendo à dimensão e à população residente daquela Freguesia, compreendemos que se está a tornar absolutamente caótico para as pessoas. As pessoas estão bastante descontentes porque não há luz ao fundo do túnel.” -----

----- Pediu a palavra o membro Fernando Monteiro (Coligação Mais por Montemor) que disse: “A questão que trago é uma situação de alerta e de informação, se a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, na pessoa do Senhor Presidente, ainda não foi informada, que é a situação da vala de Santo Varão/Pereira – Pereira/Santo Varão. A situação que se coloca é que devido à falta de pluviosidade e o caudal do Mondego não procede normalmente à limpeza daquela vala e, como a água está estagnada, acontece que a proliferação dos limos à superfície é imensa e, depois associado eventualmente com o que lá vai caindo,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

eventualmente até alguns efluentes domésticos, origina a proliferação dos limos que evita qualquer tipo de oxigenação. Eu penso que a situação é complexa e poderá provocar situações de saúde pública, que já aconteceu no passado. Eu já vi aquele filme há cerca de 15 anos atrás, em que obrigou um transvase de milhares de peixes para o Rio Mondego, entretanto houve também a recolha dos peixes mortos, com a agravante de hoje em dia, a situação ser um pouco diferente, em termos de urbanidade porque as urbanizações cresceram, as pessoas existem e, a situação de saúde pública poderá colocar-se com maior incidência. Sei que isso não é da responsabilidade da Câmara Municipal, no entanto apelo às competências que o Senhor Presidente e o seu Executivo terão, para agir e intervir junto de quem de direito, entidades ou organismos ou delegação regional do ambiente se assim for, eu desconheço completamente qual será o tutelar daquela obra mas é uma situação que eu previno e, ponho algum ênfase na minha afirmação porque a situação está-se a agudizar e a situação criará certamente uma situação de saúde pública grave.”--

-----Pedi a palavra o membro Francisco Mano (Coligação Mais por Montemor) que disse: “A minha intervenção passa apenas por reforçar a ideia que o deputado Oliveira e Sousa falou há pouco, sobre a questão da falta de água que se fez sentir em algumas Freguesias no Concelho.-----

-----Vou reforçar algumas questões e, não me vou alongar muito porque tudo o que era para dizer já foi dito pelo deputado Oliveira e Sousa.-----

-----Sabemos bem que muitos foram os habitantes do nosso Concelho que ficaram com a quantidade de água das suas casas reduzida ao mínimo ou mesmo à falta dela. Eu pedia ao Senhor Presidente da Câmara que esclarecesse essa situação. Efetivamente o que é que aconteceu, se foi irresponsabilidade ou alguma falha que houve da parte dos Serviços ou se acha que poderá haver aqui algum tipo de interesses nesta área como já foi referido, no que toca à concessão das águas.-----

-----Não quero deixar de referir que devemos felicitar e agradecer aqui a preciosa ajuda que tanto os Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho, como as restantes corporações deram nessa altura, ao nosso Concelho para harmonizar o problema existente.”-----

-----Pedi a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Queria colocar umas questões ao Senhor Presidente da Câmara. Primeira, a Ponte do Paço que liga Pereira a Arzila. O Senhor Presidente da Câmara, já na última assembleia, penso eu, deu aqui um esclarecimento cabal, acerca da situação, mas só um esclarecimento. Eu queria-lhe perguntar, Senhor Presidente, porque há três semanas tive conhecimento de um despiste de um camião em cima da ponte, em que o trânsito esteve interrompido durante horas, não ocasionou o acidente mortes, por mero acaso e, pergunto-lhe tão só, quais as insistências que tem feito, junto ao seu camarada em Coimbra, para que se encontre uma solução

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

definitiva para esta ponte onde passam dezenas, milhares de carros por dia. -----

----- Segunda – outra questão que importa também questionar V. Ex.^ª é o que se passa com a Urbanização da Quinta de São Luíz em Pereira. Questionei-o eu próprio, V. Ex.^ª deu as informações e eu pergunto em que situação se encontra a receção definitiva desta Urbanização para a Câmara Municipal? Já foram encontrados outros *modus faciendi* de ultrapassar a questão? Se o promotor vai acabar o que mal fez? Em que fase se encontra esta situação? Aproveito a oportunidade que, relativamente àquilo que eu há mais de uma dezena de anos, venho aqui, nas minhas intervenções, falar sobre este assunto. Isto está a ocasionar como V. Ex.^ª tem conhecimento, de um estudo entregue pessoalmente de um Eng.^º Geólogo daquela movimentação de terras que se fazem na parte poente desta urbanização e que ocorrem já até à REFER. V. Ex.^ª autorizou-me, e bem, para eu falar com o Coordenador da Proteção Civil mas, eu gostaria que aqui na Assembleia, V. Ex.^ª esclarecesse este ponto, porque quem viaja nos comboios, como eu viajo muitas vezes de Lisboa para o Porto, os comboios ali reduzem a velocidade a 60 kms/hora e, sabemos porquê. Porque as terras estão a movimentarem-se e, os prédios situados naquela zona, anteriormente sólidos, hoje estão-se a deslocar para a linha da REFER. Pergunto em que fase estão as negociações com a REFER e que tipo de intervenção, a Câmara Municipal, pensa executar.-----

----- Por outro lado, há outro ponto, que foi inaugurado com pompa e circunstância, o Sintético no Campo das Lajes. Aliás, congratulamo-nos com tal infraestrutura. O Campo das Lajes é propriedade da Câmara, penso eu, não tenho a certeza, senhor Presidente. Foi a Câmara que fez lá estes melhoramentos? Existe algum regulamento da utilização do Campo das Lajes por outras entidades, ou particulares do Município ou fora dele que queiram lá praticar desporto? Foi aberto o espaço a outros utilizadores? São estas questões que gostaria que V. Ex.^ª me respondesse.”-----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “A minha intervenção no período antes da Ordem do Dia será sobre dois ou três pontos e deixar aqui uma nota sobre a intervenção que está a decorrer na EN 111, na Lavariz. Já passaram pelo menos mais de 3 anos, desde que a CDU levantou pela primeira vez, aqui esta questão, ainda no anterior Executivo e que, finalmente se procedeu à correção de muitas das aberrações construídas neste Concelho e, muitas delas sobre a tutela da Câmara Municipal e de alguns técnicos coordenados por algumas chefias desta Autarquia. -----

----- Aproveitando também o facto de alguns dias atrás a Escola Dr. José dos Santos Bessa na Carapinheira, ter sido contemplada e muito bem, por uma iniciativa da Proteção Civil Municipal, um simulacro de incêndio. Deixamos aqui ao Senhor Presidente, uma questão relativamente ao levantamento dos edifícios públicos que ainda são constituídos por placas de fibrocimento e que contenham na sua

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

composição amianto e, nomeadamente se esta referida está sinalizada e se a Autarquia tomou medidas junto do Ministério da Educação que levem à remoção destes materiais. -----

-----Queremos também aqui nesta Assembleia destacar a proposta do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República no passado dia 16 de junho, para a conclusão da obra hidroagrícola do Baixo Mondego e que neste momento temos informações dos nossos camaradas da Assembleia da República, que neste momento baixou à Comissão Parlamentar, sendo de lamentar o facto do PSD e do CDS andarem a adiar esta mesma discussão desta importante proposta. O PCP não irá desistir enquanto esta proposta não voltar à discussão e, segundo nos indicaram, todos os esforços estamos a fazer para ser já na próxima semana. -----

-----A conclusão destas obras arrasta-se há mais de 30 anos e, apesar das visitas regulares de Ministros e Secretários de Estado dos Governos do PS, PSD e CDS com o reiterar das promessas, o certo é que a obra pouco avança e nada se conhece da sua conclusão. Por isso, o PCP entende que é da mais elementar importância voltar a discutir estes problemas e pressionar o Governo para que tome medidas claras e concretas no sentido de se garantir o financiamento e a conclusão das obras de todo o projeto hidroagrícola, assim como do emparcelamento. -----

-----Deixamos aqui também uma palavra de confiança e orgulho no trabalho desenvolvido pelo Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República, que mesmo sem ter nenhum eleito pelo distrito de Coimbra, se multiplica em esforços e dedicação para resolver os problemas que afetam a nossa população e a nossa região.” -----

-----Pedi a palavra o membro Luís Madaleno (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Eu vou voltar um bocadinho à carga com as estradas. Mais uma vez volto à minha Freguesia. Quando foi feita a obra do saneamento, quando foi construída a estação de tratamento na Raseira, toda essa estrada ficou muito debilitada ou seja, a estrada que faz ligação entre São Jorge e Liceia está mesmo em muito mau estado, principalmente na zona da ponte de Liceia, que é onde está a estação de tratamento. Para além disso, existem duas curvas perigosas em descida e já existirão ali alguns acidentes, talvez fosse importante tentar fazer uma reabilitação, eu sei que não é fácil e, também sei que já foram feitas reabilitações na Freguesia, mas aquilo acaba por ser um sítio perigoso. -----

-----Para além disso, trago outra situação que, já é também antiga, não estou disponível para discutir se há 10 ou 15 anos, isso a mim não me importa. Importava-me era que fosse feito. Uma Estrada Municipal, a 579, chamada Rua do Vasco que está fechada. A estrada está completamente fechada. É atravessada pela linha férrea e, eu circulo em vários Municípios, consigo ver e, essa linha, tanto Cantanhede como Figueira,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

também Montemor há espaços, tem a reabilitação dessas passagens que, tendo em conta que é uma linha abandonada, se torna difícil. Agora, para os habitantes do Viso, da Freguesia de Liceia, têm de fazer sensivelmente dois quilómetros a mais, em desvio, quando tinham ali uma rua em que está alcatroada tanto de um lado como do outro da linha e, não tem ligação, está fechada, o que dificulta a passagem. Eu gostaria de saber se há possibilidade de aterrar a linha e colocar lá umas pedras e tout-venant para se poder fazer a travessia. Eu compreendo que essa situação terá sido recusada por causa da suposta fibra ótica que nem sequer lá existe. Se forem ver, ela não existe lá. Eu acho que se deve tentar facilitar e não dificultar. Não se pode passar por causa de uma fibra ótica que não existe então, acho que não há justificação.” -----

----- Pediu a palavra o PJJ da União de Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões, António Pardal que disse: “Eu queria falar em dois assuntos simples mas que estão interligados. Queria alertar para o que tem acontecido, nos últimos dois anos e meio, três anos, em matéria de suicídios, por afogamento, enforcamento, etc. Só na Freguesia de Montemor-o-Velho e Gatões já contabilizamos 6, na Torre, forno da Cal, Areal e Montemor. Os motivos são vários que não vou aqui enumerar mas, acho que é um assunto que a todos nos deve preocupar porque está a acontecer com alguma gravidade e frequência. -----

----- Relativamente ao outro assunto, informo que, cada vez mais as pessoas procuram apoio na Junta de Freguesia: alimentação e vestuário. Possivelmente, não só na Freguesia de Montemor mas, nas outras Freguesias também deve acontecer a mesma coisa, sendo um flagelo a nível nacional que devemos dar o acompanhamento merecido e continuar a ajudar a quem mais necessita.-----

----- Queria ainda dar os parabéns da forma como decorreu o peditório social nos supermercados do nosso Concelho, à Câmara Municipal e aos seus trabalhadores que estiveram durante horas a fazer o peditório, não para eles próprios, mas para quem necessita. Elogio estas pessoas que participaram. A adesão que teve das pessoas, em contribuir dentro da sua possibilidade, colocando sempre no cestinho um bem essencial.-----

----- Eram estas questões que queria trazer a esta Assembleia porque julgo que vale a pena pensarmos nisto!” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Se a Assembleia me permitir, nós passaríamos ao ponto 2. Da Ordem de Trabalhos, não, evidentemente sem que V. Ex.^{as} possam ter a possibilidade de retorquir o que entenderem mas, daria a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, a quem pediria, para além do ponto 2. da OT, para introduzir as respostas ou comentários que entender relativamente ao que foi colocado antes na Assembleia. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

----- Ponto 2. **Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do artº 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 46-C/2013, de 01 de novembro e n.º 50-A/2013, de 11 de novembro**-----

-----O PMAM deu a palavra o PCM que disse: “Eu penso que a informação escrita distribuída, está suficientemente explícita, julgo que ninguém questionou mas, também estarei disponível para esclarecer o que quer que seja e, passaria de imediato às respostas daquilo que me solicitaram esclarecimento.-----

-----Em primeiro lugar, lamentar, mais uma vez a falta de verdade do Senhor deputado Oliveira e Sousa quando faz as suas intervenções, porquanto em matéria de remunerações do Chefe de Gabinete e da Adjunta do Senhor Presidente da Câmara, foi-lhe respondido em 08/01/2014, por informação escrita, o montante ou o valor dessas remunerações e, portanto está aqui a informação escrita mas, para que não haja dúvidas, porque estas coisas são públicas, são absolutamente mesquinhas, eu vou dizer que o Senhor Dr. Décio António Tinoco Matias recebe líquidos 1.554,80€, ou seja 51,00€ por dia, 1/3 daquilo que o Senhor deputado municipal recebe de cada vez que aqui vem. As suas afirmações que são pouco abonatórias, e em particular destas duas pessoas. A Dr.ª Diana Filipa Alves Andrade recebe 1.482,08€ líquidos e, quer dizer que são pessoas que não têm horário de trabalho. Trabalham mais de 14 horas, muitas das vezes, em muitos dias e, portanto fazem muitíssimo mais do que aqueles que falam nestas coisas mesquinhas e só falam sentados numa cadeira e não metem mãos à obra, como por exemplo, o meu Chefe de Gabinete faz muito mais que ser meu Chefe de Gabinete, é trabalhador ao lado do Presidente da Câmara, ao lado dos trabalhadores desta casa, em muitos assuntos que nós temos aqui tido. Aliás, eu já lhe tenho dito que preciso muito dele aqui na Câmara Municipal porque há muitas situações para resolver mas, efetivamente o seu sentido de dever, de missão, de resolver os problemas às pessoas. Provavelmente porque foi Presidente de Junta, não o deixa ficar de braços cruzados, nem se senta numa cadeira a fazer críticas, muitas das vezes, de mau gosto. -----

-----Penso que este assunto está esclarecido definitivamente e, portanto, passaria a seguir a outros assuntos que me parecem merecer mais mérito e mais dignidade nesta Assembleia. -----

-----Relativamente ao Castelo, o Castelo não é da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, é da Direção Regional da Cultura e, desde a primeira hora que nós, e eu, em particular me tenho empenhado, no sentido de resolver os problemas do Castelo. Aliás, já vieram os técnicos todos para resolverem o problema das heras e o problema de tudo o que aquele Castelo enferma, aquilo que se passa é que infelizmente, as entidades deste país, e eu vou-lhe dar várias vezes esta resposta, não têm orçamento, não têm verba por parte deste Governo. Este Governo asfixiou tudo e toda a gente e, algumas pessoas pensam

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

que a Câmara Municipal tem que se substituir ao Governo nas suas incumbências. Se aquilo é Património Nacional, se aquilo é um monumento que está sob a tutela, nós nem sequer podemos intervir no parque de estacionamento, porque já quis e fui alertado para não intervir no parque de estacionamento. -----

----- Hoje, as relações com a Senhora Diretora Regional da Cultura são excelentes aliás, só tenho elogios a fazer-lhe, mas não posso exigir dela aquilo que ela não tem, porque ela não tem verba.-----

----- Eu podia mandar lá alguém da Câmara retirar as heras mas, segundo a visita dos técnicos especializados da Direção Regional da Cultura, aquilo tem regras para se fazer, não se podem arrancar sob pena de pôr em causa a segurança estrutural do monumento. -----

----- Quanto à questão muito bem e pertinente que levantou o deputado Oliveira e Sousa das obras do Festival Forte, já foi e, eu estou à vontade para dizer isto, já foi a concurso público por duas vezes e, saiu deserto o mesmo porque, infelizmente, nesta Câmara é uma luta que estamos a travar. Se as obras não forem empoladas no preço, os empreiteiros não se candidatam. Naturalmente que tem a ver muito com a imagem que a Câmara Municipal tinha no passado, que não pagava a tempo e horas e, naturalmente que eles se salvaguardam quanto a essa questão. Ficou o concurso deserto duas vezes e dei indicações à Chefe de Divisão de Ambiente e Obras Municipais para se proceder à adjudicação por ajuste direto para se resolver essa questão e vamos convidar empresas uma a uma e discutir e negociar com essas empresas a obra. -----

----- Quanto às questões do abastecimento de água, eu vou responder ao senhor deputado Oliveira e Sousa e vou responder a todas as questões. Efetivamente é um problema gravíssimo e que num passado recente, em quinze dias dormi um total de 7 ou 8 horas. Eu e o meu Chefe de Gabinete, o tal que recebe 51€ por dia; 1/3 daquilo que V. Ex.^a recebe, repito e, portanto, nós fazemos o trabalho dedicado de alma e coração aos munícipes deste Concelho porque, efetivamente, não é pelo dinheiro que cá estamos. Estamos aqui, porque estamos numa missão, para nós muito importante, que é servir as pessoas. -----

----- Vamos então e, vou tentar responder a todas as questões, não personalizando a resposta. O Sistema de Abastecimento de Água não teve nenhum investimento relevante nos últimos 12, 13, 14 anos ou seja, também não teve uma manutenção adequada e vamos aqui separar duas categorias de problemas. Em primeiro lugar, quem dirigia esta Câmara, não dotou em termos de Recursos Humanos, a Câmara Municipal de Recursos Humanos adequados ou seja, para gerir as águas é preciso alguém que perceba de eletricidade e de mecânica. Em particular, precisávamos há muito anos de um Eng.^o Eletromecânico porque é preciso conceber e tratar o sistema com conhecimentos técnicos muito específicos que, um conjunto alargado de Engenheiros Civis que existem nesta Câmara, não sabem, apesar de terem tido na sua

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

faculdade/universidade uma cadeira específica dessa matéria, não têm os conhecimentos necessários para dimensionar um sistema de abastecimento de água, nem conhecimentos necessários para resolver problemas intrínsecos ao próprio sistema, este é um problema.-----

-----O segundo problema é aquele que para mim é mais pernicioso e que eu já aqui denunciei. Foi a atitude deliberada do anterior Executivo de não investir, o que quer que seja na água. Aquilo que era expressamente dito aos funcionários era resolve o mais rápido e o mais barato possível e deu no resultado daquilo que v. Ex.^{as} viram no PowerPoint que aqui foi apresentado. O PowerPoint era o reflexo dessa atitude que se teve. Pode-se ter várias atitudes, sendo essa uma delas e, portanto, eu critico-a. Há pessoas que não a criticam. Até porque eu já vi o senhor deputado Oliveira e Sousa agora a fazer a apologia do anterior Presidente de Câmara como sendo o melhor do mundo, provavelmente a pôr-se em bicos de pés para se posicionar muito brevemente e, portanto, eu já ouvi dizer o contrário à minha pessoa, perante mim e nesta Assembleia e, hoje já o vejo dizer maravilhas do anterior Presidente de Câmara mas, foi uma atitude que ele tomou, quer se queira, quer não, eu critico-a, V. Ex.^{as} poderão não a criticar.-----

-----Estes constrangimentos resultaram em quê? Resultaram num sistema de abastecimento de água absolutamente caduco, enfermo e preso por pontas. A crescer a tudo isto, nós temos que perceber que para haver água na torneira das pessoas, têm que haver captações, ela tem de ser tirada debaixo da terra ou tirada do rio. Nos últimos 12 anos, nos anteriores mandatos, fizeram-se duas captações, dois furos, precisamente os dois furos que tiveram problemas neste fenómeno que vocês viram aqui: o de Tentúgal que está completamente fechado, selado e o de Fonterma foi recuperado mas a dar muito menos água, porque os furos nunca foram limpos. Os furos de quando em quando têm que ser limpos. Eu próprio enquanto Presidente de Câmara e formado em Direito, não sabia disto. É que os furos têm que ter manutenção e, portanto as primeiras vezes em que os furos tiveram manutenção foi agora e, portanto o que fizemos foi fazer a manutenção do furo de Fonterma e ele está a dar 1/3 daquilo que habitualmente dava. Por outro lado, temos a tal conceção do sistema. A tal conceção do sistema que para nós é um problema muito mais grave, é um problema estrutural muito mais delicado. O que é que temos aqui em causa: é que as captações por questões financeiras, eram todas feitas no mesmo local, ou seja para aproveitarem as infraestruturas elétricas e de bombas do local. Isto origina dois tipos de problemas: nós temos que ir ao local para perceber. Isto origina que, como está a acontecer em todo o lado e vou mais tarde falar nisto, os níveis freáticos em todo o lado estão a baixar, o que acontece é que, como *“estamos a pôr os ovos todos na mesma galinha, se a galinha se porta mal, os ovos não vão gerar os necessários pintos”* e, aconteceu aqui precisamente isso: os níveis freáticos baixaram e o sistema entrou em colapso

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

total porque nós não tínhamos alternativa e, essa é a razão fundamental de nós termos que recorrer a um abastecimento externo, porque não tínhamos alternativa. Para além disso, na primeira ocorrência nós conseguimos salvar o sistema ou minimizar o impacto da falta de água recorrendo a Cantanhede mas, Cantanhede não tem capacidade porque também está a ter problemas na sua captação de eleição que é nos Olhos da Fervença, também tem diminuição do nível freático, nem estava preparada para o pedido ansioso de Montemor, posso dizer que a fatura quase que quadruplicou e, estamos a falar hoje em 12.000€, que pagamos atualmente a Cantanhede, porque estamos a salvaguardar o sistema com 12.000€ de água fornecida por Cantanhede e, presumo que ainda vai aumentar mais a fatura e, portanto a tal situação que eu aqui estou a referir, eu não estou a fazer política, eu estou a contar a realidade. Quando temos as captações todas no mesmo lugar, se ocorrer alguma coisa nesse lugar nomeadamente, se o nível freático baixar nesse lugar, nós ficamos sem água. Posso-vos dar exemplo que Montemor, Carapinheira baixa e Meãs baixa, estão a ser abastecidos neste momento por Seixo, Arazede (INOVA-Cantanhede) e Fonterma. São três captações que supostamente deveriam abastecer determinadas zonas do Concelho e que estão todas a abastecer essas mesmas zonas do Concelho específicas para as quais foram criadas, mais as zonas que acabei de referir. Naturalmente isto origina que, qualquer ocorrência no sistema, uma fuga de água por exemplo, como ocorreu numa adutora muito recentemente, provocou de imediato a falta de água em Arazede. Não há qualquer alternativa porque nós não temos capacidade para meter água de outros pontos do Concelho. O sistema não tem as necessárias redundâncias. E isto origina o quê? Origina a que a solução do problema, é evidente que é fácil criticar, não é com os técnicos que se contratam. Se o senhor deputado Oliveira e Sousa quiser, eu já fiz de propósito e tenho fotografias, de eu próprio, do meu chefe de Gabinete e do Senhor Técnico a trabalhar às 3, 4, 5, 6 horas da manhã nesses períodos, como tem, neste momento uma obra na sua Freguesia de Pereira no R3 de Pereira por cima da Casa do Povo, um projeto elétrico completamente novo e, se eu contar a história desse Reservatório, vocês vão perceber como estava o sistema. Nós estamos lá a investir cerca de 27.000€ num quadro elétrico e porquê? Porque, quando nós chegámos à Câmara aquilo estava a trabalhar bem, supostamente não havia nenhum problema. O que é que aconteceu? Houve um problema elétrico e a empresa Helenos foram lá resolver o problema elétrico. Havia um problema de abastecimento de eletricidade e verificaram que o cofret estava aldrabado, o que quer dizer que estava regulado para 30 amperes, quando só tínhamos autorização para 10 amperes. A empresa, repôs a legalidade e só pode funcionar uma bomba no local porque não temos amperagem suficiente para fornecer eletricidade para a segunda bomba, o que origina problemas no depósito de São Tiago, porque essas bombas levam a água, enquanto que de Santo Varão para o R3 vem

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

por gravidade, do R3 de Pereira para o depósito de São Tiago vai por bombagem. O que é que acontece? Problemas permanentes no Reservatório de São Tiago que tem falta de água naturalmente, porque só há uma bomba a abastecer. O que é que acontece? Nós pusemos lá um gerador que motiva queixas da população porque faz barulho ou seja, é preso por ter cão e por não ter cão e, portanto nós insistimos porque o abastecimento de água tem que prosseguir e, o gerador vai resolvendo o problema, só que o mesmo tem que ser abastecido de gasóleo, inclusivamente durante a noite e, como sabem os nossos trabalhadores durante a noite não vão lá e isto exige uma logística muito intensa, para uma escassez de trabalhadores que nós temos muito grave. Não sei se os Senhores sabem mas, nós não podemos meter ninguém na Câmara, não podemos contratar ninguém, infelizmente ao nível dos operadores houve um decréscimo muito acentuado e não houve a preocupação quando era possível integrar pessoas no quadro, de renovar os operacionais. Nós hoje temos muito poucos operacionais e quero aqui deixar um elogio aos nossos operacionais, muitos deles não trabalham com horas extraordinárias, trabalham com compensação em tempo e têm feito um trabalho verdadeiramente incrível porque trabalham muito para além do seu horário de trabalho para resolver os problemas da água. Eu dei este exemplo de Pereira mas eu posso replicá-lo em todo o lado. Este é o problema do sistema e, como devem perceber, não há Presidente de Câmara, não há equipa na Câmara que resolva isto, porque o problema de Pereira teve que ter e foi feito pelo tal técnico que foi contratado, um projeto eletromecânico extremamente complexo que demorou muito tempo a fazer para se poder fazer a adjudicação (houve um concurso) em termos legais. Esse é outro problema na Câmara que aliás motiva muitas discussões entre mim e o Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças porque eu quero os assuntos da água para ontem e ele diz-me que temos de cumprir a legalidade. Esse é outro problema que muitas das vezes e às vezes fico magoado que os juristas não compreendam, que eu tenho alertado para isto que, vocês nem imaginam, que para comprar um parafuso ou uma série de parafusos na Câmara, eu posso demorar um mês porque temos que fazer um conjunto de procedimentos, absolutamente bacocos, absolutamente irreais e desnecessários. Porque no fim disto tudo, nós vamos ao melhor preço e, depois vamos comprar aquilo que é chinês, aquilo que não presta, porque o melhor preço não está ligado à qualidade. Dizia-me ontem o Senhor Engenheiro que nós temos contratado para as águas, senhor Presidente isto vai ser muito difícil porque eu meti no R3 de Pereira material elétrico de 1.ª qualidade porque aquilo precisa de funcionar 24 sobre 24 horas e, como me obrigaram a pôr no Caderno de Encargos Schneider ou equivalente, eu não tenho segurança no equivalente porque o equivalente vai vir chinês. Veja lá o que é que me vão fazer. Ao que eu lhe respondi que me desculpasse mas tinham de cumprir as regras da contratação que estão instituídas. Senhores deputados, isto não é uma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

crítica que me podem fazer a mim porque eu não faço as leis mas isto é verdadeiro ou seja, tivemos um problema recentemente por causa de um relé que queimou que custa 20 ou 30 euros mas, é evidente quando compramos o relé, temos que ir comprar ao mais baixo preço. Seguimos as regras normais aqui da casa, porque se os senhores deputados viram que se houve ganhos de eficácia na despesa corrente, tem muito a ver com este tipo de abordagens que nós fazemos na diminuição do preço dos fornecimentos e das contratações mas, isso implica também, que vamos comprar material provavelmente de mais baixa qualidade, porque o equivalente, se for feito na Alemanha dura um determinado tempo, se for feito na China, dura menos tempo. Aliás, até pode durar 2 ou 3 dias como já nos aconteceu e é rigorosamente equivalente.-----

----- Eu já disse que, em situações excecionais, eu próprio adjudico diretamente mas, neste caso, por exemplo, não se pode, porque houve um concurso público mas, em situações de reparação, eu adjudico direto, para que se possa ter nas nossas captações e na nossa infraestrutura de água o material adequado.-

----- Neste momento, importa falar nisto, a Câmara Municipal tem adjudicados 3 novos furos: um já realizado, um em curso e outro a iniciar trabalhos e, até ao final do ano vamos ter mais 3 ou 4 furos, até pode ir a 5, dependendo das necessidades e, portanto, como devem perceber e, em sítios também já novos originais, para encontrar as tais redundâncias/alternativas aos níveis freáticos para que se houver alterações dos níveis freáticos das nossas captações, possamos recorrer a outra solução e, para além disso, neste momento, já está a funcionar alguma telemetria. As pessoas provavelmente não dão valor mas eu estou disponível para mostrar o que já temos. Nós temos cerca de 11 captações. Os nossos funcionários andam com uma carrinha todos os dias de manhã e à tarde a fazer a visita a todas as instalações. É evidente que visitam a da Portela, depois vão visitar a do Meco e quando chegam ao fim da manhã, inicia-se um novo turno à tarde, portanto só vão voltar à Portela muitas horas depois. O que é que acontecia aqui? São coisas simples! Esta Câmara Municipal, não tem dinheiro mas está a investir nisto. O que é que acontecia? A bomba desligava porque havia um curto-circuito, o tal relé que avariou e, só 4 horas depois é que sabíamos porque as pessoas começavam a telefonar porque havia falta de água ou seja, não havendo telemetria, nós não sabemos quando é que se produziu o evento. Pelo menos em 4, estando a terminar a 5.ª que é a Portela/Tentúgal, estamos a automatizar todo o sistema. Neste caso, até estamos já a pôr tudo automatizado e com possibilidade de acesso direto da Câmara, quando tiver os servidores. Já temos 4 com telemetria. Eu estou a receber no meu telemóvel, quem quiser pode vir ver, já os níveis dos tanques, onde nós instalamos as estações meteorológicas. Nós aproveitamos a infraestrutura, aliás foi concebido para ser assim, e já estamos lá a recolher a informação dos níveis da água. Isto dá origem a que, mal aquilo atinja

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

níveis críticos, ele próprio telefona ao Senhor Encarregado para saber o ponto da situação e, por isso, quero-vos dizer que no último fim-de-semana eu recebi 80 mensagens de níveis críticos, de 4 reservatórios e, os nossos trabalhadores, o piquete, conseguiram resolver os problemas porque atempadamente nós íamos para os sítios verificar o que é que se estava a passar e, encontramos bombas paradas, encontramos problemas, quadros desligados, autómatos desligados, situações dessas. É evidente que isto tem que se generalizar mas, como sabem, é um investimento que nós temos que ir fazendo devagarinho, porque tem o seu custo e, estamos a fazê-lo com prioridade máxima e, como eu digo, isto tem 20 dias no máximo, estamos a acabar Tentúgal e a seguir vamos avançar para os outros reservatórios, isto para nós era importante. Não vai resolver o problema porque imaginem também que nós temos o problema de uma bomba ou de um determinado equipamento ao fim-de-semana, são bombas e equipamentos que custam 25.000€/30.000€, nós temos algum stock desse material mas nem sempre temos de todo o material e, portanto há situações em que nós não conseguimos resolver ao fim-de-semana; não conseguimos substituir o equipamento, isso implica ter um stock avultadíssimo na Câmara Municipal e, por isso mesmo, nós não temos capacidade para isso. Estamos a tentar fazê-lo criando as tais redundâncias, falha aqui, anulamos temporariamente aquela captação e recorremos a outra. O que aconteceu é que o sistema está preso por fios e estava dimensionado para um determinado número de utilizadores; não houve investimento; não houve melhoramento da instalação; os utilizadores aumentaram e, naturalmente que qualquer abalo no sistema, põe tudo em causa. Se nós retiramos água ao Seixo, começa o Seixo a ter faltas de pressão e, começamos nós a ter telefonemas nomeadamente, o Vereador Aurélio Rocha avisa-me sempre disto, sempre muito importante o seu aviso, porque eu começo a perceber logo que há ali um problema e, nesta perspetiva é muito importante este aviso porque não tenho ainda telemetria nesta zona. Há uma coisa que eu quero aqui dizer e vou terminar sobre a água, é que estranhamente e, digo isto com muita frontalidade, com o aumento da água que é contestado por todas as bancadas e bem, porque as pessoas têm direito a uma opinião, não há diminuição do consumo. Atenção ao que eu estou a dizer, que é uma coisa que eu próprio estranho. Se aumentamos a água deveria haver um reflexo no consumo e não há. Aliás, os consumos do último fim de semana são absolutamente escandalosos. É evidente que nós, por antecipação, já estamos a prever e estamos a trabalhar na questão das fugas e na questão dos roubos e dos furtos da água. Quando quiserem também nos poderão acompanhar durante a noite, aqueles que contestam o vencimento do Dr. Décio Matias e do próprio Presidente da Câmara que ganha um balúrdio, quando nós andamos aí com o Senhor Professor da Universidade do Instituto Superior de Engenharia de Coimbra, a averiguar estas questões e, estamos a montar um plano de ataque a estas situações. Agora, não

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

peçam ao Presidente da Câmara, Emílio Augusto Ferreira Torrão, como muito bem refere o meu nome todo o Dr. Oliveira e Sousa, que resolva o problema de 12 ou 13 anos de total desinvestimento e de total abandono deste setor, que resolva num ano e meio ou dois anos. Quando faz a apologia do passado, devia-se lembrar disto. -----

----- Em relação à Educação, nós temos na ordem de trabalhos os pontos 12 e 13, têm aí o investimento, pouco significativo para alguns deputados, para uma Câmara que tem dificuldades financeiras. Nós não deixamos de gastar dinheiro na Educação; nós estamos a investir muito forte na Educação. Aliás, muito brevemente vamos ter novidades nesta área, também de melhoria do serviço, uma melhor proximidade aos utentes. A seu tempo, nós anunciaremos o que estamos a fazer. -----

----- Quanto à questão do coveiro das escolas, oh senhor deputado Oliveira e Sousa, você deixou de ser crítico e, eu gosto de pessoas críticas mas, que sejam assertivas. O coveiro das escolas é o Governo não é o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Oh senhor deputado, faça lá uma criticazinha a este Governo, deixe de dar graxa ao PSD/PP. Você já esteve em todas e, portanto deixe lá de dar graxa, faça uma crítica ao Governo. -----

----- Da minha parte lhe digo que lamento profundamente o fecho das escolas, já o disse aqui. Está em curso um projeto de encerramento aqui no Concelho e, digo, Santo Varão. Quero dar aqui nota, o Senhor Presidente da Junta tem sido incansável a angariar alunos mas acho que era desnecessário. O senhor Presidente da Junta precisava de rentabilizar o seu tempo e os seus esforços para trabalhar nos problemas da Junta de Freguesia e não para andar a lutar contra este Governo e contra a política deste Governo. -----

----- Instalação do Parque Fotovoltaico, Dr.^a Cristina Jorge, não deu entrada nenhum requerimento de instalação de Parque Fotovoltaico na tal parcela sobrante na Urbanização que referiu. Vou-lhe responder com toda a clareza, houve uma abordagem à Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Territorial e a mim próprio, que estive presente nessa reunião, onde nos manifestaram intenção de fazer uma candidatura e de utilizar esse espaço. Eu, impus como condição e, estou a ser transparente e honesto que, essa instalação teria que ser pacífica junto da população e teria que ser compatível com os instrumentos do território, quero-lhe dizer que e perfeitamente compatível com a legalidade e, portanto, nós não podemos impedir, do ponto de vista legal, que lá se instalem e, aquilo que estava no ar, era uma opinião pessoal de alguém, como eu tenho uma opinião pessoal quando giro a Câmara mas, eu tenho de me cingir a critérios de legalidade. Quero-lhe dizer que, por aquilo que sei e, estou aqui se calhar a adiantar-me, não vai ser instalado nenhum parque fotovoltaico nesta parcela sobrante. O investidor, vai investir noutro lado ou seja, próximo, mas ele lá anda a fazer os seus negócios, os seus arrendamentos, as suas aquisições de terreno e,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

portanto eu não me vou meter nesse assunto. Nesta parcela sobrança, por aquilo que sei, já abandonou porque as pessoas insurgiram-se e, uma das condições que o Presidente da Câmara pôs em cima da mesa é que não houvesse contestação porque a situação para nós, aqui na Câmara teria que ser pacífica. Também lhe quero dizer e, isto é importante e, tem de perceber isto, que os proprietários dos terrenos têm direitos. Nós não podemos limitar, porque nos apetece, os direitos das pessoas. Temos que lhes dizer que não podem fazer porque violam a Lei “X” ou “Y” e, portanto é preciso ter cuidado com estas questões.-----

-----Quanto à questão do acesso, foi outra das questões que eu lhe disse porque eu, felizmente, antes da reunião fui investigar e, com a ajuda do Senhor Presidente de Junta, ele chamou-me a atenção para esse pormenor e disse que o acesso era para manter e para melhorar. O que fizerem aqui é para manter e melhorar e mais, o Senhor Presidente de Junta e, muito bem, fez o seu trabalho de casa, forneceu ao Presidente de Câmara uma carta militar antiga, que eu não conhecia, onde estava lá o traçado do caminho e eu mostrei ao investidor e disse-lhe: atenção que isto é para respeitar! Nós não vamos abdicar disto. Mas, continuamos a achar que é um problema que tem que ser resolvido noutros fóruns. -----

-----Quanto à questão da Unidade de Saúde de Pereira, como deve perceber, ela está assim, não foi num ano e meio que se degradou. Agora, há aqui um problema grave. É que isto não é competência da Câmara Municipal. O que o Presidente de Câmara tem feito em conjunto com os Presidentes de Junta e, eles têm feito um excelente trabalho, é fazer pressão junto da Senhora Diretora no sentido de que estes problemas se resolvam. Eu próprio, junto do superior hierárquico da senhora e, onde ele me vê, vem-me logo prestar informações, veja lá o nível de pressão que eu lhe faço. Ainda no outro dia estava em Poiães e, ele veio logo abordar-me para me dar explicações mas, eles dizem-me uma coisa que é muito importante que eu não consigo dar solução: é que não há médicos, estão à espera de médicos, querem mais médicos e, portanto como eles se estão a reformar, nós não podemos substituí-los por outros porque eles não existem e, portanto, a pressão está a ser feita.-----

-----Quanto à localização, a Câmara Municipal sempre se disponibilizou no passado e, aqui digo-o com toda a clareza, esta Câmara também colabora mas, ali a solução de uma Unidade de Saúde Familiar, tem de partir da iniciativa dos próprios operadores de saúde e, portanto, contem com a Câmara e, fica aqui o anúncio público e, quem quiser que venha ter com a Câmara, nós estaremos disponíveis, como já estava o anterior Executivo e aqui tem que se dizer, para que se instalem em Pereira e que se possa construir uma nova Unidade de Saúde Familiar mas, tem que se perceber que não é investimento da Câmara, são competências que ainda não são da Câmara. Também lhe quero dizer com toda a clareza, que eu já aqui disse, por interpelação da CDU e também digo em relação a este assunto: a Câmara Municipal, enquanto

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

for presidida por mim, não aceita delegação de competências do Governo na educação, nem na saúde. A saúde é um direito universal dos cidadãos, como a educação. Tem de ser assumida pelo Governo. Não pode ser gerida com critérios economicistas como tem sido feito nos últimos anos e, portanto não vamos aceitar as competências que este Governo quer delegar na área da saúde e da educação. Como sabem, querem delegar as competências mas sem o envelope financeiro e, portanto fica aqui também, clarinho como água, este Presidente de Câmara não aceita essa delegação de competências. -----

----- Quanto ao alerta do deputado Fernando Monteiro, muito pertinente, também é competência da APA. Aquilo que eu me comprometo a fazer, eu por acaso estive lá, até para resolver outro problema, que tem a ver com o abastecimento de água lá mas, não me apercebi da gravidade que enunciou mas, como eu respeito muito as suas intervenções e, eu conheço-o bem, de imediato vou dar indicações aos Serviços e à Proteção Civil em particular, para fazer um alerta e, para fazer um pedido de averiguação/intervenção à APA. Quero-lhe dizer também e, provavelmente, é do seu conhecimento, que nós já nos substituímos algumas vezes na limpeza de setores críticos daquela vala à APA. Mal agradecidos eles, como sabem, em relação por exemplo aos traçados das estradas e à forma como trataram o Município, já aqui me queixei mas, nós entendemos que o bem da população é um interesse superior e a Proteção Civil vai lá e faz. Neste caso concreto, senhor deputado, nós não temos maquinaria para fazer esta intervenção: eles têm, nós não.

----- Quanto à questão do Francisco Mano eu já respondi mas, às questões que ele levanta, que também são pertinentes e, eu já ouvi falar aí e, a responsabilidade vai ter que dar as responsabilidades a alguém, não necessariamente a este Executivo, vai ter que olhar para o passado.-----

----- Falha dos Serviços, existem alguns casos de falhas dos Serviços de falta de conhecimento. Como é que um operador com a 4.ª classe sabe trabalhar com uma bomba que nem alguns Engenheiros Eletromecânicos sabem trabalhar com elas ou têm problemas em trabalhar com elas. Falhas existem mas, nós tentamos melhorar e estamos a dar apoio para que eles não tenham problemas. Eu quando aqui cheguei, eles traziam a ferramenta de casa. Hoje não têm esse problema. Não tinham botas, andavam com os pés na água nas ruturas. Isto é verdade, pode falar com eles. Não tinham, digamos, aquilo que é básico e responsabilidade poderá ser isto. -----

----- Concessão das águas, já aqui disse e volto aqui a dizer para que fique explícito: sou absolutamente contra a concessão das águas. Sou a favor da intermunicipal e, também digo, eu podia estar aqui a dar a desculpa do passado: nós vamos integrar uma intermunicipal, não vamos fazer investimento, esta é que era a desculpa do passado, só que as pessoas bebem água todos os dias e, enquanto se negocia a intermunicipal e, eu quero negocia-la com calma, com serenidade e sem a corda na garganta, porque quero

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

partir para negociação numa posição segura, eu vou continuar a preparar o sistema, até porque depois na intermunicipal, o sistema vai ser avaliado e, portanto, todo o investimento que está a ser feito, vai ter que se repercutir na avaliação que se faz. No passado dava-se a desculpa de que como vamos negociar as águas, não fazemos investimento. Não é essa a minha política e, portanto senhor deputado, fique absolutamente descansado, os investimentos na água vão continuar em ritmo de privilégio e acelerado até ao final do ano mas, atenção, a água vai continuar a faltar às pessoas. Aquilo que eu quero e, aquilo que eu desejo, o meu objetivo humilde, porque eu não vou aqui fazer promessas vãs, é que ela vá faltando cada vez menos. Mesmo que o sistema esteja perfeito, basta que exista uma rutura, e temos 6, 7 por dia, vai ter que se fechar a água às pessoas e, portanto, a substituição da rede em baixa, é um investimento colossal e megalómano que justifica a tal integração numa intermunicipal. Que fique claro que a água vai continuar a faltar às pessoas mesmo depois do final do ano em que eu conto ter abastecimentos alternativos. -----

-----Ponte do Paço – Há uma evolução que eu quero aqui dar neste assunto. Para que vocês se mantenham tão atualizados quanto eu. Foi apurado e, com este acidente que foi aqui enunciado, a Ponte do Paço, está sob a tutela das Estradas de Portugal; não está sob a tutela da Câmara Municipal de Coimbra ou da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho. É uma obra de arte que está sob a tutela das Estradas de Portugal. Aqui, há outro fator que era verdadeiro e continua a ser verdadeiro: está no limite geográfico da Câmara Municipal de Coimbra. Juntamente com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra que, eu sinto que está motivado para a resolução deste problema, está a haver pressão, eu já me disponibilizei para o acompanhar, mas ele prefere que seja ainda nesta fase, ele a fazê-la, junto das Estradas de Portugal, por uma solução. Mais, já me disponibilizei perante o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, em assumir metade dos custos da obra, tal importância que se reveste para este Executivo e para esta Câmara Municipal a realização daquela obra. Mais não se pode fazer e, estamos a fazer aquilo que é possível. -----

-----Estruturalmente, a Ponte do Paço está em boas condições ou seja, o arco está perfeito. Aquilo que está mau são as laterais e, portanto, não é uma questão de segurança. O arco mantém-se intocado e, portanto não é possível fechar a ponte porque, o ideal seria fechar a ponte, para que alguém que tem responsabilidades, mais uma vez, este Governo, venha resolver este problema. -----

-----Na própria CIM-RC e, já tive o acolhimento e acompanhamento do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Soure e, aproveito aqui também para elogiar a sua atitude, para que a CIM defenda junto deste Governo, a par do IC6 e IC7, do Metro da Lousã, também a variante Sul de Montemor e de acesso à estrada de Taveiro. Quero e exijo, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, já

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

disse isto nas reuniões da CIM-RC, que a CIM defenda, da mesma forma como defende os outros problemas, defenda este problema também, junto do Governo e portanto, a questão que se coloca aqui é que temos que perceber que o Governo tem a sua política e no próprio I.T.I., naquilo que deveria ser a gestão dos fundos comunitários a cargo da CIM, o próprio Governo faz um mapeamento das necessidades e, a CIM em vez de poder escolher as obras que vai fazer, é o próprio Governo que diz que só pode fazer aquelas. É assim que estamos com este Governo. -----

----- Urbanização Quinta de São Luíz, como é sabido, já prestei esta informação, tiveram conhecimento do meu despacho; estão a decorrer prazos legais e, portanto a situação está em curso.-----

----- Lamento, senhor deputado Oliveira e Sousa, que misture este assunto do Movimento Geológico. Continuo a dizer e, já lhe disse na reunião que tive consigo, para averiguar o nexos causal. Enquanto não estiver demonstrado o nexos causal daquele deslizamento têm a ver com as obras da Urbanização da Quinta de São Luíz, V. Ex.^ª, por mais respeito que me possa merecer e, eu enquanto Presidente de Câmara e V. Ex.^ª enquanto deputado municipal que defende os interesses dos munícipes e também do Município de Montemor-o-Velho e da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, tem que ter a noção que nós temos que ter muito cuidado nisto. Desde já o informo que está marcada uma reunião e, não foi agora que a marquei, porque foi a REFER que a marcou para dia 01/07/2015 às 10h30, para se discutir esse assunto aqui na Câmara Municipal de Montemor-o-Velho.-----

----- Quanto ao Campo das Lages, eu não queria abordar esta polémica. Supostamente era da Câmara Municipal, eu enquanto cidadão de Montemor e que frequentei aquele campo durante muito tempo e que sei das histórias e que já fiz parte dos órgãos sociais do Atlético, não posso afirmar, em abono da verdade, se isto é absolutamente verdadeiro mas, as últimas informações que tem é que era da Câmara Municipal. Quando cheguei à Câmara, a obra estava contratada, não tinha financiamento, fui eu que resolvi o problema do financiamento mas, já tinha protocolo de cedência perfeitamente assumido, contratualizado e, era do conhecimento de toda a gente, estranho que V. Ex.^ª não o conheça. A única coisa que eu fiz foi convocar o Presidente da Direção do Atlético e disse-lhe que estava disponível para lutar pelo financiamento desta obra mas gostaria de contar com a sua colaboração para estender a possibilidade de utilização desta infraestrutura desportiva à Câmara Municipal ou a quem a Câmara Municipal delegar. Porque eu entendi que aquilo é uma infraestrutura desportiva da sede da Vila que deveria ter algum carácter supra clubístico e, quero aqui dizer que o Presidente da Direção foi perfeitamente sensível à minha argumentação e alterou e, hoje é possível que alguém se dirija à Câmara e queira utilizar aquela infraestrutura e eu comunico a prerrogativa de utilização da Câmara desde que não contenda com o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

calendário desportivo do clube, nós podemos utilizar, a única coisa que implica é pagamento de despesas da água e luz, o que me parece ser perfeitamente plausível e, portanto este é o ponto de situação. Houve alguém que não se preocupou com o financiamento. Para o financiamento, eu tive que dar a minha palavra, podem não valorizar isso, que ia cumprir porque Montemor tinha, na altura, pouco mais de 50% de execução dos projetos comunitários e, eu tive que dar a minha palavra de honra que iria cumprir nos timings esse projeto e o de Pereira (Rua Augusto Mendes dos Santos). Quero-lhe dizer que tive que manter reuniões semanais para acompanhar os projetos. Neste momento, só há um projeto financiado com problemas. E eu digo porquê. Porque ainda não temos visto do Tribunal de Contas porque só há 20 dias temos fundos disponíveis. Nós não podemos resolver todas as situações. Portanto, eu tive que dar a minha palavra de honra. Fui ter uma reunião com a senhora Dr.^a Isabel Damasceno e dizer-lhe cumpro. Os projetos estão concluídos e finalizados e, ela disse-me e, perante as pessoas que foram comigo: eu não acreditei. O senhor deu-me a sua palavra mas eu não acreditei na altura. Tal era a gravidade do problema. -----

-----Quanto à questão da EN 111 que o deputado Ricardo Brites falou, foi uma luta tremenda e, também deve saber que eu me incompatibilizei com o banco. Eu não estou a receber os senhores do banco. Eu só recebo o Arquiteto. Tais foram as manobras dilatórias do banco em causa para adiar aquela obra e, portanto eu tive de tomar posições drásticas com o banco e, a obra está a ser feita com uma nuance: nós também alterámos o projeto que estava aqui, com o qual eu, enquanto Vereador não concordei, que não satisfazia as necessidades do local nomeadamente, o escoamento das águas e eu, quero dizer isto com toda a clareza: fazer aquela obra sem resolver o problema do escoamento das águas valia zero; era voltar a ter o mesmo problema e, por isso impus ao banco a reformulação do projeto e, hoje está à vista o trabalho que está a ser feito e penso que é do agrado de todos.-----

-----Quanto à questão da iniciativa da Proteção Civil, permita-me, senhor deputado Ricardo Brites, não foi uma iniciativa da Proteção Civil, é bom que aqui se tenha essa questão clarificada. Foi uma iniciativa do Agrupamento de Escolas, porque tem que cumprir um plano nacional de simulacros e, portanto, aquilo que fez a Câmara Municipal foi supervisionar o plano operacional do simulacro mas, toda a iniciativa foi gerida, montada e concebida pelo Agrupamento de Escolas. Nós só fizemos correções e estivemos presentes enquanto entidade máxima de Proteção Civil. -----

-----Quanto à questão do Amianto, quero-lhe dizer que eu na CIM-RC reclamei verba para substituição do Amianto nas escolas que são propriedade do Município de Montemor-o-Velho. A Escola Básica 2,3 Dr. José dos Santos Bessa, não é propriedade, não pode levar intervenção da Câmara Municipal. A única coisa que eu posso fazer é dar o exemplo e reclamar e reivindicar essa solução e, quero aqui dizer mais uma vez,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

que este Governo voltou a fazer “maquilhamento” destas questões e volta a impor regras. Quero-vos dizer e, isto é bom que saibam, que impôs à CIM-RC uma única obra de 300.000€. Por sugestão minha, está nas atas da CIM, eu entendi e sugeri que se juntasse um conjunto de obras, sobre a mesma matéria que desse o valor de 300.000€, ou um valor considerável e, que esse tipo de obras fossem elegíveis e, naquilo que diz respeito às escolas que são propriedade da Câmara vai ser possível, espero eu, porque nunca se sabe as voltas que isto dá, porque consta dos documentos da ITI da CIM – Investimentos para Montemor-o-Velho, para recuperar não só o amianto, mais algumas situações das escolas do 1.º ciclo que temos a tutela. A escola como a Escola E.B. 2,3 Ciclos Dr. José dos Santos Bessa é do Governo e o mesmo é que tem de promover essa substituição. Não queiram também, porque é fácil dizer, é demagógico dizer que a Câmara se ofereça voluntária para substituir o amianto. -----

----- Quanto à questão do deputado Luís Madaleno, não podia concordar mais com a situação da Estrada da Raseira, da ligação São Jorge - Liceia. É verdade, vamos equacionar um plano de intervenção, eu estou a contactar os Presidentes de Junta no sentido de perceber e fazer um plano de intervenção junto das estradas. É preciso é que haja dinheiro e fundos disponíveis para fazer essas intervenções. -----

----- Eu gostaria de alertar os senhores deputados para o seguinte: a política na Câmara Municipal de Montemor-o-Velho mudou radicalmente. É que pela primeira vez se cumpre a Lei dos Compromissos de 2008, neste momento nós estamos com fundos disponíveis. Posso dizer que iniciamos com fundos disponíveis de 800.000€ e, não pensem que é muito dinheiro: são 800.000€ para 3 meses, é pouco dinheiro de fundos disponíveis mas, estamos a trabalhar com fundos disponíveis e, não há volta atrás ou seja, qualquer Presidente de Câmara, este que está cá ou outro que venha, tem de perceber de uma vez por todas que não há aquela situação do passado, de violação da Lei dos Compromissos, com base numa situação conjuntural. Nós, na Câmara vamos estar iguais a outros Presidentes de Câmara, a outros Municípios que já estão a cumprir esta lei há muito tempo e têm as limitações habituais desta Lei dos Compromissos criada também por este Governo. Agora, nós temos que viver com ela, ela está em vigor. Os senhores deputados municipais, quando fazem as vossas propostas, têm de fazer uma pergunta prévia: Há fundos disponíveis? Se houver fundos disponíveis, faça-se a obra, se não houver, é demagógico e, portanto, isto é um alerta que eu aqui deixo porque vocês vão-me ouvir falar muitas vezes destas questões. -----

----- A partir do momento em que nós entramos em fundos disponíveis, esta situação vai ser recorrente e, portanto, senhor deputado, concordo consigo. -----

----- Quanto à questão das passagens de nível, os nossos Serviços já mantiveram e mantêm conversações com a REFER, para efetivamente nós regularizarmos a questão das passagens de nível mas,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

aproveito uma afirmação que fez, onde diz: “os outros Municípios de Cantanhede e da Figueira da Foz, já fizeram esse trabalho.” E eu digo, muito bem, ao mesmo tempo que diziam esses mesmos Municípios que não devíamos fazer nenhuma intervenção na Linha para defender a Linha da Beira Alta, na primeira oportunidade, já tinham tudo negociado e regularizaram as passagens de nível. Eu quero aqui dizer e, também já deixei esse meu lamento, porque isto é muito bonito fazer discursos mas, é preciso fazer discursos que sejam condizentes com a prática e, eu lamento esta situação mas, nós também já estamos a trabalhar nisso, fomos bons alunos, fomos pessoas muito corretas, este Executivo e anterior, que o anterior também foi enganado e, aqui, quando é para criticar eu critico mas quando é para defender também defendo. Porque o anterior Presidente também foi enganado neste assunto. A partir do momento em que o Município inutilize a linha, deixa de haver muito cabimento para a defesa da Linha da Beira Alta, Linha da Pampilhosa, penso eu.-----

-----Quero-lhe dizer que nós vamos avançar, são muitas, é preciso mais uma vez, atender à questão dos fundos disponíveis, estamos a montar um plano; no plano de recuperação das estradas, vamos ver se também conseguir incluir, existe disponibilidade da REFER, pelo menos ao nível dos técnicos, ainda não fizemos os protocolos a nível superior; estamos a preparar isso; é moroso, muito demorado; a REFER é uma estrutura pesada e, portanto nós temos que ir com calma mas, há disponibilidade, mal seria e, nós vamos avançar também.”-----

-----Usou da palavra o PMAM que disse: “Nós ainda não terminámos o ponto 2, sendo que enfim, eu tenho alguma autoridade e, o Regimento permite-me que se os senhores deputados municipais ultrapassarem 5 minutos de intervenção, eu lhes possa recomendar que as intervenções sejam curtas, tenho dado, mais ou menos esse tempo ao Senhor Presidente. Devo dizer que o Senhor Presidente ultrapassou os 35 minutos que eu tinha na minha mente mas, evidentemente, julgo que os esclarecimentos foram prudentes, necessários e alguns mesmos, esclarecedores.”-----

-----Durante a intervenção do Senhor Presidente eu recebi dois pedidos de intervenção, a quem dou a palavra e recomendo que não ultrapassem os 5 minutos.”-----

-----Pedi a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Eu ouvi com toda a atenção o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Emílio Torrão e, numa primeira análise eu digo-lhe: é um homem ciumento! Noutra segunda análise, faz investidas maldosas. Na primeira parte, o Movimento Independente de Cidadania Por Amor a esta Terra, têm dele o respeito por ser uma pessoa intelectualmente séria e reconhece-o. Têm dele também, ser pessoa organizada. Por isso não tem que ter ciúmes de alguém e dele se regozijar por todas estas características que tem e reconhecidas por outrem mas, há uma parte que tem

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

uma investida maldosa, para não lhe chamar invejosa, senão vejamos e, é preciso lembrar quer ao Presidente da Câmara, Dr. Emílio Torrão, a todos os outros arautos do nosso poder autárquico, que a candidatura deste membro às eleições autárquicas 2013, sempre cessou em rigor com a Lei Autárquica, pelo que foi respeitada a residência oficial do candidato eleito, situação que, por sinal, não é única no país, nem no próprio Município. Estou a refletir seriamente, porque tenho uma empregada em casa e, para facilitar os serviços camarários é onde entregam a documentação. Eu vou pensar esta situação, que me seja entregue na minha residência oficial em Lisboa, por mão própria, os documentos às Assembleias Municipais. Portanto, eu estou a pensar seriamente nisso: receber em mão própria com o tempo de antecedência necessário, dos requisitos legais e do Regimento, para evitar estas situações maldosas e invejosas do Senhor Presidente da Câmara e de alguns arautos políticos, que se olharam para o espelho, fizeram muito pior. -----

----- A par das invejosas investidas de alguns políticos nesta matéria, acabam por ser infundadas e são maldosas. V. Ex.^ª sabe e, sabe também porque também viajou, as viagens efetuadas a Cerizay (França) a Xai-Xai (Moçambique), V. Ex.^ª foi embaixador, não foi só V. Ex.^ª e São José dos Pinhais (Brasil)? Veja que a última comitiva aqui deslocada, pelos altos invejosos da política disto, que o deputado municipal legalmente tem direito mas, aproveitam os incautos, que não percebem, nem entendem o que são os Leis e dizem: “o senhor deputado está a ganhar uma senha de presença enorme”. Nem o senhor deputado nunca pensou e quantificou quanto iria receber e, quando soube pela boca do Senhor Presidente da Câmara, pessoa que eu tenho a máxima admiração e respeito: é um ilustre advogado da nossa praça, um belíssimo advogado e, hoje faz o sacrifício, imaginem bem, de ser o Presidente da Câmara. Eu também não estou por dinheiro. Estou aqui na defesa intransigente dos cidadãos montemorenses, para a dignidade e para a verdade dos factos. Mas, claro, também tenho que ter costas largas para as investidas destas picardias. Apresento as situações porque eu gosto pouco de frequentar aquela coisa que fazem aqui todos os anos, as touradas, para levar algumas marradas mas, também estou paulatinamente à vontade para as receber. -----

----- Mas se quiséssemos esclarecer que estas viagens e este dinheiro gasto, sem contrapartida para Montemor, se foi gasto, quantas senhas de presença, quantos anos chegariam para pagar aos senhores deputados municipais? Ninguém refere portanto, os incautos calam-se, está tudo caladinho mas, aparece aqui o Senhor Doutor Oliveira e Sousa, o tal doutor desta praça que na verdade paga é um dinheirão. Este doutor desta praça, que em muito apreço, também fui criança e vivi mal e, quando vejo pais necessitados com crianças diminuídas, foi logo quando soube pela boca do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Emílio

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

Torrão, a quantia, disponibilizei-a logo para a entregar cabalmente essa entidade. Será que efetivamente este assunto continua no facebook, continua em todo o lado, só porquê? Incomodo? Eu não sou invejoso de ninguém, nem tenho qualquer ânsia para ser Vereador desta casa, para ser Presidente da Câmara aliás, o Senhor Presidente da Câmara sabe. Não tenho. O que eu gosto, efetivamente é de trazer à coação aqui, situações e, não são faladas e, muitos dos meus colegas municipais estão aqui, uns nunca abrem o bico, passam aqui quatro anos sem dizer uma única palavra, são pessoas educadas e corretas mas, quem levanta alguma voz e quem fala, é preso por ter e preso por não ter. A frontalidade, a seriedade em todas as situações, posso-me enganar e peço perdão quando me engano, é natural, quem fala e traz coisas à coação é óbvio que se pode enganar, eu não tenho staff... sou só eu que aqui estou.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara disse que o sistema de interligação da rede das águas, não funciona mas, havia um sistema de ligação de rede que quando uma parte não funcionava, abastecia uma outra parte.-----

-----Relativamente às horas extraordinárias dos funcionários, os seus funcionários fazem horas extraordinárias sem serem pagas? Isto é admissível? Isto chegámos aqui à exploração? Os funcionários andam a trabalhar horas e horas e não recebem dinheiro de horas extraordinárias? Não são obrigados a fazer isto!-----

-----Relativamente ao ajuste direto, o Senhor Presidente ainda há pouco disse que era uma pessoa rigorosa, uma pessoa organizada, mas há questões de lana-caprina que traz aqui, então tem de fazer um concurso para comprar um interruptor? V. Ex.^a não tem disponibilidade de comprar duas peças por 20 ou 30 euros? Foi o que eu percebi, senhor Presidente. Se eu percebi mal, então esclareça-me. De modo que, estas questões ficam aqui e, estes reparos. Se eu erreí faz favor de me esclarecer”.-----

-----Pedi a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “Achei que devia dar a informação a esta Assembleia de que relativamente ao amianto da Escola Dr. José dos Santos Bessa, é uma reivindicação que vem sendo feita, já há alguns anos a esta parte. O amianto está efetivamente muito deteriorado, em alguns sítios está mesmo roto e até chove nalguns locais da escola e que nomeadamente, o ano passado quando o Senhor Ministro propalou que iriam ser todos retirados e a direção aproveitou mais uma vez, tenho conhecimento privilegiado que a senhora diretora enviou dois ofícios para a Tutela, requerendo a remoção do amianto, pelo que tenho conhecimento, a própria associação de pais também reivindicou, o conselho geral fez a mesma reivindicação e até hoje ninguém obteve resposta, nem sequer a resposta aos ofícios foi enviada. Efetivamente, é este o Governo que temos, essencialmente numa altura em que andaram mesmo a dizer na comunicação social que estava a ser retirado. Aliás na anterior direção e, antes de sermos mega

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

agrupamento até foram enviados fotografias dos casos mais degradados para poderem ter conhecimento mas, continuamos com a mesma resposta.-----

----- Aproveito para dar conhecimento à Assembleia Municipal, que não foi só o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que foi alguma vez a alguma comitiva de geminação. Quando era Vereadora da oposição, nunca da situação mas, enquanto primeira Vereadora eleita pelo Partido Socialista, o Senhor Presidente de então, Dr. Luís Leal, convidou-me a participar e eu aceitei. Não tinha nenhuma regalia financeira por causa disso, tive direito às ajudas de custo legais também e, pagaram-me a viagem, é verdade. O resto ficou por conta de São José dos Pinhais mas já agora também queria informar, uma vez que já falaram duas vezes no Senhor Presidente da Assembleia, eu também lá estive, como Vereadora da oposição e a convite do Senhor Presidente da Câmara da situação.”-----

----- Pediu a palavra o membro Luís Madaleno (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Relativamente à resposta da demagogia, que é aquilo que eu não venho aqui fazer de maneira nenhuma. Os problemas existem na mesma e a minha função aqui não é estar calado e não dizer nada durante uma Assembleia Municipal, é falar e, dar opiniões e sugestões. Não lhe exijo de maneira alguma que faça as coisas para ontem, não tenho essa ideia e sei que as coisas demoram tempo a fazer. Até lhe agradeço com a devida antecedência. Posso-lhe agradecer já porque até sei que o Senhor se vai esforçar para as fazer mas, não aceito essa ideologia de que sabendo que há ou não dinheiro, estou a ser demagogo e como tal não deveria falar sobre as situações. Claro que devem ser faladas, o Senhor é que depois tem que criar engenharia financeira para realizar as obras, não sou eu. Essa parte, não fui eleito para ela, esse é o seu papel, não o meu.”-----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Senhor deputado Oliveira e Sousa, quem vai à guerra dá e leva e tem que se habituar. Eu, por acaso usei uma estratégia consigo, de que não respondia às suas provocações e, portanto eu agora sou apologista de que quem vai à guerra, dá e leva e, vou aqui dizer uma coisa que nem era preciso dizer. Eu não fui a nenhuma dessas viagens mas, o senhor até ao final do seu mandato vai gastar mais que qualquer um deles gastou nessas viagens, em senhas de presença. Essa demagogia e, senhor deputado Luís Madaleno, a demagogia não é para si, eu até simpatizo consigo e até concordei consigo. A demagogia é para algumas pessoas. Essa demagogia que tem permanentemente nos seus ataques pessoais e, às vezes pouco decorosos às pessoas que integram este Executivo e o anterior, porque eu crítico o anterior mas, também defendo quando é preciso e todos os Municípios que eu vejo, os seus Presidentes de Câmara, os seus deputados, os seus empresários vão em visitas institucionais, em visitas de diplomacia económica e, portanto eu não estou a pensar em fazer nenhuma, não estou

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

preocupado com isso, agora é de baixo nível até, este tipo de ataques, inclusivamente, não me deu procuração nenhuma ao Senhor Presidente da Assembleia e a outros deputados aqui presentes. -----

-----Em relação às suas dúvidas, são dúvidas mais uma vez maldosas. Quando eu falei em interruptor e em substituição de aparelhos, eu tive o cuidado de dizer que integram o caderno de encargos. O Senhor que é jurista, só ouve o que lhe apetece e, por isso mesmo, desagrada-me a forma trata estes assuntos. É evidente que eu não posso alterar um caderno de encargos quando tem lá equivalente ou seja, tenho que respeitar o fornecedor dos serviços, que ganhou o concurso público, se me colocar lá o equivalente e se for chinês, tenho que o aceitar porque respeita as características. Isto são deficiências da Lei. Não é aqui como V. Ex.^a diz muitas vezes, inexperiência das pessoas; nós temos que cumprir a Lei e, quando eu fiz esse ataque, eu não o fiz a si, fiz a quem faz a legislação, que tenta controlar tudo e não controla nada. Aliás, só favorece este tipo de parvoíces. -----

-----Quanto às horas extraordinárias, mais uma vez está a ser maldoso, eu disse que as pessoas compensavam em tempo ou seja, as pessoas não ficam prejudicadas, em vez de receberem dinheiro, compensam em tempo e é essa atitude que eu louvei aos trabalhadores da Câmara. É voluntário, não sou eu que obrigo e, portanto, o Senhor ouviu bem isto; eu disse isto no passado e, portanto, o Senhor só ouve aquilo que lhe apetece e, infelizmente só ouve para depois fazer a mordidela, a picadela da ordem. -----

-----Quanto às questões das redundâncias alternativas, eu disse aqui e o senhor devia estar a ouvir, se estava distraído, não é problema meu: não existiam; existiam uma ou duas redundâncias/alternativas; quem está a criar somos nós, foi o que eu disse e é preciso que se perceba, sem alternativas onde ir buscar água, não há água.”-----

-----Usou da palavra o PMAM que disse: “Vamos terminar o ponto 2. da nossa Ordem de Trabalhos mas, como compreendem, terei que fazer dois comentários. O primeiro, é que fui a Cerizay, a São José dos Pinheiros e a Xai-Xai. A Xai-Xai, como sabem e, para os que não sabem, fui lá a expensas da Universidade Eduardo Mondlane. Porquê? Porque durante 7 anos consecutivos, fui professor visitante nessa Universidade e, o Senhor Presidente da Câmara, Luís Leal, de facto nomeou-me Embaixador e, nunca um cêntimo desta Câmara pagou o que quer que fosse. Mas, digo com toda a frontalidade, voltarei lá, se necessário for, se assim entenderem, a custas da Câmara Municipal, seja lá, seja a São José dos Pinhais, seja a Cerizay. Não me preocupa rigorosamente nada, aquilo que os senhores deputados municipais pensem. Por isso, estarei aí. Eu sei que efetivamente viajar ainda é algo que faz parte dos sonhos da maioria da população dos nossos municípios, como sabem eu viajo muito em trabalho mas, voltarei lá a expensas da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, se for necessário e em representação da Assembleia Municipal.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

Não tenho qualquer limitação nenhuma a não ser o tempo.-----

----- Reportando uma questão que, eu já disse, que às vezes o tempo não perdoa mas, tenho que fazer aqui outra vez um comentário na ausência do próprio e, o próprio neste caso chama-se António Pardal e, quero dizer aqui perante esta Assembleia que independentemente daquilo que todos V. Ex.^{as} disseram e que é importante, não posso deixar de colocar em ata, a forma como eu me solidarizo com a intervenção dele neste ponto da Ordem de Trabalhos.”-----

----- **Ponto 3. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o ajustamento, redução do valor do Empréstimo de Reequilíbrio Financeiro** – Usou da palavra o PMAM informando que o Senhor Presidente da Câmara teve uma reunião com a Comissão Permanente, em virtude da pessoa responsável pela condução do PAEL e PRF, Professor Doutor Pedro Mota e Costa não poder estar hoje presente, o qual o Senhor Presidente teve a gentileza de convidar para dar as explicações necessárias, informando ainda que é uma pena que esta Assembleia não possa ter as explicações do próprio. -----

----- Agradeceu a possibilidade que o Senhor Presidente da Câmara deu à comissão permanente, de ouvir as explicações do Dr. Pedro Mota e Costa sobre este ponto.-----

----- De seguida deu a palavra ao PCM que disse: “Senhor Presidente da AM, tirou-me as palavras porque efetivamente, eu tenho pena de não estar aqui presente o Professor Doutor Pedro Mota e Costa mas, tive o cuidado de, sabendo que ele estaria ausente para a Madeira no dia de hoje, de lhe pedir encarecidamente que ele viesse cá fazer a explicação à Comissão Permanente da AM. -----

----- Foi intenção deste Executivo, em particular de mim próprio que lidero este pelouro financeiro, de atingir dois ou três objetivos que quero aqui partilhar. -----

----- Em primeiro lugar, viabilizar qualquer solução financeira para a situação caótica e absolutamente preocupante do Município. -----

----- Em segundo lugar, mantive todos os mecanismos disponíveis e, em terceiro lugar optei por este porque me pareceu ser aquele menos penalizador para o futuro. -----

----- Eu tinha consciência e já aqui foi explicado e, por isso não me quero alongar muito sobre este assunto que, qualquer solução iria penalizar os nossos munícipes e os futuros autarcas deste Concelho. A situação criada não fui eu que a criei; eu sempre critiquei esta situação, eu sempre entendi e preveni que nós iríamos chegar a esta situação. -----

----- Neste momento atingindo a meta que me propus de, reduzir o passivo de forma a absorver aqueles 2,5 milhões de euros que havia de diferencial no início do mandato, se nós viabilizássemos logo o PAEL, estão absorvidos, estão pagos. Chegar ao momento de ter fundos disponíveis e sair como sairmos e,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

afastarmos o mais rápido possível do novo mecanismo criado por este governo: que se o mecanismo do PAEL e do Reequilíbrio Financeiro era penalizador para princípios do municipalismo português, o FAM é em dobro, triplo, quádruplo, aquilo que vocês quiserem. -----

-----Eu, enquanto puder afastar-me-ei deste mecanismo do FAM, o mais depressa possível e com toda a destreza possível, porque tenho a consciência que os munícipes de Montemor não mereciam esta situação, muito menos merecem a solução. Por isso mesmo, nós fizemos o trabalho que fizemos que nos permite e, entrando no ponto, reduzir o montante que nós vamos pedir neste PAEL e Reequilíbrio Financeiro, por forma a que se penalize o menos possível, o serviço da dívida ou seja, a diminuição de cerca de 800.000€ no serviço da dívida, vai-nos permitir tornar viável e exequível o PAEL e o Plano de Reequilíbrio Financeiro.”

-----Pedi a palavra o membro Francisco Mano (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Apenas referir que quanto a esta questão, temos que entender que este ajustamento e esta redução do valor do empréstimo de reequilíbrio financeiro decorre em tempos diferentes. Hoje em dia temos, como toda a gente verifica, taxas e spreads mais baixos que aqueles que tínhamos na altura dos pedidos do empréstimo. Isto porque na altura, a situação do país e da Europa era bem diferente daquilo que estamos em dia. Atravessávamos na altura, se calhar, a pior altura da crise desta ultima crise económico financeira. No entanto, temos que salientar que pode existir agora um aumento direto a nível de cash flow mas, o valor global vai-se manter igual devido à passagem, como já foi referida, do empréstimo de 15 para 20 anos. -----

-----Por isto que já referi, apenas dizer que a Bancada não vai dizer que sim a esta questão porque faríamos de maneira diferente, achamos que hoje em dia as condições são outras, tanto a nível nacional, como europeu. No entanto, também não iremos votar contra, ao contrário do que outras pessoas anteriormente, em anos transatos o fizeram, quanto a estas decisões mas, não iremos votar contra porque o método já vem de trás e de Executivos anteriores.” -----

-----Pedi a palavra o membro Ricardo Brites que disse: “Senhor Presidente, apenas para referir que não nos iremos alongar muito neste ponto até porque a nossa Declaração de Voto irá, digamos assim, servir para justificar o voto neste ponto e no ponto seguinte. Apenas aqui referir e salientar que a nossa posição vai de encontro a uma solução e a um plano que não é do PS, que não é do PSD, diria até que é de ambos, é do Governo, do anterior e do atual Governo do País e a nossa preocupação e votação vai de acordo para que seja um plano para o Município e que do menos mau de todos, para que seja uma ferramenta que a mais breve curto prazo seja alterada e modificada e ajustada para a realidade do nosso Município e para as possibilidades que os nossos munícipes têm, neste momento.”-----

-----Pedi a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “Irei falar já pelo ponto da OT n.º 3 e 4.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

Em primeiro lugar, dizer que, efetivamente e, na altura acho que fui eu mesma que fiz intervenção em nome do Partido Socialista, votei contra o anterior PAEL e votei em consciência, se fosse hoje votaria outra vez. Não estamos no ontem, estamos no hoje e, hoje houve uma consolidação de contas que efetivamente permite que este PAEL seja exequível e o anterior tanto não era que o próprio Tribunal de Contas o colocou em causa. E ele ainda não tinha sido aplicado, porque havia aqui uma série de dúvidas devido à sua não exequibilidade. Era preciso fazer a consolidação de contas, este Município fê-lo e, foi exatamente esta consolidação, foi tornar-se um bom pagador, foi o conseguir colocar as faturas em dia e as suas contas em dia, que permitiu a diminuição do spread e a sua negociação e o prolongamento até 20 anos. Não tem a ver com a economia, não tem a ver com a conjuntura económica, ao contrário do que foi dito e o senhor Presidente da Câmara de certeza que poderá fazer isso mas, eu tive o privilégio de estar na reunião da Comissão Permanente e, ouvi a explicação técnica que foi dada pelo Professor Doutor Pedro Mota e Costa e, efetivamente isto resultou de uma negociação que teve muito a ver com a atual situação financeira desta Câmara Municipal por este Executivo, porque enquanto maus pagadores, o spread continuaria alto e, precisamente por isso é que se conseguiu uma redução de spread de 5,75 para 3,75; a par disto a negociação porque os 15 anos também não era porque a Câmara assim o queria. Os 15 anos foram exigidos exatamente por causa da situação que a Câmara tinha à data do PAEL. Portanto, logicamente que face a isto, congratulamo-nos efetivamente com uma redução da dívida; congratulamo-nos com o caminho em que vão as finanças atuais desta Autarquia que já nos permitem, inclusive, a capacidade de negociar e por aquilo que eu me apercebi até de poder ser renegociado mais uma vez, daqui a algum tempo a continuar a situação desta maneira, motivo pelo qual voto, ao contrário do que fiz anteriormente, favoravelmente, assim como o vai fazer a minha bancada.”-----

----- Pediu a palavra o PCM que disse: “Em primeiro lugar, senhor deputado Francisco, o que está aqui em causa não é aquilo que disse. O que está aqui em causa é a redução do valor e aquilo que devia ter feito era elogiar este Executivo porque reduziu o valor que vai pedir a uma entidade bancária. Vai prescindir de recorrer a duas entidades bancárias e vai pedir só a uma entidade bancária e, já de agora, devia ter elogiado, não devia ter feito a tal intervenção que fez. -----

----- Depreendo que não percebeu o que é que está aqui em causa. O que está aqui em causa é rigorosamente isto: este PAEL e este Reequilíbrio, vou responder às duas, é rigorosamente a mesma coisa que foi proposta pelo anterior Presidente de Câmara, Luís Leal, nesta Assembleia Municipal, só que melhorado e viável e, por isso eu, se compreendo a intervenção da CDU, porque no fundo partilhamos da mesma questão ideológica que é os FAM's, que são verdadeiros atentados aos princípios do municipalismo.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

Isto não é forma de resolver e de interagir entre o Governo Central e os Municípios, a forma como nós, autarcas somos tratados, eu, se percebo aquela intervenção, já não percebo essa, porque efetivamente se trata do mesmíssimo plano. O que é que foi alterado? Spread e maturidade, nada mais e, já de agora, que é aquela parte, reduzimos o valor que vamos lá buscar. Para quê? Para resolver aquilo que foi mal feito no Executivo anterior e já de agora, vamos aqui também, abrir um bocadinho mais o leque da intervenção. É que eu estou aqui a resolver um problema criado pelo anterior Presidente de Câmara. É que contratualizou isto, o PAEL, foi junto das entidades credoras dizer eu comprometo-me a cumprir este Plano de Saneamento Financeiro e o que é que ele fez? Fez o seguinte: continuou a gerar dívida e a fazer dívida e vocês podem ver aquilo que estamos a pagar na listagem dos fornecedores. Vejam e divulguem ao público para verem se eles aceitam e compreendem e respeitam aquilo que foi feito, que nós vamos pagar nos próximos 20 anos. Vejam e divulguem. Tenham a coragem de divulgar a listagem dos fornecedores a quem nós devemos dinheiro e dos montantes que lá constam. É que dizer que foi para fazer obra, é demagógico mais uma vez. Se não divulgarem vocês, vou fazer com que seja divulgada, que é para acabar com a demagogia. Por isso mesmo, o que estamos aqui a tratar é da mesmíssima coisa que o Dr. Luís Leal contratou com as entidades bancárias, com essas tais diferenças e, já de agora, quero-lhe dizer que não é só um problema de conjuntura. Sabe porquê? Não é um problema de conjuntura que determinou os 5,75% de Spread ou que determinou os 15 anos de maturidade. É um problema de má gestão da Câmara Municipal; da Câmara Municipal estar referenciada como incumpridora; está na lista negra da CGD ou seja, é um Município incumpridor e, quero-lhe dizer que, também vou aqui adiantar uma coisa que é um problema que vocês têm que resolver, não sou eu. É que o Senhor Presidente da Câmara anterior, no período de setembro até final, assumiu 4.000.000€ de compromissos, para que quem viesse para cá depois, nem conseguisse pagar este Plano de Reequilíbrio Financeiro, não conseguisse fazer nada. Para que 4 anos depois, pudesse vir o salvador, o Dom Sebastião, mas isso é um problema que vocês têm que resolver e que não tem a coragem de resolver nem nesta votação porque estão a votar no mesmo plano negociado pelo senhor Presidente da Câmara, Luís Leal, melhorado e viável. Porque não só este Executivo resolveu esses 4.000.000 € de compromissos, como pagou dívida suficiente para que nós possamos doravante, pagar este serviço da dívida, porque aquilo que estava programado e contratualizado, não era pagável, não era para cumprir. Era para quem já cá estivesse, podia ser eu, podia ser qualquer um dos candidatos que se candidatou. Aquele que ganhasse a Câmara, não cumprisse e o que está aqui em causa foi limpar isto tudo, resolver isto tudo. Se me perguntarem a mim, eu se tivesse hoje a votar este plano com liberdade e sem a necessidade de resolver o problema da Câmara, eu tenho a noção que hoje, estamos a votar uma das

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

coisas mais importantes para os próximos 10, 15, 20 anos. Vocês, se calhar, não têm a noção, mas eu tenho o sentido de responsabilidade e sei, até contra as minhas opiniões pessoais porque isto revolta-me. Aquilo que vão fazer ao Município, a necessidade que eu tenho de contratualizar isto e, de ter alguém a comandar-nos, enquanto autarca, isto revolta-me mas, tem que ser resolvido, temos é que apontar os dois dedos a quem nos trouxe para esta situação. Agora, temos que resolver este problema e, esta é a solução e, por isso mesmo não está aqui em causa fazer mais ou menos. O que está aqui em causa é doravante, poder fazer uma coisa nesta Câmara: poder ter pagamentos em dia, poder ter a situação financeira regularizada. Uma outra opção que foi explicada na Comissão Permanente: a opção entre o PAEL e o FAM. O FAM é um compromisso para 20 anos, é a tutela deste Município durante 20 anos, o PAEL é durante 5. Se nós nos portarmos bem, se nos tornarmos um Município cumpridor, durante 5 anos vamos ter os malefícios da Troika. Esta é a realidade que temos aqui. PAEL ou FAM? O FAM é muito pior, para além de que o FAM pode pôr em causa o quadro de pessoal da Câmara, nomeadamente nós podemos ser obrigados a fazer despedimentos, que também não queremos; O FAM vai-nos obrigar a pôr as taxas todas no máximo, há algumas que não estão e, portanto, nós com este procedimento podemos resolver com o mínimo de danos colaterais, o problema financeiro da Câmara. Não está aqui a resolução do problema por o Presidente da Câmara ter mais dinheiro para gastar aí; está para se fazer aquilo que tem de ser feito. -----

----- Já de agora, quero dizer que eu, quando paguei 2,5 milhões de euros de dívida, podia ter feito obra para campanha eleitoral mas não, andei a pagar dívida da campanha eleitoral do Presidente da Câmara anterior para poder viabilizar este documento. Hoje, este Executivo podia estar muito melhor com 2,5 milhões de euros de obras feitas às pessoas e com as mesmas todas contentes, por essa obra que podíamos ter feito: não foi feita porque tínhamos que pagar as dívidas para poder viabilizar isto.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Antes de passar à votação, eu tenho dois pedidos de palavra, sendo certo que estou disponível a dar e explico porquê. Porque evidentemente acho que se trata aqui da “defesa da honra” da bancada da Coligação. -----

----- Pediu a palavra o membro Francisco Mano (Coligação Mais por Montemor) que disse: “O senhor Presidente da Câmara falou e bem, desta redução do passivo mas, não podemos estar a dizer que isto foi uma engenharia do outro mundo que se criou aqui para que esta redução do passivo fosse feita. Temos claramente que dizer que, neste momento houve esta redução por causa do aumento dos impostos que houve e destaco nomeadamente a questão do IMI e da água que é isto que torna que, se calhar possa estar aqui a dizer que houve uma redução e que vai permitir que este empréstimo passe dos 15 para os 20 anos, etc. Fica apenas esta consideração.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

-----Pedi a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: Senhor Presidente eu penso ser muito e não me quero tornar repetitiva. O Senhor Presidente da Câmara referiu-se aqui ao anterior Executivo, isso já é uma coisa recorrente, poder-se-ia também referir aos anteriores do anterior Executivo porque muito teríamos para dizer, isto só para lhe dizer o seguinte, senhor Presidente: quem se candidata a governar, tem a sua estratégia, tem a sua qualificação, governa como entende, quem se candidata a seguir para um determinado lugar, neste caso político, eleito democraticamente pelas pessoas, tem que assumir aquilo que quer fazer e tem que ficar com a pesada ou com a leve herança que herança, palavras suas, que o senhor costuma falar na pesada herança. -----

-----O senhor foi Vereador no anterior Executivo, o senhor assistiu a muitas aprovações dentro deste órgão, dentro das reuniões de Câmara, o senhor votou contra muita coisa e fez parte. Não pode dizer que não sabia. O senhor quando se candidata é para ganhar; se o senhor ganhou tem que assumir e tem que pegar nas coisas e fazer o seu melhor; é isso que o senhor diz que está a fazer, nós acreditamos que sim. Achamos que o senhor é uma pessoa honesta, é uma pessoa capaz, com boas características mas, também tem que respeitar aquilo que foi feito no passado e, sobretudo há uma coisa que o senhor tem que fazer: é não dar indicações para a nossa bancada quem é que está, quem é que virá a seguir, porque isso, senhor Presidente, com o devido respeito que me merece, isso não lhe diz respeito, minimamente, por isso, o Senhor não nos faça isso, porque nós também não lhe fazemos isso; O senhor sabe que nós somos uma bancada responsável, sempre que nós tentamos fazer as nossas intervenções é no sentido positivo, nós estamos aqui pelo nosso Concelho. Eu quero um Concelho melhor; eu quero um Concelho com melhor sucesso; eu quero um Concelho que no presente esteja melhor e poderá estar melhor no futuro. Portanto, a política é de cada partido. Cada um é que tem de definir aquilo que quer. Eu respeito o seu partido, assim como o senhor tem que respeitar o meu, portanto, aí há o limite, há a liberdade de cada um e, eu peço-lhe se faz favor, se nas próximas intervenções tenha essa contenção, porque eu também o faço.” -----

-----Pedi a palavra o PCM que disse: “Em primeiro lugar, aquilo que foi feito por este Executivo, é feito. Aqui não há uma opção política deste Executivo. Nós somos obrigados em função do anterior e quero-lhe dizer senhora deputada Ana Cristina Jorge que eu nunca me irei abster de comentar aquilo que quiser sobre o anterior Executivo. Eu até tinha prometido que não iria falar sobre o anterior Executivo porque nós temos que falar no futuro, o problema é que desse lado aí, vocês têm memória curta, esqueceram-se de repente. Olhe, eu vou-lhe dizer uma coisa para ser muito breve, nem eu sabia enquanto Vereador da oposição, nem os Vereadores da posição sabiam o que quer que seja sobre estes assuntos económico-financeiros e, muito menos a senhora sabia e, o problema aqui, desta história toda é que nós refugiamo-

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

nos na luta política, usamos do artifício político para termos lapsos de memória. Se todos tivéssemos a memória bem fresquinha, eu não precisava este tipo de intervenções mas, não será a senhora também, nem ninguém neste mundo, que me vai proibir de dizer aquilo que eu penso, que eu sinto e que é verdade.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 28 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES -----

----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	Abstenção-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	Abstenção-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	Abstenção-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	Abstenção-----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	Abstenção-----
----- Joaquim António Graça Raíno-----	A Favor-----
----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	Abstenção-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	Abstenção-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	Abstenção-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	Abstenção-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	Abstenção-----
----- Sara Cristina Cruz Gomes-----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	Abstenção-----
----- Eusébio Ramos Sousa Campos-----	Abstenção-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- António Almeida Coelho-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo----- A Favor-----
----- João António Góis Girão----- A Favor-----
----- Dora Marisa Pessoa Maia----- Abstensão-----
----- Raul Nunes Leitão----- A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento.-----

----- **Ponto 4. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o ajustamento/atualização do PRF e quadros anexos do PAEL em consequência do ajustamento do valor do Empréstimo de Reequilíbrio Financeiro e da Execução Orçamental até 31.12.2014** – Usou da palavra o PMAM que disse: “Relativamente a este ponto da OT, obviamente que a discussão tida anteriormente foi mais sobre este ponto que propriamente sobre o ponto 3. Como eu próprio achei que não devia retirar a palavra a ninguém, porquanto eles, de facto estão interligados, eu dou a palavra a AM, se mais alguém tem necessidade de intervir sobre o ponto 4 da OT.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 29 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES-----

----- Fernando Jorge dos Ramos----- A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro----- Abstensão-----
----- Carlos Lucas Correia----- A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno----- Abstensão-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge----- A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge----- Abstensão-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites----- Abstensão-----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço----- A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano----- Abstensão-----
----- Joaquim António Graça Rainho----- A Favor-----
----- Carlos Alberto Costa Gomes----- Abstensão-----
----- Olga Susana Miranda da Silva----- A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco----- Abstensão-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro----- Abstensão-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

----- Carolina Ferreira Aires-----	Abstenção-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	Abstenção-----
----- Sara Cristina Cruz Gomes-----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	Abstenção-----
----- Eusébio Ramos Sousa Campos-----	Abstenção-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- António Almeida Coelho-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Dora Marisa Pessoa Maia-----	Abstenção-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- António Correia Pardal Bispo-----	Abstenção-----

----- **Declaração de Voto dos membros da CDU – Coligação Democrática Unitária relativamente aos pontos 3 e 4 da Ordem de Trabalhos:** -----

----- *“Redução do valor do Empréstimo Reequilíbrio Financeiro:* -----

----- *- Já tivemos aqui oportunidade de referir que não pode o PS dizer que tudo isto, que de repente, por obra e graça da Sr.ª do Desterro (que agora também está contemplada na ARU), as contas do município estão na trajectória de consolidação orçamental!* -----

----- *Tudo isto já estava aprovado em 2013 por esta Assembleia! O plano de pagamentos já estava liminarmente previsto e estabelecido;*-----

----- *- Contudo não podemos esquecer, e por isso a CDU volta a afirmar, que o problema do desequilíbrio financeiro do Município surgiu em 2009, quando o anterior executivo do PSD/CDS, priorizou as obras eleitoristas em vez de investimentos estruturantes que hoje seriam o suporte do desenvolvimento e da estabilidade financeira do Município;*-----

----- *- Por isso não foi surpresa para a CDU quando em 2012 somos confrontados com uma dívida total de 33 milhões de euros e que depois se viria a fixar nos 29 milhões!*-----

----- *- Pois se o governo do PS e do PSD/CDS nos trariam a Troika estrangeira, seria pela mão do governo de Passos e Portas que nos bateria à porta a Troika nacional com o embuste PAEL e todos os malefícios que*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

este plano de apoio aos municípios pressupunha e pressupõe; -----

----- Pois com o actual executivo de maioria socialista, a fixação pela dívida foi e continua a ser, o tema principal de todos os discursos. À custa da dívida os nossos municípios estão mais pobres, pagam mais pela água, pelo saneamento, pelas taxas e por todos os serviços municipais, mas também tomam menos banhos é certo, que não há semana que não falte água em algumas freguesias, particularmente em Seixo de Gatões; as nossas associações viram os apoios serem drasticamente reduzidos e as nossas Juntas de Freguesia sofreram por parte de executivo o que os governos do PS e do PSD/CDS tem feito aos municípios... tomem lá competências que o dinheiro vai para os banqueiros;-----

----- - Mas afinal Sr. Presidente qual é a pressa, qual é a pressa!? -----

----- - Será que os autarcas socialistas não acreditam numa vitória nas próximas eleições legislativas? Será que não teria coragem suficiente o Partido Socialista, caso seja governo, aquele lá de Lisboa, por que às vezes parece-nos que são coisas diferentes, para pôr fim ao saque a que as autarquias e o poder local tem estado sujeito ao longo destes anos? -----

----- - Não tem o PS esperança, assim só um bocadinho, que a exploração da banca aos municípios possa ser travada, e que a banca pública possa ajudar verdadeiramente os municípios em dificuldades financeiras?-----

----- - Pois não Sr. presidente, não há esperança nem neste governo nem no próximo seja ele do PS ou do PSD/CDS ... não há esperança neste executivo de maioria socialista nem no próximo enquanto não se priorizarem os investimentos... enquanto forem a eleições sem programa, sem projecto, sem ideias, não há qualquer tipo de esperança;-----

----- - Não podemos andar ao sabor das tendências... a união europeia mandou gastar e os governos gastaram! Os governos mandaram gastar e as câmaras municipais gastaram (como foi o caso da Parque Escolar e outros... tínhamos uma escola secundária com menos de 20 anos, quando se deu por ela já estava no chão, em nome de não se se sabe bem o quê nem de quem!?!);-----

----- - Sr. Presidente, caros membros desta AM, o que preocupa a CDU não é a redução do valor do Empréstimo de Reequilíbrio Financeiro, não nos preocupa o ajustamento do valor desse empréstimo;-----

----- - O que nos preocupou, foram os últimos 20 anos, foi a maneira como chegámos até este ponto; o que nos preocupou foram as opções que o Partido Socialista tomou para reduzir a dívida; o que nos irá preocupar serão as decisões políticas que irão ser tomadas de acordo com uma ambição eleitoralista em vez de uma aposta estruturante no caminho do desenvolvimento e do crescimento em que as famílias, os jovens os mais idosos possam viver melhor!-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

----- - *O que nos irá preocupar no futuro será a luta imediata para a revisão do Spread e consecutiva tentativa diminuição do serviço da dívida; o que nos irá preocupar será a luta pela revisão da taxa do IMI uma vez que o aumento do valor da receita mais que o permite; o que nos preocupará será a diminuição do preço da água e saneamento para valores sérios e mais acessíveis à maioria dos nossos municípios;*-----

----- - *Sem qualquer problema de consciência política e não faltando ao compromisso que a CDU traçou com os que acreditaram e acreditam no nosso projecto autárquico, considerando, que este plano não é para o PS, não é para o PSD/CDS PP, mas sim para o Município e o menos mau; considerando a necessidade de estabilização financeira da Autarquia, o nosso voto é a abstenção relativamente ao plano apresentado para o reequilíbrio financeiro do município de Montemor-o-Velho.*-----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Ponto 5. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas 2014** – O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Com a permissão do senhor Presidente da AM, eu dava a palavra ao nosso Revisor Oficial de Contas, a quem agradeço e, já de agora, uma explicação prévia, que é uma questão muito suscitada aqui, porque é que manda em draft para a Câmara Municipal e depois manda o documento definitivo para a Assembleia Municipal, se fizer favor, faça uma explicação sobre isso.”-----

----- O PMAM deu a palavra ao Professor Doutor Marques de Almeida que disse: “ Eu estou aqui, a pedido do Senhor Presidente da Câmara para elucidar a Assembleia relativamente às contas consolidadas do Município de Montemor. Há todo um conjunto de dispositivos legais que obrigam os Municípios, todos eles, desde que participem em empresas locais a apresentar as contas consolidadas. Neste caso concreto, o Município tem uma participação numa empresa designada WRC – Agência de Desenvolvimento Regional S.A., com sede na Curia – Tecnoparque e, esta empresa é participada pelo Município em 0,55%, o que é uma percentagem completamente irrelevante. No entanto, a Lei manda consolidar nas contas do Município esta participação. Diria que o assunto só tem novidade, porque de facto, em termos materiais é completamente irrelevante porque o capital que o Município tem nesta empresa é 0,55, tanto é que as contas consolidadas do Município, relativamente às contas do Município sem esta participação, a diferença são 1000€ portanto, isto é completamente irrelevante mas resulta da Lei. *Dura Lex sed lex* e, portanto o Município é obrigado a apresentar as contas consolidadas. Portanto, as contas consolidadas do Município é só isto: é o Município de Montemor-o-Velho *stricto sensu* mais a participação que tem de 0,55 nesta empresa WRC.-----

----- As contas têm uma afetação de cerca de 1000€, no entanto como a WRC tem uma série de reservas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

nas contas e tem ênfase nas contas. Só para lhe dar um exemplo, a WRC tem um capital de 1.355.000€ mas, registado só está 1.035.000€ portanto, tenho aqui este desfasamento e, o revisor desta empresa introduziu reservas nas contas, ênfase nas contas e, evidentemente este ênfase de discrepância entre o capital que está na Contabilidade e o capital que está realizado, também vai ser repercutido nas contas consolidadas do Município de Montemor-o-Velho e, portanto, as contas consolidadas que tinha dois ênfase, passam agora a ter três ênfase, pelo facto do Município participar nesta empresa mas, como eu disse, os efeitos desta consolidação são completamente irrelevantes, os rácios económicos, financeiros, sociais, etc, todos eles se mantêm inalterados portanto, isto é uma picuinha meramente jurídico-obrigatória, mais nada. -----

-----Porque é que nós enviamos os documentos agora em draft? Porque segundo orientação da DGAL, nós só nos podemos pronunciar sobre documentos aprovados e portanto o balanço consolidado não está aprovado e, nós, ou qualquer outra sociedade de auditoria, só emitimos os documentos definitivos, depois dos documentos estarem aprovados. É assim que sucede nas empresas privadas. O conselho de administração aprova as contas e nós pronunciamo-nos sobre contas aprovadas. No entanto pensamos que devemos dar um determinado conforto às pessoas, aos agentes que aprovam as contas e, nesse caso, nós emitimos um draft, um documento provisório, que será transformado em definitivo que orienta e dá um certo conforto às pessoas que estão encarregadas de tomar a decisão de aprovar ou reprovam as contas e, portanto é por causa da orientação da DGAL, através de um jurista, que de facto, fazemos esta dicotomia.” -

-----Pede a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Nós percebemos que, de facto, esta prestação de contas decorre daquilo que nos foi informado agora e que nós próprios, também na Comissão Permanente já tínhamos falado sobre esta matéria, que é a participação do Município nesta empresa, WRC, de 0,55 e, portanto é de facto inerente a essa participação. -----

-----No entanto nós vamos manter o sentido de voto, de acordo com a votação dos nossos Vereadores relativamente a esta matéria.” -----

-----Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 28 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

-----VOTAÇÕES-----

-----Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
-----Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	Abstenção-----
-----Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	Abstenção-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	Abstenção-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	Abstenção-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	Abstenção-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	Abstenção-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	Abstenção-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	Abstenção-----
----- Sara Cristina Cruz Gomes-----	A Favor-----
----- Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	Abstenção-----
----- Eusébio Ramos Sousa Campos-----	Abstenção-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- António Almeida Coelho-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Dora Marisa Pessoa Maia-----	Abstenção-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento. -----	
----- O PMAM declarou os trabalhos suspensos por um período de 1 hora. -----	
----- Os trabalhos foram retomados quando eram 14h45m. -----	
----- Ponto 6. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 1.ª Revisão do PDM de Montemor-o-	

Velho – Aprovação do Relatório de Ponderação da Discussão Pública e Aprovação da Proposta Final de Plano-- Usou da palavra o PMAM que disse: “Eu julgo que o Senhor Presidente ou os Serviços em seu nome

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

querem fazer uma apresentação do PDM e, que nos solicita que efetivamente tenhamos algum beneplácito, no sentido de se virarem para a entrada da sala para visualizarem a apresentação que irá ser feita.”-----

-----O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Quero dar nota que isto foi um projeto que nós encontramos em curso na Câmara Municipal, bastante atrasado e com alguns entraves que foi necessário superar. Foram superados, repito aquilo que já disse na reunião de Câmara, gostaria de agradecer aos Serviços e elogiar a sua prestação e a sua dedicação quase exclusiva nos últimos tempos a este procedimento porque sem a vossa colaboração e sem a vossa dedicação quase exclusiva, às vezes para além do horário de trabalho, não seria possível cumprir os prazos porque, entretanto, saiu nova legislação que punha em causa, há por exemplo Municípios como o da Figueira da Foz que, abdicou da revisão do PDM, nós não o fizemos por uma razão muito simples. Porque as conquistas que entretanto foram efetuadas por este Executivo e pelo anterior Executivo em relação a dois instrumentos de regulação do território, nomeadamente a RAN e a REN, eram substanciais, iríamos ser imensamente prejudicados, muito mais do que com a entrada em vigor desta revisão. -----

-----Para finalizar, o PDM depois de revisto e aprovado vai entrar novamente em revisão para se adequar à nova legislação nos termos da Lei. -----

-----Gostaria de pedir à Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão do Território, Eng.ª Graça Pinto, que prosseguisse com a apresentação do ponto.”-----

-----A Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão do Território, Eng.ª Graça Pinto efetuou uma breve apresentação deste assunto tendo evidenciado o percurso do projeto e procedimentos mais relevantes desde a data da Reunião da Câmara Municipal de 28 de fevereiro de 2003 na qual foi deliberado dar início ao processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Montemor-o-Velho, referindo as várias reuniões da Comissão Mista de Coordenação, as alterações legislativas com reflexo na área do Planeamento e Ordenamento do Território que ocorreram em 2009 e as orientações emanadas do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro que implicaram a total reformulação da proposta apresentada em 2009. Salientou o reinício do processo em 2011 – Deliberação da Câmara Municipal de 16 de agosto de 2011 – na sequência da qual foi apresentada à Câmara Municipal uma nova proposta no ano de 2012 que constituiu a base de trabalho para a Proposta agora presente nesta Assembleia.-----

-----Referiu o trabalho desenvolvido a partir daqui com visita a todas as freguesias do Concelho para verificação da proposta de ordenamento e as reuniões realizadas com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia tentando, tanto quanto possível, acolher as suas sugestões; as reuniões realizadas com a CCDR-C,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

ICNF, DRAP-C; o processo relativo às exclusões da Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional e a reunião da Comissão Nacional da REN em Janeiro de 2014 na qual foram apreciados os pedidos de exclusão e respetiva carta final da Reserva Ecológica Nacional para o Concelho.-----

----- Salientou, também, a ultima reunião da Comissão Mista de Coordenação e o parecer final emitido que foi favorável com as condicionantes constantes dos pareceres emitidos pelas várias entidades. -----

----- Referiu, de seguida, as reuniões de concertação realizadas com a CCDR-C, ICNF e DGT, a deliberação da Câmara Municipal de 23 de março de 2015 na qual foi deliberado dar início ao período de discussão pública, as participações recebidas durante este período, a ponderação efetuada pela Câmara Municipal sobre os resultados da discussão pública e as correções introduzidas na Proposta do Plano, daí decorrentes, bem como a deliberação da Câmara Municipal de 8 de junho de 2015 onde foi tomada decisão no sentido de propor à Assembleia Municipal a aprovação desta Proposta do Plano logo que notificado à Câmara e Assembleia Municipal o parecer final da CCDR-C. -----

----- De seguida efetuou a apresentação do Plano, referindo o conteúdo material e documental e os aspetos mais relevantes da Proposta.-----

----- Em termos documentais o Plano é constituído pelos seguintes elementos:-----

----- - Regulamento -----

----- - Planta de ordenamento-----

----- Quanto aos aspetos mais relevantes da Proposta salientou: -----

----- - A Estratégia de Desenvolvimento Territorial, a Classificação e Qualificação do Solo, as Condicionantes com ênfase para a REN e RAN e Perigosidade de Incêndio; o Regulamento. -----

----- Concluindo, referiu que, caso a Assembleia Municipal delibere aprovar o projeto da 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Montemor-o-Velho, a aprovação terá que ser condicionada à publicação da carta da REN do Concelho de Montemor-o-Velho e homologação pelo ICNF do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, tal como consta do parecer final da CCDR-C. -----

----- Pediu a palavra o membro Luís Madaleno (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Esta alteração ao PDM é ou poderá ser um motivo de esperança para os munícipes. É um instrumento que pode permitir a fixação, apesar de já terem fugido alguns, de algumas famílias ou empresas no nosso Concelho e abrir algumas portas que estão fechadas desde 1997, altura em que o atual PDM é proveniente. -----

----- Deve ser elogiada a intervenção reiniciada em 2012 e que, felizmente, quase todas as forças políticas na grande maioria, esteve empenhada em levar este projeto até ao fim, apesar de já ser um bocadinho em cima do limite de tempo. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

-----Surge apenas uma dúvida, uma situação porque vou falando com as pessoas e porque vou conhecendo e conversando com as pessoas e acho que é desta forma que nós devemos chegar a certas e determinadas conclusões. -----

-----Eu não me envergonho, não tenho problema, muitas vezes essa palavra é falada como um adjetivo depreciativo mas eu não tenho problema nenhum. Eu sou um gandarês, assumido e com muito orgulho de o ser. Gosto muito das pessoas da minha região, da sua originalidade e pela forma como pautam a sua vida, principalmente pela sua humildade. Preocupo-me com as pessoas e, tenho algumas dúvidas se, relativamente ao Parque Agrícola de Arazede, foram ouvidas. Eu tenho algumas dúvidas disso porque eu vou falando com essas pessoas e às vezes parece-me que não. Não me parece que algumas destas pessoas tenham interesse em vender ou ser expropriados dos seus imóveis/terrenos. Gostava de saber qual era o valor, se já existir, a pagar por m². Gostava de saber se iria ser superior ao do PLIA, tendo em conta que do PLIA, foi considerado como não sendo muito justo e correto para as pessoas, o preço que se pagou no PLIA por m² ou seja, no fundo eu gostava de questionar quais foram os marcos que pautaram esta decisão.” -----

-----Pedi a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Não obstante as várias vicissitudes por que passou este estudo e até a nós chegou a aprovação deste PDM do Concelho, na verdade peca por tardio mas, por outro lado, tenho que enaltecer o Senhor Presidente da Câmara, porque como eu disse no início desta sessão, é um homem organizado, é um homem inteligente, é um homem dedicado enfim, é um homem do Concelho. Por isso, regozijo-me por levar até ao fim e chegar até nós elaborado com a tenacidade e o trabalho dos técnicos, principalmente da Senhora Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão do Território, pessoa, inteligente, pessoa dedicada, pessoa trabalhadora e, por isso está de parabéns. Também estão de parabéns todos os munícipes que, se queiram dedicar ao trabalho. O trabalho é aquele que dignifica o ser humano porque como disse a Senhora Chefe de Divisão, somos um Concelho rural. Aliás como eu tenho constantemente e reiteradamente dito que nós somos um Concelho rural, que está emparceirado com Coimbra e Figueira da Foz mas, que os autarcas que têm passado por aqui, pensando que éramos um Concelho urbano. Não somos. Nós temos que nos pautar ao nosso desenvolvimento e, como eu disse, também, tem que ter arte e engenho, tem que se ter frontalidade e tem que cativar e tem que mostrar credibilidade aos investidores. Às pessoas mais nobres que usam o trabalho na sua génese e na sua persecução das suas finalidades, não nos seus burocratas, como tem sido e, aqui, e às vezes encontramos aqui e, eu peço efetivamente desculpa se vou ofender algum trabalhador desta Câmara mas, há muita burocracia e, essas burocracias têm que acabar. Temos que ser funcionais, temos que olhar para o futuro, temos que ser, como diz, escoreitos. V. Ex.^ª, Senhor Presidente, é um

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

homem da burocracia mas, também é um homem a sério e sabe o que quero dizer por isso, eu digo-lhe com toda a frontalidade: temos que captar esses investimentos e esses desenvolvimentos agro-pecuários, nos vegetais, nos cereais. Essa questão de Parques Agrícolas, isso faz-me muita espécie. Não sei onde é onde é que o Senhor vai buscar isso mas, nestes campos destas atividades, podemos criar o pleno emprego do nosso Concelho. Cada vez mais, estão a surgir jovens com os cursos de engenharia agrícola e outros derivados, temos que dar esperança a essas pessoas e dignidade também e, também dar alento aos seus progenitores que têm hoje, dentro de si, uma preocupação latente, que é aquela de encontrarem estabilidade para os seus filhos e o futuro do Concelho, meus Senhores. -----

----- Por outro lado, temos hoje, e o Concelho, há pouco falámos na água mas, o Concelho é um Concelho de água. Tem água por todo o lado. Mas, meus Senhores e minhas Senhoras, os autarcas metem água por todos os lados. O problema é esse. Não é a falta de água, é os autarcas que metem água mas, se analisarmos isto de uma forma séria, a forma participativa, a forma dedicada, a forma do arte e engenho, nós conseguimos o pleno emprego no nosso Concelho. Somos capazes até, porque temos grandes empresários e, eu estou a olhar para um que está aqui à minha frente. É um homem, o Senhor Veríssimo, um grande empresário agrícola, é um homem de trabalho e, estou convencido que o saber dele e a experiência dele e outros tantos como ele, podemos exportar os nossos produtos nos mercados externos e proporcionar a tal dignidade e a esperança que os nossos jovens precisam. Isso não é fazer política, isso é trabalho, é dedicação. -----

----- Senhor Presidente, se vossa Excelência e, eu não tenho dúvidas que você é um homem com uma grande garra, conseguir motivar os empresários, antes do final do seu mandato, nós conseguimos dar esperança aos jovens e dignidade às pessoas e aos empresários deste Concelho, motivá-los, dando-lhe efetivamente, canais para exportarem os produtos que produzem e, não é por falta de empresários que nós temos aqui, é por falta de esperança, sobretudo pelas burocracias criadas. Este é um ponto que eu não podia deixar passar com a aprovação que eu votar e o Movimento Independente de Cidadania por Amor a esta Terra, favoravelmente neste sentido e com estas palavras que eu não podia deixar de proferir. -----

----- Mas, minhas senhoras e meus senhores, nem tudo o que luz é ouro e às vezes, podemos estar confrontados com a ausência, há pouco falei na burocracia, de alguns hiatos. Eu gostaria antes de mais, questionar a Chefe de Divisão ou se for do âmbito do Presidente da Câmara, se foi feito o trabalho de articulação com todas as Juntas de Freguesia sobre o processo do PDM? Se existe documentação, que prove auscultação da população por parte destas Juntas de Freguesia? Porque uma coisa é colocar um edital ali à porta do Concelho, que como sabem, há prazos legais e, como quem não vê, não sabe e, quem

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

sabe não vê. Enfim, estas coisas precisam de se saber. Se efetivamente foram cumpridas estas formalidades e, depois do ponto de vista desta situação, eu vou-lhe dizer, temos um Concelho rural, temos que dar esperança aos jovens deste Concelho e aos empresários deste Concelho, motivá-los para produzirem, para estarem tranquilos para que, de uma vez por todas nós sejamos considerados, não um Concelho ultrapassado mas, um Concelho na pujança e na prossecução do ponto de vista económico e desenvolvimento.”-----

-----Pedi a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos e um tema que por vários motivos me é muito caro e que eu o aprecio até pela minha formação académica, queria aqui deixar uma nota de apreciação pelo trabalho que foi desenvolvido pelos demais técnicos desta Autarquia e, de facto, na ferramenta que é o PDM em todo este plano que está aqui, este documento, pelas mais-valias que ele tem e pela ferramenta de trabalho que é para qualquer Autarquia.-----

-----Não podia deixar de referir, que em termos políticos e nomeadamente, esta Assembleia, o órgão que irá aprovar definitivamente este plano, tenha um papel tão pouco ativo na opinião e na construção deste importante documento. Depois destes anos todos, é a primeira vez que vem este documento, com conteúdo já praticamente concluído para apreciação, discussão e com muita pressa, porque os documentos embora, desta vez tenham chegado com maior antecedência, o que eu aprecio mas, de facto, temos depois o senão da quantidade e do volume e do emaranhado de pastas e ficheiros, devidamente compartimentados, que de facto é difícil a análise em tempo útil. -----

-----Por isso consideramos que é um documento demasiado importante para ser tratado desta maneira e que a responsabilidade do nosso voto, num documento desta importância não deve ser dada de barato. Nós estamos aqui a representar as pessoas que nos elegeram e, de facto, um documento desta importância merecia e merece outro tratamento daí eu afirmar que as pressas nestas coisas têm que ser e devem ser evitadas.-----

-----Queria também destacar a importância que este documento também tem para a CDU, uma vez que foi aqui exposto e é um projeto que vem de há muitos anos no programa autárquico que a CDU tem para o Concelho de Montemor-o-Velho, na redefinição das áreas industriais ou empresariais que tem sido de preocupação para a CDU, no âmbito do esvaziamento que nós sentimos, em parte, de algumas das nossas Freguesias e da importância e da vida que neste momento, o Concelho tem para algumas freguesias que acabam por ser um bocadinho mais periféricas em relação à sede do Concelho. Assistimos com preocupação às Freguesias, neste caso, por exemplo, de Arazede, que está muito mais voltada para o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

Concelho de Cantanhede; assistimos com preocupação às freguesias de Tentúgal, que está cada vez mais virada para o Concelho de Coimbra; assistimos com mais preocupação às freguesias de Santo Varão, Pereira, que estão mais viradas, neste caso também para Coimbra; à zona sul do Concelho que está virada cada vez para a Figueira da Foz e, em alguns aspetos também para o Concelho de Soure e, notamos que é urgente que este Município tenha medidas concretas de dinamizar as zonas industriais que já existem e que estão completamente despovoadas, não completamente mas, desocupadas, e que sejam revitalizadas as outras áreas que serviam áreas de tampão para que de facto, a população do Concelho se fixe no Concelho e que não procure aquilo que não tem e que não encontra no nosso Concelho. -----

----- As áreas de Tentúgal, que foi a primeira área industrial/empresarial que apareceu no nosso Concelho, completamente desorganizada porque apareceu da iniciativa individual de cada empresário e de cada investidor, de facto foi aquela que foi mais mal tratada. Continua sem organização e sem o devido planeamento e de infraestruturas, por isso, entendemos nós que de facto, neste plano, neste PDM, estão consagradas algumas prioridades que a CDU tem para o Concelho, nomeadamente, à criação de empresas e à criação de emprego. -----

----- Queria também aqui deixar uma nota, que de facto, logo que este PDM seja aprovado, imediatamente entra em revisão e também deixar aqui uma preocupação que nem todos, nestas delimitações destas áreas, nem sempre foi possível fazer aquilo que nós entendemos crucial, que é o facto de existirem áreas com infraestruturas e que não podem ser urbanizadas ou que não houvesse essa maior preocupação e o facto de existirem áreas urbanizáveis que depois não têm as devidas infraestruturas e acarretam despesas adicionais para o Município e para quem quiser obviamente e tiver que fazer a sua habitação ou outro tipo de investimento e de edificado. -----

----- Neste caso e, focando novamente a importância deste documento que ele tem, deixo por fim e, novamente, uma palavra de incentivo pelo trabalho elaborado pelos técnicos da Autarquia.”-----

----- Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “Também quero felicitar os funcionários desta Autarquia, pelo trabalho que desenvolveram na revisão deste documento que considero estratégico para o Concelho, não me esquecendo que, não há documentos perfeitos. Este documento terá sempre alguma coisa que não se consegue, que não é favorável a algum dos munícipes. Por aquilo que eu vi, até com algumas pessoas que eu falei, independentemente do quadrante político, nomeadamente alguns técnicos, a opinião geral é positiva; apontam muitos mais aspetos positivos do que negativos, que são pontuais e casuísticos para cada uma das pessoas, porque cada pessoa gostaria de ver o seu problema resolvido e, nem sempre se consegue, até porque são vigências legais, temos cartas: a RAN, a REN, temos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

uma série de documentação que não deixa. De qualquer das maneiras e também não podia congratular-me por o primeiro PDM ter sido feito, foi executado por um Executivo do Partido Socialista, no penúltimo mandato da maioria PPD-PSD/CDS-PP, na altura era eu vereadora, foi prometido por várias vezes que, até ao final desse mandato seria a revisão concluída, inclusive chegou a vir à Assembleia Municipal um esboço, mas a verdade, é que nós vimos que ele ficou parado e, com defeitos, com todas as virtudes que possa ter, a verdade é que é mais uma vez o Executivo Socialista que tem a coragem de pegar e de o concluir. Somos um órgão político, estamos aqui para fazer política e a verdade é que isto não é coincidência. Foi o Executivo Socialista que fez o primeiro e a verdade é que foi concluída a 1.ª Revisão no Executivo também que é do Partido Socialista. -----

-----É um documento que será sempre alvo de algumas críticas de certeza absoluta, de qualquer das maneiras tem mais vantagens, mais qualidades que defeitos, sei que foi feito em colaboração com os Senhores Presidentes de Junta; sempre que possível, foram atendidas todas as pretensões dos munícipes e, portanto congratulamo-nos por este documento estratégico para o Concelho.” -----

-----O PMAM deu a Palavra ao PCM que disse: “Sem prejuízo da Senhora Eng.ª Graça e, com a sua devida autorização, poder esclarecer a pergunta que lhe foi dirigida. Primeira nota: Tanto este Executivo, como o anterior, fez questão de ouvir as pessoas, inclusivamente eu, enquanto Vereador, fui ouvido e fiz veementes críticas a este documento que, tentei de todas as formas corrigir, corrigir as críticas que fiz e, imprimi uma dinâmica, neste caso concreto a algumas questões que aqui estavam mal trabalhadas, porque efetivamente a empresa que, foi contratada e se manteve, porque nós não tínhamos tempo de a substituir, não estava a fazer o serviço como se impunha e, eu tive oportunidade de o dizer na altura, tanto aos administradores, como aos técnicos da empresa, como também ao Senhor Presidente da Câmara da altura, que não estava nada satisfeito e eu, uma das primeiras coisas que disse à Eng.ª Graça, foi que ou os Senhores se punham a caminho ou então, ficavam pelo caminho e, felizmente que eles reconsideraram a sua postura. -----

-----Em relação às questões que foram colocadas: se foram ouvidas as pessoas no Parque Agrícola de Arazede? O senhor deputado Luís Madaleno deve estar muito distraído porque efetivamente foi convocada uma sessão de esclarecimento; as pessoas compareceram em massa, foram mais de 200 pessoas, muitas das pessoas proprietárias dos prédios e que eu fui dar a cara e fui esclarecer aquilo que está em causa. Aquilo que está em causa é uma coisa muito simples: é um plano de ocupação daquele solo que nós acreditamos que é diferente e melhor. Qualquer empresário deste país, deste mundo, sabe que uma coisa é fazer uma pequena parcela, outra coisa é explorar uma grande parcela. Esse é o princípio básico do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

Parque Agrícola. Quem não quer ver a bondade deste projeto, não quer ser deste mundo, não quer ser moderno. Se as pessoas foram ouvidas? Foram sim senhora e nós estamos permanentemente a ouvir as pessoas. Tem havido muita desinformação porque há pessoas, que não são os proprietários, são pessoas que andam a correr por fora, não querem, a todo o custo, que este projeto se implemente e que se desenvolva e se concretize. Portanto, as perguntas que faz, não são para ser respondidas atualmente, mas eu já fui avançando um conjunto de ideias que me parecem importantes. A primeira nota neste projeto e que eu já assumi publicamente perante as pessoas, é que a Câmara Municipal não quer expropriar ninguém. A Câmara Municipal quer é que se otimizem as parcelas, em parcelas de 2,5 ha, 5 ha, e 10 ha. Mais, queremos que os proprietários atuais lá se mantenham e que se entendem e se permutem entre si e que, façam negócios entre si. Essa é a primeira abordagem à unificação do solo que nós ali pretendemos. Aliás, isso está preconizado no próprio plano e, portanto, ninguém quer aqui, fazer expropriar e tirar os prédios às pessoas. Naturalmente que, um projeto desta dimensão e desta envergadura vai encontrar residualmente, algumas pessoas que não querem vender, nem querem estar de acordo com a maioria das pessoas e aí poderá haver outro tipo de atuação da Câmara Municipal. -----

----- Ainda assim, tanto eu como o Vereador que tem este pelouro, estamos muito preocupados com essa situação e estamos a tentar encontrar mecanismos, para que possamos fazer permutas com essas pessoas, de forma a que não tenhamos que expropriar nada e, portanto, esta é a nossa postura. Aquilo que ali está, é uma medida de ordenamento do território de utilização do solo. A concretização vai ser mais tarde. Neste momento estamos a fazer um levantamento topográfico, a identificar todos os proprietários e, a partir vamos falar daí vamos falar com eles, vamos dialogar com eles. Não queremos fazer mal a ninguém, queremos até que as pessoas adiram ao nosso projeto. Eu pensei que há movimentos em Araçede de entidades que querem promover/esclarecer aquilo que está a acontecer. Querem esclarecer as pessoas e querem que as pessoas vão ver outras coisas que já foram feitas, não deste género mas, outras coisas que existem neste país, não é preciso ir a Espanha, existem em Portugal, para que as pessoas vejam o benefício que podem ter. Ora, se nós tivermos benefício, mais facilmente podemos aderir àquela situação e, portanto, nessa perspetiva, penso que o deputado Luís Madaleno, devia ter estado presente. As pessoas não estão agressivas, nem minimamente contra o projeto, algumas estavam verdadeiramente envenenadas com algumas ideias do papão, é tipo aqueles que comem crianças ao pequeno-almoço e fazem horrores às pessoas: vão-lhe tirar o ganha-pão; vão-lhe roubar as árvores. Até lhe vou dizer: nós não queremos as árvores para nada. É preciso também esclarecer as pessoas que nada disso está em causa. -----

----- Em resposta ao deputado Ricardo Brites, a falta da entrega atempada dos documentos é verdade,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

eu penitencio-me disso mesmo mas, a verdade é que nós fizemos um esforço ciclópico, nós temos de aprovar este documento até ao final do mês, sob pena de perdermos tudo. Eu quero dar esta nota, de que os trabalhadores da Câmara Municipal vieram trabalhar aos fins-de-semana e, quero-vos dizer, para frustração nossa, eu, Presidente de Câmara, visitei-os mais vezes do que as pessoas deste Concelho, apesar de termos difundido na imprensa, termos feito um memo postal, fizemos tudo para divulgar este assunto. --

-----A verdade é que nós tivemos também uma grande quantidade de reclamações e, nós ficamos até surpreendidos pela quantidade porque eles não vinham cá ver o plano ou as peças da proposta de revisão e, por isso ficamos surpreendidos mas, a verdade é que, nós inclusivamente fizemos atendimento, fizemos uma sessão de esclarecimento com visualização gráfica e, portanto, tudo fizemos para divulgação deste plano, dentro do tempo record porque eu cheguei a ver a Chefe de Divisão e os seus colaboradores completamente desesperados com a história da carta de risco de incêndio. Aqueles senhores que trabalham nestas entidades não têm a mínima noção da realidade e do que é o direito a ter uma casa. São completamente alheios, frios e não estão minimamente interessados em que o país vá para a frente e, portanto nós tivemos que intervir ao mais alto nível, em várias situações porque tentaram-nos boicotar por todas as vias este processo. Isto é verdade e, portanto houve um esforço muito grande por parte dos Serviços e de nós próprios, nós envolvemo-nos intensamente neste processo, para que isto pudesse ser aprovado hoje e, espero que o seja, a bem de todos. -----

-----Como foi aqui dito, não há documentos perfeitos. É certo que há pessoas que estão insatisfeitas porque o seu terreno em concreto não foi contemplado mas eu quero dizer que isto é um PDM de 2.ª geração que incluí em si mesmo, um conjunto de conceitos inovadores e bastante mais pertinentes de como se deve ocupar o solo, de como se deve urbanizar o solo. -----

-----Vou dar um pequeno exemplo, para que as pessoas percebam da importância tão simples de um plano de 2.ª geração: nós não podemos continuar com povoamento disperso; nós temos que concentrar povoamento; nós temos que otimizar os recursos da Câmara Municipal. A Câmara Municipal comprometeu-se a fazer prolongamentos de rede para dar acesso às pessoas à água e ao saneamento. Alguns custam mais de 20 a 30 mil euros, não é possível e, quem quiser viver isolado tem que suportar os custos dessa insularidade ou seja, se querem viver isolados, têm que pagar o custo em termos de infraestruturas e, este é o novo conceito e, as pessoas não compreendem isto e, por isso mesmo, eu sei que há muitas pessoas que não estão satisfeitas com isto mas, isto compreende em si próprio uma nova forma de abordar a política de gestão urbanística do território. É muito importante que todos os deputados municipais passem esta mensagem: não é possível, nos tempos que correm, continuar com o povoamento

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

disperso que nós temos em Montemor-o-Velho, ao abrigo de um PDM de 1.ª geração, pouco sensível a estas questões: não há dinheiro no Município. Os impostos que cada um paga, não permitem pagar todas as infraestruturas e a extensão de todas as infraestruturas a todo o povoamento disperso do nosso Concelho.”-----

----- O PMAM deu a palavra à Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Territorial, Graça Pinto que disse: “Respondendo à pergunta que o senhor deputado Oliveira e Sousa colocou. Ele perguntou, se bem entendi, se foram cumpridos todos os procedimentos legais em termos de auscultação, quer das Freguesias, quer dos municípios em geral. O que eu posso dizer é que, nos termos da Lei, nós cumprimos a Lei, se assim não fosse, o parecer da CCDRC não tinha sido favorável, porque um dos objetivos do parecer da Comissão de Coordenação é verificar o cumprimento dos procedimentos legais, das inconformidades legais que possam existir e, portanto se ele foi favorável, o procedimento terá decorrido de forma legal. ----

----- Relativamente à auscultação, nos termos da Lei, há várias fases do processo em que obrigatoriamente temos que auscultar os municípios. -----

----- A primeira fase da auscultação é a participação preventiva, quando a Câmara Municipal delibera dar início ao processo de revisão do Plano Diretor Municipal e a fase, também foi cumprida em 2003, com a publicitação do início da discussão pública e a abertura do processo de participação preventiva, surgiram variadíssimas participações que a Câmara Municipal analisou e foi também sendo, com base nelas que se desenvolveram os trabalhos seguintes.-----

----- Depois, a outra fase de participação é a fase de discussão pública, que foi referida há pouco. Também, como referi, fizemos decorrer o procedimento como a Lei determina, fazendo a publicitação adequada e no período mínimo que a Lei estabelece, 30 dias seguidos, como o Senhor Presidente há pouco disse, estivemos ao fim de semana, com o plano a consulta, para cumprir o período mínimo que a Lei nos determina portanto, nós Câmara Municipal, efetuámos todos os procedimentos legais e auscultação dos municípios que eram obrigatórios fazer. -----

----- Os senhores Presidentes da Junta de Freguesia: as Juntas de Freguesia foram ouvidas por nós, técnicos quando, após a proposta inicial de 2012, depois de reformar os trabalhos, nós reiniciámos o processo com a visita às várias Freguesias e, com o acompanhamento dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e com reuniões nas Juntas de Freguesia.” -----

----- Pediu a palavra o membro Luís Madaleno (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Senhor Presidente de Câmara, o senhor está realmente formatado para ir à guerra, dar e levar. Deixe lá essa atitude comigo, que não precisa. Eu não o ataquei de forma alguma, não lhe disse que o Senhor Presidente

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

de Câmara estava a cometer alguma ilegalidade, alguma irresponsabilidade, ou de alguma forma estava a prejudicar as pessoas.-----

-----Eu mais uma vez lhe explico que sou eleito para dar a voz às pessoas. Certo? E essas pessoas com quem eu vou conversando e estarão contempladas nesse mesmo projeto, demonstraram-me algum desagrado. Ora, se eu chegasse aqui e não dissesse nada, de certeza que não iria estar a fazer aquilo para o qual fui eleito. É só esse aspeto. Não o ataquei de forma alguma. Se quiser deixar essa atitude para o deputado municipal Oliveira e Sousa, eu agradeço, porque da minha parte, não foi nenhum tipo de ataque. Só coloquei aqui a voz das pessoas, que é para isso que fui eleito.”-----

-----Pedi a palavra o PCM que disse: “O Senhor deputado Luís Madaleno, faz-se logo de vítima também. Eu não tenho nada contra si, bem pelo contrário. Eu só lhe disse é que devia ter tido conhecimento que nós convocamos uma sessão de esclarecimento. Perguntou se as pessoas foram ouvidas e eu respondi-lhe em conformidade. Acha que isso é estar em guerra consigo? Não!-----

-----Relativamente à intervenção da Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Territorial, tenho a acrescentar que sempre que vinham pareceres negativos das entidades e, a Eng.ª Graça e os técnicos que aqui estão presentes sabem, eu convocava de imediato os Presidentes de Junta afetados pela decisão, para eles me darem nova argumentação e, estão aqui alguns que eu chamei cá, para voltarmos à carga e, houve algumas situações que ainda conseguimos modificar e outras que, de todo, caíram, não houve qualquer hipótese.”-----

-----Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 26 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

-----VOTAÇÕES-----

-----Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
-----Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	A Favor-----
-----Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
-----Luís Filipe Azenha Madaleno-----	A Favor-----
-----Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
-----Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
-----Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----
-----Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
-----Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

----- Joaquim António Graça Raínho-----	A Favor-----
----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
----- Sara Cristina Cruz Gomes-----	A Favor-----
----- Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- António Almeida Coelho-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Dora Marisa Pessoa Maia-----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- António Correia Pardal Bispo-----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento. -----	

----- **Ponto 7. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Regulamento Municipal de Emergência Social** – O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Eu há pouco não respondi, nem me pronunciei sobre a interpelação do Senhor Presidente de Junta de Freguesia da União de Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões, porque guardei para este momento. Efetivamente, eu corroboro as suas palavras, enquanto pessoa que esteve muito ligada a estas situações sociais do passado, enquanto advogado e enquanto pessoa que contactava as pessoas. Quero-lhe dizer que a taxa de suicídio não é maior que nos outros anos ou seja, é um fenómeno que não tem 2, 3 anos; é um fenómeno que tem mais alguns anos. Nós, temos que ter a noção que as políticas de restrição e de austeridade que foram empreendidas neste país e o conjunto de dificuldades que a própria Câmara atravessa e atravessou num passado recente, fizeram com que esta área social fosse muito abandonada e por isso, o suicídio está muito ligado ao isolamento, à solidão das pessoas e à situação das pessoas não terem alternativa ou saída, não terem provavelmente uma voz amiga, alguém que lhes apareça em casa e que naquele momento certo, lhe tire uma ideia negativista que lhes corrói a alma e os leva a fazer este ato que, no fundo, não é um ato covarde. Às vezes dizem que é um ato covarde,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

é preciso ter coragem para fazer isto e é preciso estar em profundo desespero. -----

-----Tudo isto para dizer que este Executivo, sensível às questões sociais deste Concelho, aprova este Regulamento e, este Regulamento vai alicerçar um conjunto de medidas que vamos tomar muito brevemente, no sentido de intervir em questões sociais. Basta ler o Regulamento para perceber a que público-alvo se dirige e é precisamente esse público-alvo que, muitas das vezes que está abandonado ao infortúnio da vida e que está sozinho. -----

-----Também quero dar nota que existe uma dinâmica muito acentuada já porque nós estamos a preparar a intervenção para tornar exequível este regulamento, o cartão sénior, que implica todo um levantamento de situações sociais e, os nossos serviços estão ativamente empenhados e estão na rua a fazer este levantamento, em parceria muitas das vezes e, na maior parte das vezes com os Senhores Presidentes de Junta. Aliás, o papel dos Senhores Presidentes de Junta aqui, é determinante e importantíssimo e de vital importância e, por isso o grande mérito da intervenção do Senhor Presidente de Junta António Pardal. Este regulamento visa precisamente isso, basta ler, para perceber aquilo que a Câmara Municipal quer fazer e, quer fazer de uma forma muito assertiva e não está a anunciar. Eu ainda não anunciei aqui neste discurso, nenhuma medida mas, se vocês virem o Regulamento vão perceber o que vamos fazer e, portanto eu não vou prometer. Nestas coisas não se promete, faz-se.”-----

Pediu a palavra o membro Fernando Monteiro (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Neste documento que está em discussão, que o Regulamento de Fundo de Emergência Social e Projeto, se verificarmos no documento, como o Senhor Presidente disse e bem, a nota justificativa e o preâmbulo, diz claramente toda a envolvência que isto vai regulamentar. A nossa bancada, também preocupada com os projetos de emergência social, não poderá deixar de votar favoravelmente este projeto e que ele realmente tenha eficácia, atendendo a que neste momento, a situação que nós sabemos de exclusão social é gravíssima no país, 1/3 da população, se calhar está abaixo do limiar da pobreza e é uma situação que nos preocupa bastante e congratulo-me com o facto do Senhor Presidente também estar obviamente e naturalmente preocupado com esta situação. -----

-----Uma questão muito simples, gostaria de saber se este documento vem em substituição de um outro que foi aprovado em setembro. Eu sei que é mais vasto e mais complexo mas penso que será a substituição de um documento que tinha o nome Proposta de Regulamento de Apoio a Famílias em situação de vulnerabilidade social que foi aprovado em setembro de 2013, no salão nobre desta Câmara.” --

-----Pediu a palavra o membro Camilo Lourenço (PS) que disse: “Relativamente ao Regulamento que é trazido a esta Assembleia, gostaria de dizer em primeiro lugar que é uma absoluta novidade no Município

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

e, com sinceridade é isso que para nós é mais estranho, considerando o contexto de crise que se vive há vários anos no nosso país e que se faz sentir tão grandemente aqui no nosso Concelho e obviamente com repercussões nos níveis de pobreza extrema que se fazem sentir. -----

----- Aproveito desde já neste ponto introdutório, salvo o devido respeito, não se pense sequer no Regulamento de Apoio a Famílias que efetivamente foi aprovado em setembro de 2013, porque nos parece que o mesmo não tinha qualquer tipo de exequibilidade prática. -----

----- É sobre o Regulamento que é hoje trazido a esta Assembleia que iremos falar. Este Regulamento do Fundo de Emergência Social, apesar de visar situações de caráter urgente e pontual, como o mesmo diz, vai servir, estamos em crer para auxiliar muitas famílias deste Concelho, o que até agora estava, como sabemos e, como já foi dito vedado, por falta de previsão regulamentar, o que, uma vez mais, sublinhamos, muito nos surpreende. Irá assim permitir as pessoas e, um conjunto, um público-alvo, chamemos-lhe assim mais vulnerável do nosso Concelho, no sentido de combater aquilo que todos os dias nós reparamos e todos os dias nos preocupa que é afetivamente, as assimetrias sociais, as assimetrias económicas que perduram e que, infelizmente, se têm vindo a agravar nestes últimos anos. A pobreza e a exclusão social são, não me canso de o repetir, dos maiores flagelos do nosso país e, infelizmente do nosso Concelho que é um Concelho, como eu também tenho dito, infelizmente, pobre, rural, agrícola e envelhecido. -----

----- Por isso, este Regulamento faz toda a diferença e estamos convictos disso mesmo, conquanto o mesmo seja devidamente divulgado e devidamente aplicado, o que também estamos convictos que vai ser.

----- Gostaríamos também de destacar o facto deste Regulamento, que hoje é trazido a esta Assembleia, fomentar aquilo que podemos chamar por integração social, uma vez que não se trata simplesmente de atribuir subsídios a quem deles necessita, trata-se de celebrar com os necessitados, com os interessados, um acordo de prestação do apoio ou seja, como todos tivemos oportunidade de ler, mas eu gostaria de frisar, nesse acordo, converter-se-á parcialmente e sempre que possível, o apoio por trabalho social e, desta forma, cremos, responsabilizando e integrando os munícipes, que infelizmente necessitam deste tipo de mecanismo, de apoio e, portanto, este é, sem dúvida nenhuma para nós, um dos pontos de destaque, do diploma que nos é trazido. Só para dar alguns exemplos que, certamente, todos tiveram oportunidade de verificar. É um regulamento que visa auxiliar os interessados nas despesas mais essenciais, como por exemplo as despesas com a subsistência, nomeadamente a compra de bens alimentares ou as despesas de bens essenciais como sejam, o gás, a eletricidade, despesas também relacionadas com a habitação, o que nos parece realmente fundamental porque todos os dias existem situações e, eu deparo-me muitas vezes com elas, atento à minha profissão, de famílias que estão em risco e, muitas das vezes perdem a sua casa

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

de morada por falta de pagamento e, portanto, para situações pontuais e de verdadeira urgência, este Regulamento vai ser um expediente muito positivo que a Câmara Municipal vai ter ao dispor dos seus munícipes. -----

-----Referir também que o Regulamento prevê ainda o apoio à saúde nomeadamente, para a custear, em casos de urgência, cuidados médicos urgentes e, ainda outras situações de emergência.-----

-----No entanto digamos ainda que não se julgue que poderá ser uma forma de permitir algum favorecimento menos transparente pois, como julgo que todos tiveram oportunidade de verificar, o Regulamento é bastante exigente e bastante rigoroso em termos da documentação que é exigida e, contém, também, fórmulas bastante claras de cálculo de atribuição destes apoios portanto, julgamos que é um ponto de relevo deste diploma regulamentar. -----

-----Por último e, em nosso ver, não gostaríamos de terminar, sem dizer que este é um dos bons exemplos de política social e de política ao serviço dos cidadãos deste Concelho e é por isso, a nosso ver também, que esta é uma das razões pelas quais a política nos enobrece e nos deve enobrecer, razão pela qual esta bancada do Partido Socialista enaltece e congratula o Executivo que apresenta este regulamento e votará, naturalmente, de forma positiva e favorável.”-----

-----Pedi a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Confesso que me é particularmente difícil expressar uma opinião semelhante às que me antecederam embora, seja sempre difícil quando, teoricamente, estamos perante um documento que visa ajudar as pessoas mais carenciadas, quando tudo isto e, aqui tenho que incluir um aspeto mais vasto da política nacional que está inteiramente relacionada com as opções políticas que os diferentes governos que temos tido, do PS e do PSD/CDS, que agravam e muito, as famílias mais desfavorecidas e mais carenciadas, não nos podemos desligar disso. Por isso, tudo isto me faz lembrar a caridadezinha e que me torna tentar dispersar-me com mais dificuldade sobre isto. Alguns pontos aqui que queria deixar no ar nomeadamente, a questão do capítulo 2, o artigo 9, em que se diz que para atribuição dos apoios, não devem ter dívidas ao Município. Não sei como é que se pode por de fora alguém que, para atribuição não pode ter dívidas ao Município. Como é que se resolve esta questão? Também me deixa particularmente preocupado esta parte do trabalho social que, no meu ponto de vista, é muito fácil passar pela opinião pública – “Ele recebe um subsídio, um apoio, tem que trabalhar”. Então dêem-lhe trabalho, não lhe deem apoio. Porque esta é a questão que se levanta. O que estas pessoas precisam e desejam é ter um trabalho, é ter um salário, é ter de descontar para a Segurança Social. Toda esta situação é melhor que qualquer rendimento de inserção ou qualquer apoio que a Autarquia possa dar ou seja, o que as pessoas necessitam efetivamente é ter emprego, trabalho e terem direitos e não,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

continuem a ser excluídos. -----

----- Penso que este Regulamento pode ter boas intenções mas, eu aqui vou dizer o que penso: é mais um instrumento, quer nós queiramos, quer não, do beija-mão porque são famílias muito necessitadas, com grandes dificuldades e que irão a todo o custo recorrer a este Regulamento sem reivindicarem seriamente aquilo a que têm direito enquanto cidadãos portugueses.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Minhas Senhoras e meus Senhores, a única intervenção com que eu concordo plenamente é do Senhor Deputado Municipal da CDU, o antecessor dele, sinceramente, deixou muito a desejar. É que falta-lhe bom senso e falta-lhe humildade. Humildade é muito que não tem. Na verdade hoje, um infeliz, que estende a mão à caridade, bate à porta de uma instituição pública e diz a instituição pública que está em cima do pedestal, um desgraçado que não tem umas calças para vestir, com fome, os filhos todos ranhosos. Deves alguma coisa ao Município? Coitado. Meu Deus, quem faz estes Regulamentos, sinceramente, isto é brincar com a miséria, isto é uma indecência. Há pouco disse o Senhor Deputado Ricardo Brites que é o beija-mão. Isto é mais que beija-mão. Isto é uma indecência. Se estivéssemos a viver razoavelmente bem neste Concelho, no Regulamento que eu li, muitos deputados municipais não o leram e, porque temos ciganos, temos outras pessoas que vêm aqui, temos os romenos, etc, que são uma população flutuante, na alínea a) do art. 4.º do Regulamento, eu poderia como deputado Municipal, que tenho toda a legitimidade como vocês, de dizer que não concordo com o prazo de um ano, para que as pessoas não acorram aqui, às mãos abertas da Autarquia mas, a Autarquia não tem mãos abertas nenhuma, não dá nada a ninguém. Um infeliz, ou infelizes, que há tantos para aí hoje, cada vez mais, bate à porta de uma instituição destas, de uma Autarquia e se dever alguma coisa à instituição... Coitados, se tiverem um bocado de pão para dar aos filhos, primeiro dão o pão aos filhos. Vão buscar um documento para quê? Ainda vão pagar certidão? Isto não é querer fazer bem a ninguém. Isto é complicar. Isto é Show Off. Já estamos habituados que o Partido Socialista também é isto e, a intervenção do deputado municipal do Partido Socialista, uma exigência, não sei quê... Sinceramente... Eu acho que nós, seres humanos e com a humildade que devemos nos caracterizar nestas situações difíceis de pais de famílias, de crianças abandonadas, temos é que abrir as portas e fazer o melhor possível. Aliás, como disse o senhor Presidente da Junta de Montemor, olhe quando mais não seja, fazemos o serviço cívico, íamos à porta dos supermercados, olhe aqueles infelizes, que pagamos tantos impostos e ainda damos mais um quilo de arroz, isto é solidariedade social. Porque é que nós, Autarquia, não seguimos o exemplo desses mesmos municípios. Oh meu Deus, tanto regulamento. Regulamento para a esquerda, regulamento para a direita por causa disto? Onde é que estão as nossas assistentes sociais? É uma questão

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

que o Movimento Independente de Cidadania ainda não teve tempo de colocar aqui, saber o trabalho dessas senhoras. O que elas ganham e o trabalho que elas fazem. As famílias que elas têm que indicar aqui, as famílias carenciadas, dos jovens abandonados, das pessoas que se suicidam. Qual é o trabalho dessas assistentes sociais? Isso é que é importante. Regulamentos, meu amigo... É dar de comer a quem tem fome para que efetivamente não aconteçam situações. Poderia, como eu disse há pouco, numa situação de certa razoabilidade económica, não concordar com a alínea a) do art. 4.º do Regulamento, dar-lhe mais um prazo, para evitar situações de populações flutuantes. Mesmo aí, eu não vou colocar esta questão e, eu deveria votar contra este Regulamento, não é votar contra a parte social, é contra o Regulamento e, eu não o vou fazer para amanhã aproveitarem e, eu tenho umas costas largas, para evitar essas marradas, está a perceber, e, eu vou votar favoravelmente isto. Voto favoravelmente, mas com uma questão: é que no procedimento e na aplicação deste Regulamento, as pessoas tenham dignidade, tenham humildade e de saber quem precisa e ajudá-los, não levado por caridade, mas elevando-se a mente e tentar arranjar um emprego, isso é que está bem.”-----

-----Pedi a palavra o membro Camilo Lourenço (PS) que disse: “Gostaria de dirigir umas poucas palavras ao meu ilustre colega, representante do MPT nesta Assembleia, que muito prezo e aprecio mas, que me acusou de falta de humildade, coisa que eu, obviamente não admito, porque me parece que humildade não me faltará. Mas, no que aqui realmente importa, temos visões, realmente diametralmente opostas. Porque, como também deverá saber, sem previsão legal ou regulamentar, a Câmara Municipal em princípio estará impedida de atuar, a não ser que atue ilegalmente. É o princípio da legalidade e, portanto, é básico. Sem regulamentação não pode atuar; se não havia regulamentação, não podia obviamente fazer qualquer tipo de atividade que está agora prevista neste Regulamento. Depois, quanto à situação de caridadezinha que se fala, eu lamento mas, efetivamente, parece que nos esquecemos a todo o passo que a situação que este Executivo herdou, mal ou bem, aqui não interessa, é uma situação de quase falência do Município e das contas municipais e, portanto, não se pode querer fazer filhoses, só com água. Certamente, que se gostaria de ter outros tipos de expedientes legais e outros tipos de subsídios, certamente de muito maior montante mas, não é possível e, obviamente também, e por último, relativamente a questões de pleno emprego, obviamente que isso é uma utopia social, eu também a subscrevo mas, efetivamente é muito difícil de conseguir nomeadamente no nosso Concelho, coisa que também não é imputável ao nosso Executivo.”-----

-----Usou da palavra o PMAM que disse: “Não tendo vislumbrado nenhuma questão, o direito de resposta é uma figura que não consta do nosso Regimento Municipal e, não tendo vislumbrado nenhuma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

questão de honra relativamente à resposta e na intervenção do Senhor deputado municipal Camilo Lourenço, mas tendo um pedido do Senhor deputado Municipal Oliveira e Sousa, a questão é tão simples quanto esta: eu acho que não houve nenhuma questão de honra invocada e, portanto direito de resposta não existe no nosso Regimento. Persiste no pedido da palavra? -----

----- Para que não façamos nada do que é possível, eu peço que o público, evidentemente tem as suas noções, os seus lugares, mas não tem assento na Assembleia Municipal. Terá lugar a falar no fim da Assembleia Municipal quando entender e como entender.”-----

----- O PMAM deu a palavra ao membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Ouvi com atenção o Senhor deputado Municipal do Partido Socialista, que diz que se ofendeu com falta de humildade. Ofendeu-se com falta de humildade? Mas olhe que a falta de humildade ficar-lhe-ia muito bem. Eu sei que realmente para a Autarquia poder regulamentar estas atribuições e estes subsídios tem que ter um Regulamento, isso eu não me esqueço que é o ponto de vista legal. A exigibilidade em si, da forma acintosa como proferiu as suas palavras é que me ofenderam a mim, na minha dignidade do meu movimento. O meu Movimento é um movimento simples, de ajuda às pessoas, de dignidade e da esperança das pessoas e, quando as pessoas são mais simples e que não podem, qualquer regulamentação, acima de regulamentação, de exigibilidades, isso é que é mau. V. Ex.^a e eu, somos pessoas simples eu não sei onde é que o ofendi na sua humildade porque a falta de humildade é que era ofensa mas, o Senhor não teve falta dela. Teve uma humildade escondida numa regulamentação.”-----

----- O PMAM deu a palavra o PCM que disse: “Vamos começar já pelo deputado Oliveira e Sousa, para lhe dizer assim: Por amor aos cidadãos desfavorecidos da sua terra, vote contra este Regulamento porque, efetivamente, não fez uma única proposta de melhoria deste Regulamento, só criticou e, então por amor a esses cidadãos desfavorecidos, vote contra. Porque V. Ex.^a insurge-se, perde as estribeiras, fica com esse tom exaltado, quando você diz que é um Regulamento para fazer Show Off. Eu também tenho o direito de me insurgir contra V. Ex.^a, da forma como estou a fazê-lo, com elevação, com dignidade. Tenha a coragem e vote contra.-----

----- Quanto à intervenção do Senhor deputado Municipal Fernando Monteiro aliás, fez hoje uma brilhante intervenção, eu penso que provavelmente coube-lhe a si fazer esta intervenção na distribuição das intervenções porque, efetivamente, eu sei que é uma pessoa muito ponderada e muito cuidadosa e vou-lhe dizer porque é que eu estou a dizer isto. Este regulamento não visa substituir o anterior. O anterior era rigorosamente nada e, eu sei que você é uma pessoa honesta, correta e uma pessoa muito sustentada nas suas argumentações. Não era rigorosamente nada. Eu não conseguia fazer nada daquilo. Eu tive o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

pelouro da Ação Social durante bastante tempo e, aquilo não valia nada, aquilo não serve para nada e, já agora vou dizer-lhe uma outra nota porque V. Ex.^ª é uma pessoa extremamente atenta e muito perspicaz. Acha que um regulamento aprovado em setembro de 2013, quando nós não poderíamos fazer nada por estarmos em período pré-eleitoral, teve algum efeito? Não teve, foram 12 anos de ausência de política de ação social na Câmara Municipal e fez-se aquele regulamento para fins meramente eleitoristas mas, que do seu conteúdo, nada se aproveitava. Peço desculpa mas, saberá também entender a minha crítica à sua intervenção. -----

-----Nessa perspetiva venho também dizer outra coisa, não há caridade e, eu lamento estar em discordância com o Senhor deputado Ricardo Brites. Não há caridade, quando as pessoas precisam efetivamente de ajuda e nós estamos disponíveis para lhe dar. Provavelmente, tudo o que aquelas pessoas puderem auferir, ou puderem beneficiar da Câmara Municipal, será bem-vindo. Não lhes chamemos caridade, chamemos função social mesmo que seja pouco, é alguma coisa, é importante para as pessoas. ---

-----Um regulamento e, na minha opinião, não sei se já perceberam isto é transversal a todos os Regulamentos da Câmara Municipal. Quando nós pretendemos dar uma isenção, um benefício social, este Executivo é muito exigente e, eu, mais uma vez, vou explicar porquê. É porque nós temos falsos pobres. Temos aí um conjunto de pessoas que são oportunistas e aquilo que visa este Regulamento é evitar precisamente aquilo que o Ricardo aqui disse, que não seja um Regulamento de beija-mão. Aqui podem-me beijar as mãos, podem-me beijar a face, podem fazer o que quiserem ao Presidente da Câmara; o Presidente da Câmara tem que cumprir este Regulamento; as fórmulas têm que ser cumpridas e, como nós pomos fórmulas com critérios objetivos de atribuição dos subsídios ou dos benefícios a estas pessoas, naturalmente que não há aqui uma política de beija-mão, nem uma política de Show Off. Há uma política séria e, já de agora, Senhor deputado Oliveira e Sousa, se tem dúvidas do trabalho das nossas trabalhadoras da ação social, venha a uma reunião de CLAS, lá verá o que é que as pessoas andam a fazer. É importante que um deputado que se quer sempre atualizado e se mostra muito interessado pelas questões da sua terra, venha às reuniões de CLAS, assista, teremos todo o gosto em recebê-lo e verá o trabalho que elas estão a fazer e vêm fazendo. O que é que acontece? Por mais boa vontade que as trabalhadoras desta casa tinham ou tivessem, não podiam, não tinham instrumentos legais para poderem atuar no terreno e, isto é importante perceber porque é que há estes regulamentos. Agora, da mesma forma que eu estou disponível para outros melhoramentos de outros regulamentos e, já dei provas disso. Eu estou disponível / sejam propostas demagógicas, como eu disse, têm que ser propostas devidamente enquadradas, sustentadas em algo que seja exequível, eu estou disponível para melhorar os regulamentos, estamos aí

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

para isso, façam os vossos contributos e, eu, estou aí disponível. Acho que todos somos poucos para melhorar e para fazer bons e melhores regulamentos nesta casa. Portanto, não ponha em dúvida o trabalho das Senhoras trabalhadoras, Assistentes Sociais da casa, não vale a pena. É preciso conhecer. É importante fazer isso. É preciso vir ter com elas, perceber. -----

----- Quero-lhe dizer outra coisa para perceber também de uma vez por todas. As dívidas. Nós, legalmente, não podemos atribuir um subsídio a alguém que tenha uma dívida. O Senhor é jurista. O que é que nós temos que fazer? Temos que agarrar com as assistentes sociais e, temos que resolver a dívida anterior. Temos que demonstrar que a pessoa estava em carência económica e que não pode pagar e, temos que limpar aquele assunto, temos que fazer, através dos nossos Serviços Jurídicos resolver aquele problema, a seguir vamos a outro. Isto é um problema que se resolve em conjunto, agora não se pode andar aqui com trocadilhos. É preciso encarar as coisas com seriedade. -----

----- Nós temos recusado atribuições de benefícios sociais naqueles que já estão em vigor porque as nossas técnicas vão a casa das pessoas e entendem que aquela pessoa não é pobre. Formalmente apresenta documentos em como não têm rendimentos mas demonstram outra coisa nas visitas que as nossas assistentes sociais fazem a casa das pessoas e, nos inquéritos que fazem e, isto é importante que perceba. Nós não podemos, o dinheiro é escasso, as verbas são para os verdadeiros carenciados e para os verdadeiros pobres, aqueles que precisam de nós e não para aqueles que usam de artifícios, como eu vi muitas vezes nos Serviços Sociais da Universidade de Coimbra, os alunos irem receber as bolsas de Alfa Romeu e de alguns carros de marca porque os pais eram empreiteiros e não declaravam os seus rendimentos às finanças. Eu na altura não tinha carro mas não era beneficiário de bolsa. É preciso ver os sinais exteriores de riqueza.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Senhor Presidente da Câmara, eu ouvi-o com toda a atenção e, às vezes um gesto não é tudo. Apesar de eu ter batido aqui com a mão, mas olhe foi uma certa forma que me fugiu o cotovelo, está a perceber? Não fiquei nada ofendido com o seu esclarecimento porque, na verdade tudo isso que disse e, para se atribuir uma parte social, tem que haver um Regulamento mas, como diz o deputado Municipal Ricardo, a exigibilidade desse tal documento de não pagamento da dívida, devia ser reforçado no Regulamento. As pessoas que não têm mesmo nada, que não tivessem medo, porque sabem que devem à Câmara e não vêm à Câmara pedir o que tem direito pela sua necessidade. Que as assistentes sociais as ajudassem nesse sentido, a esclarecer a tal dificuldade económica para resolver as suas dívidas. Esse é um ponto e, aliás nesse Regulamento está bem. -----

----- Quando disse para eu votar contra, realmente o Senhor não entendeu. O Senhor, de vez em

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

quando, também faz essas missões senes porque isso foi uma missão sene, não foi uma resposta. Eu quando lhe disse que tinha dúvidas da alínea a) do n.º 4 do Regulamento porque temos muita população flutuante, que poderiam eventualmente candidatar-se a todos estes apoios sociais. Nisso é que eu disse que seria contra se votasse e alterava esse regulamento mas tão só, na parte sensível que é o apoio social, nem nisso eu coloco essa questão, daí que tivesse dito ao membro Camilo Lourenço que humildade é este ponto. Humildade somos nós, pessoas simples e disso não ponho em colocação absolutamente nenhuma. --

-----Quanto ao trabalho das assistentes sociais, eu desconheço a maior parte deles mas, também quando falei neles, e são as assistentes sociais que devem ver estes casos de suicídios. As pessoas convivem e devem trazê-las à coação à Autarquia. O que elas fazem e muito mais, concordo com V. Ex.ª. Agora, aquilo que elas não fazem, eu não sei e foi essa dúvida que eu coloquei. Não é melindrar ninguém, por ser uma assistente social de uma Câmara que, desde que faça o exercício da sua profissão com dignidade, nada se lhe pode apontar, mas há quem pode eventualmente, não o fazerem tão atempadamente naquele espaço e dentro desse hiato é que eu falo. Percebeu Senhor Presidente? Quanto mais não seja, de outras formas concordo com V. Ex.ª.” -----

-----Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 25 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada na generalidade e na especialidade por unanimidade, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

-----VOTAÇÕES-----

----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Raínho-----	A Favor-----
----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

----- José de Oliveira de Sousa----- A Favor-----
----- Sara Cristina Cruz Gomes----- A Favor-----
----- Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo----- A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro----- A Favor-----
----- António Almeida Coelho----- A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho----- A Favor-----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo----- A Favor-----
----- João António Góis Girão----- A Favor-----
----- Dora Marisa Pessoa Maia----- A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão----- A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----
----- António Correia Pardal Bispo----- A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Ponto 8. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Regulamento do Mercado Municipal de Montemor-o-Velho – Planta do Mercado (anexo I)** – O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Trata-se de um lapso. Não foi junto o anexo que era a planta do mercado e, portanto, é uma questão da regularização da situação e, peço que proponha de imediato à votação.” -----

----- Pede a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “O ponto devia ter a seguinte redação: Aprovar, sob a proposta do Executivo Municipal, a junção da planta do Mercado Municipal (anexo I) ao Regulamento do Mercado Municipal de Montemor-o-Velho, aprovado na reunião ordinária da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho de 24 de abril de 2015, isto porque senão parece que o Regulamento teve duas aprovações, o que não faz sentido. Peço ao Senhor Presidente da Câmara, Dr. Emílio Torrão, homem zeloso no cumprimento da Lei que nas próximas reuniões da Câmara não se esqueça de incluir os documentos necessários à aprovação efetiva dos pontos em análise, caso contrário, assiste-se a uma duplicação de tarefas desnecessárias. Era só este ponto que eu queria referir.” -----

----- Pede a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “A recomendação é que efetivamente quando os documentos vêm à Assembleia Municipal, já passaram por tantas mãos, que haja o máximo de atenção, para que não se volte a repetir esta questão. Há que ter atenção relativamente ao que nos é enviado. -----

----- Em relação ao que disse o deputado Oliveira e Sousa, eu não consultei a minha bancada, no entanto, não deixo de achar pertinente aquilo que ele disse. Deixo à consideração mas não me parece

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

descabida a sugestão.” -----

-----Usou da palavra o PMAM que disse: “A questão da redação pode parecer pertinente. Porque é que eu me atrevo a pedir à AM que esqueça este aprimoramento da redação? Porque necessariamente a ser assim, nós vamos ter que devolver à Câmara para aprovar novamente com a nova redação e, nessa perspectiva, entendendo e, provavelmente podendo concordar até com a sugestão feita, solicito à AM que, as questões são mínimas, ninguém colocou em questão a votação que teve aquando da aprovação do Regulamento, apenas por juntarmos a planta do Mercado, porque se houvesse, eventualmente sim, não tendo havido, julgo que a Assembleia está em condições, de forma a que eu possa proceder à votação deste ponto. Naturalmente que o facto ficará registado em ata, quer a sugestão, quer esta minha intervenção, mas eu julgo que a Assembleia compreenderá que por um motivo destes não vale a pena devolver à Câmara este ponto. A mim, sinceramente, custar-me-ia sequer colocar isto à consideração da AM, mas tenho que o colocar. -----

-----Já percebi que a deputada Ana Cristina Jorge compreendeu a situação por assentimento do gesto que estava a fazer. -----

-----Pedi a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “V. Ex^a compreenderá. Quem mais entende e quem mais pretende o princípio da celeridade nestes assuntos, eu sou a favor mas, asnaticamente, voltar duas vezes no mesmo teor, não faço. Ou emenda à mão e aprovamos a planta, vota-se como deve ser ou então asnaticamente estou a votar a aprovação de duas vezes o Regulamento. V. Ex.^a é que votará. -----

-----O PMAM usou da palavra e disse: “Nessa circunstância, eu vou pedir à AM que valide esta minha posição, se assim entender. Eu entendo que a documentação e a forma como está, está em condições de a votarmos, face e, volto a dizer, ao conteúdo que está em causa. -----

-----Nessa perspectiva quem não concorda que eu coloco à votação este ponto tal como está redigido, faça o favor de votar. Quem vota contra esta minha posição?-----

-----Necessariamente com uma abstenção do membro Oliveira e Sousa, vamos passar de imediato à votação. -----

-----Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 25 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

-----VOTAÇÕES-----

-----Fernando Jorge dos Ramos----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	Abstenção-----
----- Sara Cristina Cruz Gomes-----	A Favor-----
----- Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- António Almeida Coelho-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- António Correia Pardal Bispo-----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento. -----	

----- **Ponto 9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Proposta de Declaração de Utilidade Pública – Pólo Logístico e Industrial de Arazede - 1.ª fase (Parcelas 20, 21, 25, 47, 49, 124, 125 e 143) – O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Por razões de economia de tempo, embora tenham nuances diferentes eu apresento os dois pontos 9 e 10. Aquilo que nós constatamos na questão da legalização administrativa do projeto de financiamento do Pólo Logístico e Industrial de Arazede foi a de que se fez obra em terreno alheio, sem ser expropriado, para além do atraso da execução também havia esta situação**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

de ter sido executado a obra sem que aqueles terrenos em causa, ou no caso estes terrenos tivessem sido adquiridos ou expropriados e, portanto, à falta de contacto com os proprietários, teremos que recorrer a esta fórmula e, portanto daqui a proposta dos pontos 9. e 10.”-----

-----Pedi a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Para V. Ex.^{as} mais um pedido de atenção e de auscultação. Eu questiono aqui o Executivo da seguinte forma: a obra avançou para os terrenos não expropriados, de quem é a culpa? Dos particulares que viram a sua propriedade invadida? A avaliação dos terrenos é feita apenas por uma entidade? O facto de a Autarquia ter necessidade de se candidatar ao Programa Operacional Regional do Centro – Mais Centro, não é justificativo para se exigir uma expropriação por Declaração de Utilidade Pública. Estas são as questões que coloco. -----

-----Face às dúvidas levantadas, desde já exprimo o sentido de voto do Movimento Independente de Cidadania. O sentido de voto é a abstenção, não inviabilizando o processo mas, responsabilizando quem o autorizar.”-----

-----Pedi a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Aqui, nestes dois pontos mas, cingindo-nos primeiro ao ponto 9., para nós causa-nos alguma estranheza que a seis meses praticamente de terminar o Pólo Logístico e Industrial de Arazede, se venha pedir esta Declaração. Terrenos que já estavam ocupados e que, segundo a documentação que nos foi enviada, a avaliação é feita em março de 2015, quando os terrenos estavam já completamente alterados, não sei até que ponto estas avaliações foram devidamente realizadas e se se conseguem avaliar os terrenos tal qual como eles estavam. Tenho alguma dificuldade em perceber isso. Também me parece que alguém aqui andou distraído durante um ano e meio, ou dois anos, ou três ou quatro, não sei, para que não se tenha conhecimento que, de facto, num projeto desta importância, tenham passado despercebidas estas questões que agora aqui surgem na Assembleia.”-----

-----Pedi a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “A questão vai também um bocadinho de encontro àquilo que acabou de dizer o deputado Ricardo Brites que tem a ver com este tempo que já passou e, também se efetivamente, as negociações existiram com os proprietários, para se partir depois para uma atitude destas.-----

-----Gostaríamos também de saber se, efetivamente, o preço está atualizado, se é elevado ou não e em que base foi feito, atendendo à situação financeira da Câmara como é que chegaram a estes valores?” -----

-----Pedi a palavra o PCM que disse: “Respondendo a uma questão que me parece pertinente do senhor deputado Oliveira e Sousa que diz: “*Eu abstenho-me e responsabilizo quem votar a favor*”. É muito feio fazer esse tipo de afirmações. Pouca dignidade política e democrática. Vou-lhe dar uma nota muito

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

simples e, estou-lhe a dizer isto com o maior despreendimento e vai perceber porquê. -----

----- Este Executivo, a obra que fez foi pavimentação, foi reservatórios ou seja, tudo já estava ocupado, nada foi ocupado por este Executivo naquele local. Nós só concluímos a obra. Se quer algumas explicações, mande à prudência de quem tem preocupação, porque isto vai ser analisado pelas entidades financiadoras. Mande à prudência a resposta às suas perguntas para o seu novo ídolo. Vá lá ter com ele, que ele responde-lhe às questões.-----

----- Segunda questão muito importante: a avaliação foi feita por um perito oficial, a avaliação é aquela que nós herdamos, é aquela que serviu de base para todas as outras.-----

----- Deputada Ana Cristina Jorge, eu não vou questionar. Sabe o que é que para mim é importante, é a preocupação que eu tenho quando recebi este processo. É que nós corremos o risco de ser condenados a devolver todo o dinheiro que o anterior Executivo recebeu e que este Executivo também já recebeu de comparticipação comunitária ou seja, para nós é muito importante concluir este processo em paz, para bem de todos e, mais não digo.”-----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Senhor Presidente, eu não pedi esclarecimentos à parte porque vivo com honestidade. O senhor falou em ídolos, eu só tenho um ídolo desde a infância que é o Sporting, sabe, não tenho mais ídolos, agora quanto à outra parte e, em relação a esta documentação, eu tenho o cuidado e a honestidade intelectual de vir para aqui e ler estes documentos todos. Estes documentos que eu tenho aqui, aliás como o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse e muito bem, nós temos muitos documentos para ler, se pretendemos responder ao estar aqui mal ou bem e, eu penso que às vezes estou bem, outras vezes estou mal, outras vezes sou criticado, a nível de chacota mas, se eu não falo, ninguém fala; se eu falo mal...; se eu falo bem.... Isto não é nada contra si. Repare eu, digo-lhe sinceramente, analisei isto, escrevi isto e, saí hoje de casa eram 9h20, para chegar aqui às 9h30 e não tenho uma resenha sobre tudo isto porque eu sei que o senhor é uma pessoa franca e sempre me recebeu abertamente, eu podia pedir esses esclarecimentos, por exemplo e, eu tenho a humildade suficiente para lhos pedir e o Senhor tem sempre a abertura para me atender, isso está fora de questão. ---

----- Agora, que eu coloque aqui estas questões e, coloquei esta questão com honestidade intelectual e política, não é com o sentido de inviabilizar um processo destes, só esperava que V. Ex.^a com a humildade que o caracteriza e, que com a seriedade intelectual que tem, me respondesse como deve ser. O Senhor aumenta o tom de voz e sabe, eu tenho umas costas largas, eu já sou assim de nascença. Eu aceito e dou suporte a todas as marradinhas, não tenho problemas nenhuns em dizer isto, sem ofensa. Mas, o problema que se levanta é este. É que eu não tive tempo de dar outra resenha e fi-lo aqui com a minha humildade e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

com a minha honestidade intelectual, não foi com o sentido de inviabilizar tudo isto.-----

-----Agora, se efetivamente, o sentido de voto, como disse aqui é de não autorizar, eu digo com certeza. Isto é a verdade. Porque é que hei-de estar a esconder uma verdade? Se há pessoas que não gostam de ouvir verdades, olhe eu não me importo, quando errei, o Senhor chama-me a atenção e se errei, aceito o erro e aceito ser emendado, todos nós com a humildade que temos. Se eu disse isto e não lhe soube bem, podia-o ter dito no mesmo tom que estou a falar com V. Ex.^a. Se é responsabilizar, é óbvio que as pessoas votarem a favor, sempre que haja um motivo financeiro, todos os deputados municipais são responsáveis. Um dia se falhar essa parte económica, também vão sentar o “rabinho” no mocho. Todos os que votarem aqui a favor. O que eu disse aqui, não disse nada de mais; não disse nada a meter medo a ninguém. Saiu-me esta, sabe? Como me saem outras que são verdades mas, há verdades que às vezes não gostam de ouvir. -- -----

-----Senhor Presidente, não tenho nada contra si, nem pretendo inviabilizar este facto, mas o que é certo, o que eu disse, está dentro da Lei e está dentro do espírito de todos os munícipes que votaram em mim. É a defesa intransigente dos valores da dignidade e da esperança das pessoas.” -----

-----Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 21 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

-----VOTAÇÕES-----

----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	Abstenção-----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Raínho-----	A Favor-----
----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	Abstenção-----
----- Sara Cristina Cruz Gomes-----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento. -----	

----- **Ponto 10. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Proposta de Declaração de Utilidade Pública – Pólo Logístico e Industrial de Arazede – 1.ª fase (lote 210).**-----

----- Pede a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Vê Senhor Presidente, lá estou eu a falar porque os meus ilustres colegas não falam. Se calhar não tiveram tempo de ler tanta documentação mas, olhe este ponto mereceu-me alguma atenção. Eu não sei como é que o Executivo vai dar volta a isto. Este é um ponto que depois direi ao Senhor Presidente da Câmara, jurista como é, um homem zeloso, irá responder, sem sofismas e diretamente. O que eu vejo aqui é um ónus de não fracionamento por 10 anos e, claro está registado não sei o modo como vai ultrapassar este facto. É que se não puder ultrapassar este facto, votar o quê? Um ponto non faciendi, um ponto morto? Eu acho que quando se apresentou este ponto para discussão e para aprovação, os Serviços Jurídicos da Câmara deviam ter o cuidado de se fazer o serviço antecipado para colocar aos senhores deputados municipais, obrigatoriamente, não têm que ter conhecimentos jurídicos, já expurgado deste elemento, deste ónus, para que então se pudesse votar e, cada um mediante a sua orientação política, votasse a favor ou não mas, cabalmente e formalmente convicto que estava a votar um documento certo, o que não foi feito. -----

----- Eu há pouco fui confrontado com as assistentes sociais mas, agora, são os Serviços Jurídicos da Câmara. Colocando esta questão, aqui à Assembleia, eu, Movimento Independente de Cidadania, por Amor a esta Terra, só poderei votar contra. Eu votarei contra, se efetivamente o Presidente da Câmara e os Serviços Jurídicos não mostrarem cabalmente que este lote pode ser fracionado.” -----

----- Pede a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Relativamente a este ponto, também nos parece estranho que tenha chegado a este ponto, uma vez que, segundo informações que temos, havia já há algum tempo um acordo com o proprietário para executar uma permuta, entretanto parece que este proprietário nunca mais foi contactado, provavelmente caiu no esquecimento e entretanto, parece que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

houve aqui uma venda ou uma dispensa de uma das partes deste proprietário a uma terceira pessoa e que, neste momento penso que é isso que está a inviabilizar o processo. -----

-----Também aqui uma avaliação feita a 4 de junho de 2015, mas parece-nos, de facto, que houve aqui, novamente, algum desleixo por parte de quem teria competência de resolver com a máxima brevidade esta situação.”-----

-----Usou da palavra o PCM e disse que: Em primeiro lugar pedia autorização para a Senhora Jurista Andreia Lopes poder intervir neste ponto, se fosse possível mas, sem antes dar aqui duas ou três notas preliminares que felizmente ou infelizmente também sou jurista.-----

-----Respondendo ao deputado Ricardo Brites, aquilo que parece simples não é. Precisamente aquilo que nós nos temos debatido, isto não estava resolvido anteriormente, não é porque fosse fácil, não foi por esquecimento. É porque era difícil de resolver e aquilo com que nos deparamos é um conjunto de problemas imbrincados e intrincados que tinham que ter solução. O que é que acontece? Nós levamos isto até à escritura pública e foi a notária que se recusou a fazer a escritura pública e bem, alertando-nos para determinada situação para nós destrinçarmos esta situação e outra. E isto porquê? O princípio está subjacente. A proposta de declaração da utilidade pública é, como sabe, Senhor Jurista, Dr. Oliveira e Sousa, a superação deste tipo de problemas e nós o que queremos é particularizar aqui, o ataque da proposta de utilidade pública, precisamente para quebrar este impedimento legal. Porque, senão não valia de nada ter este expediente na Lei, se ele não servisse, precisamente para resolver estes problemas e, nós queremos destrinçá-lo dos demais. Não há aqui ilegalidade nenhuma. Há aqui a utilização de um mecanismo legal para resolver uma situação que encontramos. O que é que acontece? Como toda a gente sabe, e aqui voltando ao deputado Ricardo Brites, a preparação das escrituras leva algum tempo. Eu já fui advogado e, todos os que são aqui advogados sabem que a reunião de todos os papéis, a colocação de todas as certidões devidamente organizadas e com todos os dizeres que a Senhora Notária exige, infelizmente neste país, demora tanto ou mais tempo, como eu comprar aqui os tais pregos, na Câmara Municipal. A burocracia neste ponto é muita e, eu lembro-me quando era advogado, por uma mera escritura de compra e venda em que o comprador me dizia que tinha uma oportunidade de negócio incrível, para eu lhe fazer o favor de lhe fazer o negócio ao que eu lhe respondia: eu faço-o já amanhã, se tudo estiver direitinho. Se alguma coisa estiver mal no Registo Predial, afundamos e então não sei quantos meses é que vamos demorar e, portanto, esse é o problema e, essa destrinça tem a ver com isso e, a razão de ser da quebra de um ónus de não fracionamento é a de que nós precisamos de ocupar aquela parcela e, quando o estado ou alguma entidade equiparada, pretende ocupar alguma parcela com os ónus que tiver,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

faz declaração de utilidade pública e, para isso precisa da Assembleia Municipal e, precisa do voto de todos os deputados municipais, aqueles que querem ver e querem colaborar com os procedimentos e não estão a cometer nenhuma ilegalidade como a Senhora Jurista vai explicar e, por isso eu vou terminar a minha intervenção, porque eu disse à senhora deputada Ana Cristina Jorge que queria falar o menos possível neste assunto, porque tudo isto que nós estamos aqui a falar, está a ser sindicado, infelizmente e, portanto fazem bem, os processos estão aí para serem consultados. Quando quiserem vir consultar os processos de expropriação estão aí todos, a senhora Dr.ª Andreia Lopes que tem esses processos, facultará todas as explicações. -----

----- O PMAM deu a palavra à Dr.ª Andreia Lopes que disse: “Depois da explicação do Senhor Presidente, pouco mais eu terei a dizer. De qualquer modo, gostava de dizer o seguinte:-----

----- O que se está aqui a aprovar e o que se está a decidir hoje é o reconhecimento da utilidade pública destas parcelas ou seja, o que os Senhores deputados estão aqui a decidir e aprovar e autorizar ao mesmo tempo é a necessidade e a imprescindibilidade da aquisição daquela parcela para a construção de um determinado projeto/equipamento o que for, neste caso para a finalização do PLIA. Portanto este é um processo que já vem longo, esteve nas mãos durante algum tempo efetivamente, em que nós temos tido alguma dificuldade em resolver. De qualquer modo, como sabe também, Senhor deputado, para haver uma declaração de utilidade pública, tem que haver previamente, um contacto com os particulares e uma tentativa de aquisição por via do direito privado e essa tentativa foi feita e havia a disponibilidade dos privados para nós podermos adquirir a parcela. Tanto assim, que chegámos a remeter a parcela para a Dr.ª Isilda, que é a Notária que nos faz a escritura e com a qual nós temos esse contacto e, portanto estava tudo no sentido de adquirirmos. Verificamos que aquela parcela tinha um ónus de não fracionamento e, portanto, era impossível fazer imediatamente a aquisição por via do direito privado. Assim sendo e, até com a própria sugestão da Dr.ª Isilda, porque à posteriori, isto tem de ser tudo articulado, é bom que os senhores deputados tenham esta consciência porque, estão a declarar, estão a reconhecer esta utilidade pública, apenas para que nós possamos entrar em obra, para que possamos intervir naqueles prédios. De qualquer modo, tudo isto vai ser objeto, à posteriori, de uma formalização, que tem de ser feita através de escritura pública e, portanto convém, se nós detetamos estes problemas que os articulemos com quem depois vai efetivamente formalizar estas situações e, foi nessa perspetiva que nós articulámos com a Dr.ª Isilda e verificámos que esta seria a única hipótese de resolver a situação. Portanto, depois de haver o reconhecimento desta necessidade imprescindível daquela parcela para fazer isto, seria possível fazer a tal aquisição com base na Declaração de Utilidade Pública, porque é isso, no fundo, que estamos aqui a fazer.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

O que estamos a fazer, apenas e só é reconhecer a necessidade de contar, de adquirir, seja por que via esta parcela para se poder finalizar a obra.” -----

-----Pedi a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Senhor Presidente, ouvi com toda a atenção o esclarecimento. Eu também sei isso e também ouvi o seu esclarecimento mas, pese embora, o conhecimento desse facto, não vislumbrei aqui, a parte de lateralização que a Senhora Dr.^a me disse, para que os deputados municipais aqui estivessem cabalmente esclarecidos e sem necessidade da Senhora Dr.^a estar aqui. Porque, se assim fosse e, como sabe, também sou jurista, não estava aqui a questionar e a ouvir o Senhor Presidente da Câmara, da forma como ele falou, que também era jurista e eu também sou, também sei disto, evitava de eu ter colocado a questão como a coloquei. Então sim, analisaria a questão e talvez não perdêssemos muito tempo a aprovar isto. Como não está aqui, esta Assembleia e os seus deputados Municipais têm que acreditar na sua palavra. Mas sabe, eu sou uma pessoa crente e carente sabe? Eu tenho que ver para crer, sabe? E como eu não vi essa materialização dessas negociações, eu realmente, enfim, foi a questão da minha intervenção.” -----

-----Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 22 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

-----VOTAÇÕES-----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	Abstenção-----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Raíno-----	A Favor-----
----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	Abstenção-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

----- Sara Cristina Cruz Gomes----- A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro----- A Favor-----
----- António Almeida Coelho----- A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho----- A Favor-----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo----- A Favor-----
----- João António Góis Girão----- A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão----- A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento. -----

----- 11. Proposta de delimitação de ARU para Montemor-o-Velho: -----

----- a. Revogar, sob proposta do Executivo Municipal, a proposta de delimitação de ARU aprovada em Sessão da Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2015.-----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Antes de dar a palavra ao Senhor Presidente de Câmara, julgo, se eu entendi bem o sentido da Assembleia Municipal aquando da aprovação da ARU, que posso passar de imediato à votação da alínea a) porque só assim faz sentido discutirmos a alínea b) e, portanto eu julgo que entendi que, quando foi aprovada a proposta de ARU de Montemor-o-Velho em fevereiro, que necessariamente podemos passar de imediato à votação da alínea a) ou seja, revogar a nossa própria deliberação.-----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 23 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES -----

----- Fernando Jorge dos Ramos----- A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro----- A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia----- A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno----- A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge----- A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge----- A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites----- A Favor-----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço----- A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

-----Joaquim António Graça Raínho----- A Favor-----
-----Carlos Alberto Costa Gomes----- A Favor-----
-----Olga Susana Miranda da Silva----- A Favor-----
-----Fernando Pereira Nunes Curto----- A Favor-----
-----José de Oliveira de Sousa----- A Favor-----
-----Sara Cristina Cruz Gomes----- A Favor-----
-----Victor Manuel Pardal Monteiro----- A Favor-----
-----António Almeida Coelho----- A Favor-----
-----Joaquim Neves Martinho----- A Favor-----
-----Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo----- A Favor-----
-----João António Góis Girão----- A Favor-----
-----Raul Nunes Leitão----- A Favor-----
-----Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----
-----António Correia Pardal Bispo----- A Favor-----
-----A AM tomou conhecimento.-----

-----b. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a proposta de delimitação de ARU aprovada em reunião de Câmara de 15 de junho de 2015.-----

-----Pedi a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Só queria que o Senhor esclarecesse o Movimento Independente de Cidadania. Perguntar quais os motivos que levaram ao aumento da área inicialmente proposta? Só queria saber quais foram os motivos que levaram ao aumento da área inicialmente proposta.”-----

-----Pedi a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Como é sabido e, tentando ser muito breve, na aprovação na Assembleia Municipal da ARU de Montemor-o-Velho, houve uma proposta de um deputado municipal e, subseqüentemente foi logo dito, inclusivamente pela Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Territorial, que seria inviável naquela ARU, fazer aquele acrescento que tinha sido sugerido.-----

-----Mas, de qualquer forma, eu comprometi-me nessa Assembleia Municipal a estudar e a dar uma resposta e a resposta foi negativa, como é sabido.-----

-----Também me comprometi e prometi à Senhora deputada Ana Cristina Jorge que iria debruçar-me sobre esta situação e esforçar-me ao máximo para tentar enquadrar o pedido desse deputado nesta AM, numa nova ARU e, a conclusão a que chegamos é que tínhamos que fazer uma nova ARU e isto é que é

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

importante que se perceba. Não se trata de rever a anterior, tem que se fazer uma nova ARU. Porque a ARU assenta em princípios basilares e que determinam a sua delimitação, é muito importante perceber e, eu chamo a atenção dos Senhores deputados e, chamei na altura a atenção dos Senhores deputados que isto traz benefícios para as pessoas. Isto pretende beneficiar determinadas pessoas, em detrimento de outras. Ora, tem que haver um critério base subjacente a toda a delimitação da ARU para que não seja contestado.-----

----- O aumento da área serve para acomodar novos princípios e uma nova organização nesta nova ARU, ou seja, o que temos não tem nada a ver com a anterior. -----

----- Eu vou explicar por palavras do cidadão comum, aquilo que está aqui em causa. A anterior ARU, cingia-se ao Centro Histórico de Montemor-o-Velho e os princípios basilares da sua delimitação era o centro Histórico de Montemor-o-Velho. Era tudo o que se organizasse em volta do Centro Histórico de Montemor-o-Velho. Esta nova ARU contempla uma nova realidade. Uma realidade que contempla edificado mais disperso, para além do Centro Histórico mas que também merece estar contemplado numa nova ARU. Eu peço desculpa, não façam disto uma explicação técnica, isto é uma explicação simplista, redutora de uma questão complexa que a Senhora Chefe de Divisão vai explicar. Peço, encarecidamente que não façam aproveitamento disto. Isto é para que vocês todos percebam, sem exceção. Aliás, eu lembro-me que disse ao Senhor Vereador Abel Girão que para incluir aquela pretensão, tínhamos que chegar ao Mosteiro e chegámos lá porque efetivamente é uma questão de justiça, de equilíbrio e de tratar igual por igual nomeadamente, avançamos também noutra zona ali na feira, também avançamos noutras zonas ao pé do Tribunal ou seja, os Serviços tiveram que reformular todos os princípios e, hoje, estamos aqui a apresentar uma nova ARU contemplando a pretensão do Senhor deputado e mais algumas porque é disso que se trata. -----

----- No entanto, quero dizer que, essa pretensão, nós fizemo-lo e, achamos pertinente fazê-lo mas, é preciso perceber que nós estamos com uma ARU simples e a Senhora Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Territorial, gostaria que explicasse isto, porque existe uma certa confusão. É que as pessoas que pretendiam beneficiar da ARU, pensam que vão receber subsídios ao financiamento comunitário por causa da ARU e isto é nada mais errado e, portanto, ainda assim e, porque eu prometi à Dr.ª Cristina Jorge, eu insisti com os serviços para que se revisse, se fosse possível queria que se revisse. Como foi possível e, como em tempo útil porque é preciso apressar isto. Isto vai demorar muito tempo e nós perdemos. Revogamos a anterior, isto vai seguir uma tramitação muito morosa e demorada e, portanto, eu gostaria que estas coisas andassem mais depressa porque nós vamos ter que intervir e vamos precisar desta ARU

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

aprovada e, o subsequente plano que vai ser desenvolvido a partir daqui, também aprovado, em tempo útil de podermos beneficiar, nós Município e não os particulares, de alguns benefícios que são importantes ter.” ----

-----O PMAM deu a palavra à Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Territorial que disse: “Primeiro que tudo, porque é que não fizemos a opção e não integramos apenas os edifícios que foram aqui sugeridos inicialmente naquela área de reabilitação urbana que trouxemos à AM anteriormente? A delimitação das áreas de reabilitação urbana obedece a critérios definidos no Regime Jurídico da Reabilitação Urbana. Critérios que têm a ver, não só com o enquadramento dos instrumentos de gestão de território aplicáveis; Critérios que têm a ver com as características da área a reabilitar também e do edificado que nela existe. Depois, além dos critérios subjacentes à delimitação, temos também que definir objetivos estratégicos a prosseguir com aquela delimitação que propomos. Portanto, não sendo as áreas homogéneas na sua globalidade, é evidente que não lhe podemos propor os mesmos objetivos estratégicos a alcançar. Daí ser completamente incongruente e por isso nós defendemos que, naquela não então, teríamos que fazer doutra forma. Incorporar aqueles dois edifícios que se propunham inicialmente porque efetivamente depois há toda uma série de edifícios e de equipamentos nas proximidades, numa área com características idênticas que não fazia sentido deixar de fora. Esta é a explicação técnica e, portanto propusemos à Assembleia e à Câmara Municipal que revogasse a anterior, que redefiníssemos, em termos de critérios e objetivos estratégicos, uma nova área, com coerência entre si. É isso que estamos aqui a propor à Assembleia.-----

-----Este é apenas o primeiro passo da área de reabilitação. Nós para efetivarmos as áreas de reabilitação e podermos vir a beneficiar de determinados benefícios, eventualmente, financiamentos, temos que desenvolver o projeto. O projeto pode ser desenvolvido de duas formas, através de um plano de pormenor, que é um plano de pormenor de reabilitação urbana ou através de uma ORU que é uma operação de reabilitação urbana, que pode ser feita através de um instrumento próprio que é um pouco mais simples que um plano de pormenor com procedimentos também algo morosos, se calhar um bocadinho menos mas, efetivamente, também com alguns procedimentos legais algo demorados.-----

-----Nós o que temos aqui em mente, para já, embora isso não esteja completamente decidido ainda, deixámos aqui, ainda essa possibilidade, foi fazer uma operação de reabilitação urbana simples. Simples significa que as intervenções serão apenas a nível do edificado, podendo os particulares beneficiar de todos os benefícios fiscais que estão elencados no projeto que distribuímos e, portanto, a nível do edificado apenas, uma operação de reabilitação urbana simples. Uma operação realizada reabilitação sistemática, é

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

uma operação que envolve já, intervenções no espaço público envolvente. A nível das infraestruturas, dos espaços verdes enfim, não sei se me fiz entender.-----

----- Pediu a palavra o membro Camilo Lourenço (PS) que disse: “Não gostaríamos de deixar passar este ponto sem aqui dizer algumas palavras isto porque, quando é necessário criticar, é necessário criticar e, quando é necessário fazer também alguma crítica positiva, deve ser feita no momento certo. Portanto, relativamente a este ponto, a revogação da anterior ARU, nasce do compromisso assumido pelo senhor presidente da câmara municipal, perante esta assembleia municipal em fevereiro de 2015 e, portanto os compromissos são para cumprir, não nos esqueçamos. Os serviços técnicos como já vieram explicar, analisaram a proposta da Coligação Mais Por Montemor e, concluíram que a mesma não era exequível porque destituída de um verdadeiro critério orientador que é necessário para que haja uma aprovação de uma ARU. Por isso, foi necessário repensar essa mesma ARU, repensar os seus critérios e os objetivos estratégicos e, assim não deixando de reconhecer valia à sugestão da Coligação, foi necessário elaborar um novo documento, uma nova ARU, já não centrada no Centro Histórico da Vila de Montemor, mas sim, uma ARU que poderíamos chamar de uma forma simplista e ainda que relativa, uma ARU da Vila de Montemor-o-Velho e, por isso, note-se que se passou de uma área de 17,5 ha, para mais do dobro ou seja, cerca de 35 ha. Passa a incluir naturalmente, não só o Centro Histórico da Vila mas, o que nos parece de frisar, parte da área de expansão nascente da Vila de Montemor, onde efetivamente há património histórico relevante mas, degradado e, por isso a carecer de intervenção. Portante, parece-nos indesmentível que a presente proposta permitirá a reabilitação urbana de uma área muito mais vasta. Gostaríamos de frisar, que este Executivo Municipal, ao contrário de outros, sabe ouvir e atua numa postura aberta, democrática e de cooperação, o que para nós é o que se pode chamar, a política ao serviço dos cidadãos e dos munícipes e, por isso mesmo, esta bancada votará favoravelmente esta proposta de ARU.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação mais por Montemor) que disse: “Nós, efetivamente, congratulamo-nos, pela decisão e pelo trabalho, de fazer então, uma nova ARU. Não podemos deixar de enaltecer, também aqui, a atitude do Senhor Presidente, em ter aceitado a nossa proposta, naturalmente todo o trabalho técnico que tiveram de fazer outra vez, muito importante e que reconhecemos. De facto, nós, quando Senhor Presidente nos diz que os edifícios do Município poderão ficar a ganhar nesta matéria, que poderão beneficiar de projetos, que poderão ser financiados, para nós, já é bom ouvir essas palavras porque alargando e, havendo nessa área, edifícios e infraestruturas do Município, portanto ficarão a ganhar nesta matéria. Eu acredito nas boas soluções, acredito na democracia e, estas soluções que são às vezes encontradas entre a oposição e a maioria, são sempre bem-vindas e,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

quando são em prol do Concelho e do bom que o Concelho pode ter e pode desenvolver, nós efetivamente não poderemos deixar de enaltecer a sua atitude de acolhimento à nossa proposta.-----

-----De facto eu penso que tudo aquilo e, volto a dizer que, a nossa ação dentro desta assembleia é sempre com o intuito de promover o nosso Concelho, onde as pessoas sintam que é bom viver, que é bom investir e que o Concelho, de facto é competitivo, eu penso que, essa será sempre a nossa forma de estar e de trabalhar e, mais uma vez, de facto, congratulamo-nos por efetivamente, a proposta ter sido aceite e, ter sido aceite todo esse trabalho que foi feito.”-----

-----Pedi a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Já tínhamos votado favoravelmente a primeira proposta que nos chegou a esta Assembleia, obviamente que, com esta reformulação a área expande-se consideravelmente, mais edifícios ficam abrangidos, mais privados e instituições podem recorrer-se destes instrumentos de planeamento por isso, não temos nada a opor e, congratulamo-nos pelo serviço e pelos serviços que foram realizados para o melhoramento desta nova proposta.”-----

-----Pedi a palavra o PCM que disse: “ Senhora deputada Ana Cristina Jorge, quero dar-lhe uma nota muito importante. Foi feita uma opção e eu quero que perceba isso. Com esta opção, nós afastamo-nos quase que sistematicamente da ORU sistemática, ou seja, com o aumento da área da intervenção é totalmente impossível, não acreditamos que vai haver financiamento comunitário para a reabilitação de todas as infraestruturas públicas da área de reabilitação urbana ou seja, não há almoços grátis. Esta opção afastou-nos ainda mais da ORU sistemática, será sempre uma ORU simples.”-----

-----Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 23 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme a listagem das votações que a seguir se indica:-----

-----VOTAÇÕES-----	
-----Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
-----Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	A Favor-----
-----Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
-----Luís Filipe Azenha Madaleno-----	A Favor-----
-----Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
-----Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
-----Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----
-----Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
-----Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

----- Joaquim António Graça Raínho-----	A Favor-----
----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
----- Sara Cristina Cruz Gomes-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- António Almeida Coelho-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- António Correia Pardal Bispo-----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento. -----	

----- **Ponto 12. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a assunção de compromisso plurianual - Transportes Escolares - ano letivo de 2015/2016** – O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “A proposta está perfeitamente explícita, eu remeto para a proposta as explicações ou então, algum pedido de explicação suplementar.”-----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brite (CDU) que disse: “Já o ano passado aqui colocámos algumas questões e algumas das nossas dúvidas mantêm-se. Com a preocupação de que os transportes escolares se efetuam com a maior segurança possível e exigível na lei, temos aqui algumas questões que gostaríamos que fossem respondidas da melhor maneira. Os transportes que são feitos pelas operadoras, é feito exclusivamente como transporte escolar? Estaremos a pagar um serviço de transporte escolar e a ter um transporte de carreira? Está mesmo vedado o uso de autocarro a pessoas que não são alunos? Há dois vigilantes em cada autocarro, já que mais de 30 crianças, têm de ter, pelo menos 2 vigilantes? A Câmara garante e audita que o transporte pago como escolar, é feito de acordo com essas mesmas exigências legais? Acrescentaria ainda que, não estarão e, não estará a Autarquia a pactuar com o facto de se criarem carreiras ou de se fazer o transporte escolar camuflado em carreiras para não cumprirem com as obrigações legais? Queria também que me fosse esclarecido, nomeadamente o número de alunos. Quando falam do lote 4, temos aqui alguma informação dúbia, pelo menos para nós, na nossa interpretação e, isto

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

tem a ver depois com a sessão do transporte próprio, do autocarro próprio da Câmara, quando falam em 25 alunos de Quinhendros, Gatões, Areal e Moinho da Mata e o almoço do Viso para Liceia, serão cerca de 35 alunos mas, depois, falam de um transporte para cerca de 130 crianças, pretendíamos que nos esclarecessem esta questão que, penso que está na página 7.” -----

-----Pedi a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Senhor Presidente eu vou-me reservar para a votação com uma declaração de voto da minha intervenção.” -----

-----Pedi a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Senhor Presidente, nada de especial, efetivamente esta é uma competência da Câmara Municipal, é um investimento que, ao abrigo da lei, têm que o fazer. Essas questões que foram colocadas pelo deputado municipal Ricardo Brites foram pertinentes, de facto, essa é uma questão que se coloca nos próprios Conselhos Municipais de Educação, esta questão dos Transportes Escolares. De facto, eu penso que a Câmara Municipal terá a resposta para dar porque essa, de facto, é uma preocupação que eu também tenho mas, haverá uma explicação certamente.” -----

-----Pedi a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “Também não vou adiantar muito. Só para dizer que sobre este transportes escolares e quem esteve com atenção aos documentos, de facto são transportes escolares, dizem respeito fundamentalmente ao primeiro ciclo e pré-escolar. Infelizmente, por força da lei e também pela falta de concorrência, o segundo, terceiro ciclo, ensino secundário, acabam por ser transportados, efetivamente, em carreiras. Foram transformadas em carreiras e aí, a Câmara pode pressionar, os Conselhos Municipais de Educação podem fazer força, mas a verdade é que a competência é das transportadoras e do IMTT e, nós vamos protestando, todos nós não estamos satisfeitos, eu também não estou já tenho dito isso várias vezes mas a Câmara aí, pouco pode fazer. Aquilo que podia fazer a nível dos transportes escolares, em termos dos horários, estão muito mais consentâneos com o horário de entrada e saída das crianças do que dos outros ciclos mas, efetivamente, quer dizer, as fugas da lei e os termos em que são feitas permitem que isto aconteça. Portanto, vamos tentando todos fazer força, para que as transportadoras sejam um bocadinho mais sensíveis, em vez de só verem os fins lucrativos.” -----

-----Pedi a palavra o PCM que disse: “A deputada Albertina Jorge já respondeu e, quero dizer aqui, com toda a clareza, deixamo-nos de hipocrisias, isto é um problema antigo, é um problema da lei, eu continuo a fazer barulho, os nossos Serviços continuam a fazer barulho. É um problema de exclusividade, de rotas e de interpretação de Legislação. Eu não tenho a varinha de condão que resolve o problema, continuamos a refilar, continuamos a protestar, temos tido algumas melhorias mas, não temos efetivamente, digamos que, solução à mão, não temos um expediente que nos resolva o problema de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

imediatamente.-----

----- Há aqui uma coisa muito óbvia é que nós temos que garantir o transporte às crianças e, queremos que, essa situação se concretize. Como estamos perante entidades que têm o monopólio daquele transporte, o que fazer perante esta situação? Privar as crianças do transporte e fazer um braço de ferro? É que a solução não é fácil. O braço de ferro é fácil de aqui enunciar mas, as consequências são absolutamente nefastas para os nossos alunos que carecem do transporte.-----

----- Quanto à questão referida pelo deputado Ricardo Brites eu penso que a documentação esclarece. Estima-se que são 25 alunos, não sabemos quantos é que se vão inscrever e faz-se um transporte de 35 crianças na hora da refeição naquele local que lá está enunciado. Isto são previsões e, atendemos que só podemos lidar com previsões, não quer dizer que vamos gastar este dinheiro ou que vamos transportar 130 crianças. Temos que abrir para o mais, para poder satisfazer o menos. Eu não sei que lhe responda mais a isso, nem sequer vou recorrer aos técnicos porque, já o ano passado fizemos as previsões e, as previsões são aquilo que são. Agora, vamos autorizar o mais para depois podermos utilizar menos, não é?”-----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites que disse: “Eu peço desculpa, eu vou voltar a este assunto. Eu percebo que a Câmara faça o que tem que fazer agora, não posso deixar de mostrar a minha indignação quando é um serviço contratado pela Câmara Municipal para executar um transporte escolar. Porque, o que me parece e, não sei se as transportadoras se podem garantir disso, do facto de quando acaba a escola eles terem essas ditas carreiras, para não cumprirem com as obrigações do transporte escolar devidamente seguro e com obrigações que devem ter. Agora, aquilo que nós aqui queremos transmitir é que, de facto, o Senhor Presidente e esta Autarquia, faça tudo o que tem ao seu alcance, para assegurar o transporte das crianças em segurança e se tiver que fazer braço de ferro com as transportadoras, que o faça e, faz muito bem.”-----

----- Usou da palavra o PMAM e disse: “Lembro esta Assembleia que, de facto a discussão, neste caso, da substância, não do ponto que temos que aprovar mas, a discussão que foi feita da substância é realmente importante. Compete, de facto à Câmara as questões que foram aqui colocadas, a esta Assembleia e não é lavar as mãos como Pilatos, a esta Assembleia, o que está aqui em causa é apenas aprovar, sob proposta do Executivo a assunção do compromisso plurianual. Porquê? Porque nós temos que autorizar a Câmara, digamos assim, neste ano e no próximo, para o qual ainda não temos orçamento e, por isso está aqui, a assunção do compromisso plurianual, que é o ano letivo que começa em setembro e terminará em junho do próximo ano. Do ponto de vista financeiro, eu julgo que todos os membros da Assembleia estão conscientes desse processo. Das questões aqui colocadas e, muito bem, eu considero de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

substância, deve de facto, a Câmara atendê-las na minha opinião. A Câmara tem de facto, de verificar se aquilo que as transportadoras se comprometem é, ou não executado, isso sim, julgo que a preocupação foi verificada aqui, pelos deputados Albertina Jorge, Ricardo Brites e Ana Cristina Jorge.”-----

-----Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 23 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

-----VOTAÇÕES-----

----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Raínho-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	Abstenção-----
----- Sara Cristina Cruz Gomes-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- António Almeida Coelho-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- António Correia Pardal Bispo-----	A Favor-----

-----A AM tomou conhecimento.-----

-----Pedi a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “O Movimento Independente de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

Cidadania Por amor a esta Terra, sem comprometer a possibilidade da existência de transportes escolares de acordo com a Decreto-Lei 299/84 de 05 de setembro, abstêm-se e vai-se abster neste ponto. Isto porque, em consonância com a posição assumida pelo Movimento Independente de Cidadania na reunião realizada na sede da Autarquia de Montemor-o-Velho no dia 04 de setembro de 2014, em que estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara, a Senhora Vereadora Dr.^a Paula Rama, eu próprio e, um representante dos pais encarregados de educação das crianças que deixaram de beneficiar do transporte escolar gratuito, na qual foi apresentado o seguinte abaixo-assinado e passo a referir:-----

----- Pelo direito à educação, sem constrangimentos. -----

----- A educação é um direito inalienável, que a todos diz respeito, é um dos pilares de formação das cidades cultas e evoluídas. A criação de oportunidades de formação dos jovens é um processo que não deve ser prejudicado, sob qualquer pretexto. -----

----- O Movimento Por Amor a esta Terra e os Pais Encarregados de Educação dos alunos do 1.º Ciclo da Escola Básica Integrada de Pereira, tendo tido conhecimento que o Executivo da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, se prepara (e fê-lo, na altura) para não pagar o transporte escolar às crianças deste estabelecimento de ensino e de outros do Concelho que distam menos de 3 quilómetros das suas residências no ano letivo 2014/2015, vem por este meio, expressar o seu repúdio por tal decisão que dificulta a vida das famílias e dos jovens que nos últimos anos sempre contaram com este tipo de apoio e que garanta a segurança das crianças, no percurso casa-escola, escola-casa. Não podemos esquecer que, muitas vezes, os estabelecimentos de ensino se situam na periferia das nossas localidades, o que obriga a muitos jovens, tenham que percorrer alguns quilómetros, em povoado descontínuo, com vias de comunicação, sem passeios, com deficiente iluminação elétrica e com trânsito perigoso. -----

----- Assim, porque a segurança das crianças do nosso Concelho merece toda a nossa atenção, porque não podemos querer apoios à educação que os pais e avós das crianças do Concelho de Montemor-o-Velho, nunca tiveram, porque é nosso dever promover e reforçar as instituições escolares do Concelho, porque acreditamos que o Senhor Presidente de Câmara deseja honrar as promessas que fez no seu discurso de tomada de posse, citamos: *“na educação queremos uma escola que lute pela excelência dos resultados dos seus alunos. Contamos com os professores e associações de pais, eles podem contar connosco. Queremos discutir novas propostas de ensino profissional e no ensino tecnológico. Queremos reforçar a presença do Município no apoio social escolar às famílias”*. Isto foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara na tomada de posse. Não falou verdade.-----

----- O Movimento Independente de Cidadania Por Amor a esta Terra e os Encarregados de Educação,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

vêm por este meio propor: -----

-----O Transporte gratuito para todas as crianças com idade escolar obrigatória, ou na sua totalidade e impossibilidade, a participação da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho numa estratégia de entendimento com os pais e encarregados de educação, tendo em vista assegurar o transporte das crianças para os estabelecimentos de ensino do Concelho. -----

-----Face ao exposto e porque não promovemos a discriminação de nenhum cidadão, consideramos um dever da Autarquia promover o apoio social a todas as famílias.-----

-----Consideramos que existem verbas económicas próprias do Município, capazes de resolver este problema social. Não podemos esquecer que Educação é mais importante que todos os divertimentos; não podemos ser responsáveis pelo encerramento de estabelecimentos de ensino com a adoção de políticas economicistas, ou desfasadas do contexto social do Século XXI. -----

-----**Ponto 13. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a assunção de compromisso plurianual - Fornecimento e acompanhamento de refeições escolares aos alunos dos JI's e EB1's da rede pública do Município de Montemor-o-Velho e dinamização de atividades de animação e apoio à família aos alunos do JI's no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Educação Pré-escolar e Programa de Generalização do fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1º CEB - ano letivo de 2015/2016 – O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Como eu tinha dito no ponto anterior, eu remeto a explicação para o documento e estarei disponível para qualquer explicação suplementar.” -----**

-----Pedi a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “É apenas uma recomendação. Efetivamente, se bem me lembro do discurso de tomada de posse do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor falou que iria acompanhar a qualidade da alimentação das crianças do pré-escolar e do primeiro ciclo. Esta é também uma competência da Câmara Municipal, de acordo com a lei em vigor. Aquilo que eu quero lembrar o Senhor Presidente é que efetivamente estou aqui a ver, das empresas convidadas, algumas classificam-se nas 500 maiores empresas do país, sendo empresas com fins lucrativos e, aqui o apelo que lhe faço é que efetivamente faça o acompanhamento através dos seus técnicos disponíveis e que verifiquem a qualidade destas refeições que estão a ser fornecidas às nossas crianças tanto do Pré-Escolar como do 1.º Ciclo. Iremos votar favoravelmente.”-----

-----Pedi a palavra o PCM que disse: “Eu agradeço muito a recomendação da deputada Ana Cristina Jorge mas, como e sabido e, a Senhora sabe, os nossos técnicos têm acompanhado in loco a rede toda na alimentação. É uma exigência minha, inclusivamente acompanhados de pessoas habilitadas para o efeito. A nossa Engenheira Alimentar acompanha de perto. Portanto, eu, o que prometi, cumpro. Aliás, eu tenho

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

essa fama e portanto agradeço muito a recomendação. É para eu não me esquecer. Eu não me vou esquecer com certeza.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 21 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES -----

----- Fernando Jorge dos Ramos----- A Favor-----

----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro----- A Favor-----

----- Carlos Lucas Correia----- A Favor-----

----- Luís Filipe Azenha Madaleno----- A Favor-----

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge----- A Favor-----

----- Ana Cristina da Silva Jorge----- A Favor-----

----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites----- A Favor-----

----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço----- A Favor-----

----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano----- A Favor-----

----- Joaquim António Graça Rainho----- A Favor-----

----- Carlos Alberto Costa Gomes----- A Favor-----

----- Olga Susana Miranda da Silva----- A Favor-----

----- José de Oliveira de Sousa----- A Favor-----

----- Sara Cristina Cruz Gomes----- A Favor-----

----- Victor Manuel Pardal Monteiro----- A Favor-----

----- Joaquim Neves Martinho----- A Favor-----

----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo----- A Favor-----

----- João António Góis Girão----- A Favor-----

----- Raul Nunes Leitão----- A Favor-----

----- Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----

----- António Correia Pardal Bispo----- A Favor-----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Passamos então ao último ponto da OT nomeadamente, o ponto 14. O Ponto 14, como eu vos disse, é um ponto que diz respeito às tomadas de conhecimento que esta AM deve tomar relativamente a essas 4 alíneas que aí estão, no que diz respeito à reunião de hoje.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

-----Como vos disse, a intenção da Comissão Permanente sendo boa, a sua execução não é assim tão fácil mas, de qualquer maneira, tentando que seja o melhor possível.” -----

-----**14. Tomadas de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal:** -----

-----**a. Proposta de Toponímia (Atas 81 e 83 da Comissão Municipal de Toponímia).**-----

-----Pedi a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “É apenas uma recomendação ao Executivo que quando propõem as pessoas para estas Comissões sejam pessoas da área, da área académica, que sejam pessoas que estejam dentro das suas localidades e conheçam as mesmas porque podem dar o contributo dessa forma. Aquilo que eu vou ler, causa-me alguma admiração no sentido e, tenho que partilhar aqui com a Assembleia e, passo a citar o que está na ata. *“Entretanto pelas dez horas e vinte e um minutos, compareceu no Salão Nobre o elemento Manuel Veríssimo, tendo sido entretanto elucidado sobre a proposta apresentada, estando também de acordo com o assumido anteriormente, pelos outros elementos, até porque não conhecia em pormenor as vicissitudes de cada localidade, inclusive a de Arazede que era a sua terra.”* -----

----- A recomendação vai no sentido de que concordamos que as pessoas sejam convidadas para as comissões para dar o seu contributo mas naturalmente que cada um terá que ser na sua área, penso eu.” ---

-----Pedi a palavra o PCM que disse: “Sinceramente, às vezes não gosto de estar aqui neste lugar e, este é um dos momentos. Se bem percebeu a Senhora deputada Ana Cristina Jorge, o Senhor membro dessa comissão, chegou atrasado e, havia um conjunto de vicissitudes que normalmente se discutem e que há uma explicação por parte do Técnico e das pessoas em causa e, como ele chegou atrasado, com a honestidade intelectual que todos conhecemos ao Professor Manuel Veríssimo, reputado Professor de Medicina e com créditos sobejamente conhecidos, uma pessoa dinâmica da Freguesia de Arazede e que conhece intensamente a Freguesia de Arazede, ele não conhecia as vicissitudes do processo. Aliás, aquelas questões, que para nós é “mercearia” e, para as pessoas é muito importante, porque são questões muito mesquinhas, muitas das vezes e aquilo que esse Senhor, com toda a honestidade disse foi, eu não conhecia essas vicissitudes porque não lhe foram explicadas antes e porque não havia tempo, porque senão a reunião tinha que começar outra vez e, portanto é o que está aí escrito na ata. Daí até pôr em causa a competência, só porque ele foi indicado pelo PS, Senhora Deputada é demais. Peço desculpa, é a minha opinião e tenho direito a ela.” -----

-----A AM tomou conhecimento.-----

-----**b. Declaração alínea a) do n.º 1, do artigo 15.º da Lei n.º 08/2012.** -----

-----O PMAM deu a palavra ao membro Ana Cristina Jorge que disse: “Primeiro, Senhor Presidente

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

relativamente à alínea b), eu vou-lhe dizer o seguinte: quando estas alíneas vêm da Câmara Municipal para serem agendadas, devem vir de acordo com a legislação atualizada. Esta declaração da alínea a) do n.º 1, do art.º 15.º da Lei n.º 08/2012, sofreu alteração, certo? Tal como foi explicado na reunião da Comissão Permanente e não está aqui. O que é que acontece? Como o Senhor remeteu para mim esta questão, eu fui ver à lei e a lei o que dizia é que as instituições têm que prestar esta declaração até 31 de janeiro de cada ano e, por seu lado, havia uma outra alínea que dizia, se não o fizerem incorrem em multas e outras situações. Naturalmente, que eu não poderia fazer o meu parecer baseado na legislação que aqui está citada, assim pedimos naturalmente ao Senhor Presidente de Câmara, que o Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, que o Dr. Miguel Felgueiras fizesse esta explicação, se lhe for permitido.” --

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Naturalmente que é, porque a legislação de facto não está completa, falta a Lei 22 já deste ano, de 2015 e que permite que, efetivamente, esta declaração surja agora em 2015. Mais para informar que, face a este vazio legal, houve Câmaras que não fizeram sequer, este ano, esta Declaração, porquanto entenderam se a lei revogou a anterior, vamos só no próximo ano a 31 de janeiro, fazer essa declaração. É isto que está em causa, a Câmara Municipal entendeu fazer, apesar de tudo, neste ano, neste momento, julgo que toda a gente, de facto tomou conhecimento da lista que aí está e, portanto, de facto, ela aparece agora, porquanto a legislação recente deste ano, recomendava que ela acontecesse, podia ter acontecido na última assembleia de abril mas, de facto, a Câmara só a produziu depois e, naturalmente nós só tomamos conhecimento dela aqui. É com base na nova legislação que a AM toma conhecimento.” -----

----- **c. Declaração alínea b) do n.º 1, do artigo 15.º da Lei n.º 08/2012.** -----

----- O PMAM deu a palavra ao membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “A questão que eu queria apresentar e até para ouvir os elementos da Comissão Permanente da Assembleia Municipal, porque não sei se eles ficaram com a mesma ideia que eu, na passada terça-feira, pelas explicações que o Dr. Miguel Felgueiras proferiu, se os recebimentos e os pagamentos em atraso, a 31 de dezembro que aqui estão enumerados, se são efetivamente recebimentos que ainda estão atrasados ou seja, que a Câmara ainda não recebeu e se os montantes que aqui estão indicados, se são efetivamente pagamentos em atraso à data de 31 de dezembro de 2014, que a Câmara efetivamente ainda não pagou? Porque eu fiquei com a ideia e, não sei se os restantes elementos da Comissão Permanente ficaram com essa mesma ideia na 3.ª feira de que estavam aqui elencados recebimentos que, efetivamente a Câmara já recebeu, já entraram e, pagamentos que a Câmara Municipal já fez. Recebimentos no valor de 243.923,024 € e pagamentos de 3.273.898,093 €? -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

-----Nessa mesma reunião, não houve dúvidas de que esses valores eram referentes aos anos de 2011, 2012 e 2013, referentes ao mandato do Executivo anterior mas, queria perceber, se os membros da mesa ficaram com a mesma ideia que eu tive quando saí dessa reunião.” -----

-----O PMAM deu a palavra ao Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, Dr. Miguel Felgueiras que disse: “Relativamente à primeira questão colocada pela Dr.ª Ana Cristina Jorge, tal como esclareci na reunião da Comissão Permanente, há aqui um lapso evidentemente. Na declaração não faz referência, seria Lei 8/2012, com a redação dada pela nova lei, assumo esse lapso. De qualquer maneira, não houve alteração na informação que as declarações dizem. Tem só a ver, como expliquei à Dr.ª Ana Cristina Jorge, com o prazo que foi alterado. -----

-----A Câmara Municipal, quando a lei foi aprovada estava obrigada a publicar até 31 de dezembro estas mesmas declarações. Ora bem, a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, à data não cumpriu a lei e não as publicou. Não as publicou nesse ano, nem nunca mais as publicou. Portanto, o que houve aqui, também tive oportunidade de explicar, tem havido um entendimento diverso nas autarquias, algumas Câmaras têm vindo a publicar todos os anos estas declarações e, outras não. O que acontece é que a DGAL, precisamente para esclarecer isto e o Governo, legislou a Assembleia da República no sentido de ficar claro na nova lei que todos os Municípios têm que fazer estas mesmas declarações até 31 de janeiro de cada ano. O que é que se passa? Também nesta divergência, porque há sempre divergência nesta matéria, como a lei saiu em março, houve Câmaras como a nossa que, por uma questão de transparência, decidiram emitir estas mesmas declarações, porque entende o Senhor Presidente que tudo deve ser posto à vista de toda a gente. Houve outras Câmaras, como explicou o Dr. Pedro Mota e Costa, que decidiram não o fazer. O que interessa é que, a partir de agora, até 31 de janeiro, a Câmara terá sempre que emitir estas declarações. A redação da lei tem a ver com isto. -----

-----Eu aqui, assumo, em nome pessoal o lapso na elaboração das declarações. Não sendo jurista, sendo de gestão lamento este lapso e assumo-o aqui.-----

-----Relativamente à questão do deputado Ricardo Brites, tal como também pude explicar na reunião da Comissão Permanente e, se houver alguma dúvida, aqui estarei para esclarecer. O que se trata destas declarações são, basicamente, o retrato da Autarquia a 31 de dezembro de cada ano. Basicamente, os dados que estão nestas declarações, estão também nos documentos de prestações de contas que foram remetidos à Câmara e à Assembleia Municipal. Há aqui, como eu tive oportunidade de explicar, uma duplicação, triplicação de informação a que nos obrigam. De qualquer forma, o que isto quer dizer é que relativamente ao recebimento, que é a alínea b), este valor que aqui está - 243.923,024€ é o valor que a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

Câmara tem por receber a 31 de dezembro de 2014. Obviamente, se fizermos agora, os valores poderão ser diferentes, ou menos ou mais, espero sinceramente que seja menos, que é sinal que estamos a cobrar melhor.-----

----- Relativamente aos pagamentos e, penso que aqui estará a confusão, isto também é a listagem dos pagamentos em atraso a 31 de dezembro de 2014. Atenção que a noção de pagamentos em atraso não é a mesma noção de dívida. Vocês se olharem para o balanço não é a mesma coisa. Porquê? De acordo com a Lei dos Compromissos, os pagamentos em atraso são todas as faturas 90 dias após o seu vencimento portanto, se estivermos a falar de uma fatura que tem um prazo de 30 dias, ela só será considerada pagamento em atraso aos 120 dias; se a fatura tiver um prazo de 60 dias, só aos 150 dias é que será considerado pagamento em atraso.-----

----- Relativamente à dívida e, porque o Deputado Municipal Ricardo Brites, também me colocou esta questão, este valor que aqui está - 3.273.898,093€ é basicamente, como todos terão conhecimento, também está na prestação de contas e, mesmo no plano que aqui vem, é a dívida de 2011, 2012 e 2013 que está por pagar e que está indexada ao plano que aqui foi aprovado. Portanto o PAEL tem as dívidas de 2011 e o Reequilíbrio Financeiro tem basicamente toda a dívida que está por pagar de 2012 e 2013 por isso, nós não a temos pago, só em situações excecionais, e todo o dinheiro que pagarmos, poderemos não vir a recebê-lo. Aqui, faturas do Município, conforme, também tive oportunidade de explicar na Comissão Permanente, não há dívida deste mandato do Executivo Municipal. Se houver faturas para pagar tem a ver com imputação a erros do próprio fornecedor, ou não tem a declaração das finanças ou da segurança social em dia. Ainda hoje, tenho ali, algumas centenas de ordens de pagamento para o Senhor Presidente assinar, estamos a fazer os pagamentos a 30 dias, neste momento, aos nossos fornecedores. Se houver mais alguma questão estou disponível” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Julgo que sim, que agora o esclarecimento ficou feito e foi importante.-----

----- A AM tomou conhecimento.-----

----- **d. Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para compromissos plurianuais - listagem de compromissos plurianuais assumidos.**-----

----- A AM tomou conhecimento.-----

----- **Foi aberto o período de intervenção do público, nos termos do nº. 1 do art.º 49.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o art.º 50.º do Regimento da Assembleia Municipal, aprovado em sessão ordinária de 27 de dezembro de 2013.**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

-----O PMAM deu a palavra ao Senhor Hélder Adrião que disse: “Gostaria de ver na próxima Assembleia Municipal ordinária a atuação dos membros desta Assembleia Municipal, através de moções ou outras situações do género. -----

-----Relativamente ao aumento do custo de água, Senhor Presidente da Câmara já foi aqui focado, é um roubo, mais de 100% mas, um roubo não é no aumento legal das taxas que lhe vou aqui falar e, tenho aqui exemplos concretos. Diz a alínea a) do n.º 6.º do artigo 67.º do Decreto-Lei 194/2009 de 20 de agosto que *“A leitura por estimativa deve ser das duas últimas leituras reais.”* Ora, consumindo eu uma média de 20 m³, tive este mês, por estimativa, 5m³, isto é um roubo. Porque hoje é por estimativa são 5 m³ e como consumo uma média de 20 m³, no próximo mês são 40m³ e hei-de ter os outros 35 m³ aos vários escalões taxados ou tributados pelos valores de aumento de 100% em tudo e mais alguma coisa, destes saneamentos variáveis, etc, etc. Portanto, chamo a atenção para esta situação porque eu digo-lhe sinceramente, em relação a isto, estou cansado, já é a terceira vez que isto me acontece e eu já alertei em todas essas vezes, a última foi hoje, para esta situação. -----

-----Passando a outro ponto, gostaria de saber, porque ouvi uma queixa, isto aqui não tenho a certeza, em relação ao apoio em material às escolas. Soube que houve apoio em material em algumas escolas e que falhou na Vila de Pereira. Não tenho a certeza, Senhor Presidente, penitencio-me aqui ouvi, gostaria de saber a sua opinião se é verdade, se não é verdade, se tem havido alguma ajuda ou não. -----

-----Gostaria também de focar acerca da limpeza da Urbanização da Quinta da Teodora, aquilo ali é mato. Há dias foram lá matadas 3 cobras por um vizinho, os lotes estão com meio metro de ervas em cima, alguns mais. Corre ali tudo, desde ratos a essas cobras, que têm uma vantagem, vão comendo os ratos, alimentam-se lá mas, se não houver lá nada, melhor ainda. Os passeios estão em mau estado, em termos de tratamento, são inclusivamente, os lotes que foram dados à Câmara que também são uma vergonha, não têm limpeza. A parte que pertence à Câmara também não. -----

-----Há outra situação que gostaria de colocar. Fiquei muito sensibilizado hoje com a intervenção do Senhor Presidente, ao dizer que em relação à putativa implantação de painéis fotovoltaicos, fiquei contente de ouvir o Senhor Presidente dizer que, desta vez, já sabia da existência disso. Ou que tivesse consultado e não lhe tivessem dito nada, eu sabia que eles andavam cá, vim cá também saber sobre essa situação e foi-me dito que não havia nada. Eu sei que não havia nada. Oficialmente não havia nada escrito mas havia muita conversa na retaguarda. Inclusivamente, gostaria que fosse visto por esta Câmara a questão do Alvará n.º 03/2001, referente ao processo 03/1998. É uma vergonha de um processo de loteamento, Senhor Presidente. Nunca vi nada como aquilo, são 3 dossiers com despachos a lápis, com demolições.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

Como é possível que seja autorizado um loteamento numa zona urbana nova, num ponto alto da Vila, com esgotos a um nível superior às caves que foram permitidas construir. Será que alguém tinha uma empresa de bombas para retirar água dos poços, que precisasse de os vender? Não sei. Eu por acaso comprei a casa assim e quando vi aquilo já foi depois da aquisição. Há inclusivamente um projeto ligado a esse de uma putativa Urbanização em todo o terreno, que iria até uma estrada que vai dar à escola. Porque está lá projetada a continuação das estradas. -----

----- Aquilo que eu propunha, Senhor Presidente, seria a expropriação, já se falou aqui em expropriação comum, todos nós sabemos que visa a prossecução de um fim público através de um ato declarativo de utilidade pública. Aquela Urbanização, na sua continuação, penso eu, pensamos muitos, tem utilidade pública para a continuação dos habitantes em direção à zona escolar, inclusivamente aquela brilhante Urbanização tem uma entrada, com uma Rua com um nome pomposo, Dr. Mário Soares, eu acho estranho darem-se nomes de pessoas que ainda são vivas. Se ele tivesse já morrido, tudo bem, agora pessoas em vida é descabido mas, pronto, não tenho nada a ver com isso, apesar de não gostar, não é gostar do nome ou da pessoa em si, é não gostar porque tem essa entrada mas não tem saída, ou seja, a entrada é a saída, porque a saída dessa urbanização que existe é um caminho público, como aquele que agora os Senhores que queriam criar essa industria fotovoltaica, querem tapar e, cuidado. Cuidado porque há cartas topográficas com mais de 65 anos que dizem que o caminho já existe ou já existia a esse tempo mas, mais grave e, deve ter havido aqui alguma contrapartida porque, se o caminho atravessava parte dos primeiros lotes da Urbanização e se a Urbanização ocupou esse caminho que está nas cartas militares, deve ter havido uma contrapartida da feitura de uma outra estrada em substituição da outra e, assim acredito que essa estrada, essa Rua Dr. Mário Soares, tenho vindo a ser a contrapartida da outra onde estão os lotes inseridos e, essa Rua tem continuação e, num documento que eu tenho aqui, que está cá na Câmara aparece a área que está inserida na REN e na RAN a ocupar esse caminho público. Se não for tomada nenhuma providência, poderão acontecer problemas que não são neste momento mensuráveis, motivo pelo qual se pede a expropriação urgente por parte desta Câmara, que estude essa situação. O prédio em causa está abrangido neste momento, pelas condicionantes da REN e da RAN, a não ser que os indivíduos pensem que têm lá petróleo, será uma expropriação fácil e barata, digamos assim, porque numa expropriação há as duas situações. Há a contrapartida do justo preço. Está em causa, como disse, o interesse público e pede-se que a Autarquia proceda em conformidade para executar os planos urbanísticos. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

-----Há outra situação que eu estranhei. Estava em casa e vejo uma pessoa a tirar fotografias, a filmar lá na zona dessa implantação (que já não vai ser ali, vai ser mais longe). Dirijo-me ao local, a senhora disse-me que estava num local público, só que estava em Serviço, em missão atribuída pelo Senhor Presidente da Câmara. Disse-me que era funcionária da Câmara, vim a saber que era uma senhora que se chama Benilde, que segundo sei ela estava a cumprir ordens, fotografando, filmando, bem como saber, qual era a habitação, a morada de um Senhor das Finanças. Estranho. Muito estranho. -----

-----Entretanto eu só soube quem era a Senhora, posteriormente. Consultei várias pessoas e fui saber onde é que a Senhora morava, estrada pública também passei para cima e para baixo. Eu sei ver as coisas. Temos agora aquela máquina que anda lá em cima a fotografar que se chama Google e, não entendo como é que uma Senhora que trabalha aqui, por aquilo que me disseram, que eu se a vir não a reconheço, digolhe já, como é que tem tanta ilegalidade em obras naquela casa, inclusivamente desgraçado do Google mostra-me a casa ao lado que vim a saber de quem era, que era o Senhor que quer lá fazer a implantação dos painéis e daí idem, aspas, aspas. Mas essa situação, eu sei onde é que a vou tratar. Logicamente que não será aqui na Câmara, porque as obras, às tantas, já foram feitas há mais de meia dúzia de anos, já prescreveram, mas haverá outro sítio para tratar essa questão. -----

-----Em relação aos painéis, Senhor Presidente e, uma vez que nos informou que eles estão a tentar alugar num outro local mais à frente, temos que ver a zona urbana e, todos nós sabemos que as Autarquias que se prezem desse nome e, neste caso, eu penso que seja a unanimidade delas, proporcionam a investidores, locais para a instalação das suas indústrias. Eu não vou agora aqui falar em painéis ou deixar de ser painéis, porque a situação em causa é uma indústria. Os painéis têm o seu impacto paisagístico, é só ver na net, é uma questão muito boa, que para além de todos os benefícios que temos, agora, toda a gente fala no CO2, portanto por todos os benefícios que poderá ter para o povo mundial, neste momento Portugal está preocupadíssimo com o CO2; Portugal está na cabeça do Plutão do CO2, é uma das coisas que eu critico neste Governo. Nós não desenvolvemos industrialmente porque estamos e, bem, nessa questão do CO2 mas, inclusivamente Estados Unidos, Não assinaram Quioto, a China não assina Quioto, a Índia não assina Quioto, Angola não vale a pena assinar porque aquilo é só diamantes. Mas, o que é que verificamos? Que as indústrias nesses países, o rendimento per capita, dispara exponencialmente na vertical e, cá em Portugal, andamos, por onde andamos, graças a Deus, porque também temos que ser responsáveis e pagar aquilo que devemos e, às vezes quando não pagamos aquilo que devemos, vão ser os nossos filhos a ter que pagar. Há quem gaste mal gasto, e depois quem vier atrás vai ter que pagar a conta. Não é só o Senhor Presidente, é o Governo, é toda a gente. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

----- Mas, dizia eu, que há o impacto paisagístico dessas mesmas instalações; há um corte definitivo do trânsito entre a Rua de São Tiago e a Rua de Santa Rita. Haveria o aumento do risco de incêndio. É preciso saber onde é que aquilo vai ser colocado porque a ser ali, seria numa zona de perigosidade de incêndios, segundo aquele mapa que há pouco mostraram aos Senhores deputados e, onde está putativamente pensada a sua colocação, também haverá este risco de incêndio, haverá também um risco de proximidade de zona habitacional. -----

----- Há um impacto sonoro provocado pela ação mecânica do vento nas estruturas, os painéis são um polo de atração de descargas elétricas durante a ocorrência de trovoadas. Uma central fotovoltaica, nunca será um arranjo urbanístico. Veja na net, procure, o que é que aconteceu no Alentejo, o que é que aconteceu no distrito do Algarve, nessa zona em relação aos painéis, em que as Autarquias e bem, autorizaram sim senhor mas, a 5 kms da zona habitacional. Ali em Pereira, vamos propor à Junta que seja aprovado um raio de 750 metros da zona urbana. -----

----- Uma situação que a última vez que eu aqui estive e, em relação aos custos dos transportes escolares, continuamos na mesma. Ouvi há pouco a informação dada que iria mais uma escola fechar, de certeza absoluta não é por ter excesso de alunos que vai fechar, em Pereira qualquer dia vai suceder a mesma situação. Disse-lhe da última vez que cada vez há menos alunos, que os pais os estão a levar para Coimbra. Vou-lhe dizer que eu tenho dois filhos e, é essa a situação que vai acontecer. Vou levá-los para Coimbra e mais, não sei até que ponto é que a população de Pereira não poderá começar a pensar em que a Freguesia de Pereira seja anexada por Coimbra, parece-me que é o filho pobre de Montemor. -----

----- Não vou falar muito mais sobre isto mas, gostaria também de saber qual é o rendimento, em termos de IMI e de IRS que Pereira fornece a esta Câmara Municipal. -----

----- Gostaria também de saber, Senhor Presidente, desde que tomou posse como Presidente da Câmara, qual foi o aumento de funcionários nesta Câmara. O aumento de funcionários. Não quero ouvir a diferença entre os que se aposentaram e os que entraram, assim como também o aumento de custos, para saber como é que é. Porque para aumentos pornográficos chega-nos o da água, do IMI, que é uma das Câmaras que não fornece, nem desconta o mínimo da taxa de IMI aos seus munícipes, não desconta o mínimo de IRS naquilo que é atribuído aos municípios ou seja, é tudo para cá, os máximos e, esta situação, Senhor Presidente quando fala, que há dificuldades na população, há sim senhora. Onde é que está a ajuda da Câmara, aqui nestas situações? Não há. -----

----- Gostei muito de ouvir uma afirmação que houve aqui, aquelas trocas de galhardetes entre o Senhor Presidente e um deputado municipal, sobre quem vai à guerra, dá e leva. Gostei de ouvir isso, mas isto faz-

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

me lembrar aquele filme, parece que é o Aniki Bobó, do Manuel de Oliveira, passado na margem do Rio Douro mais propriamente em Vila Nova de Gaia, quando os putos estavam lá uns para os outros: um, dó, li, tá, quem está livre, livre está, tu és ladrão e eu sou polícia, quando andavam às escondidas para saber quem é que ia à procura dos outros. Este quem vai à guerra dá e leva, faz-me lembrar isto.” -----

-----Usou da palavra o PMAM que disse: “Obrigado pelo comentário, efetivamente o Presidente da Assembleia, tal e qual como faz com os deputados, tem a mesma atitude com o público.” -----

-----O PMAM deu a palavra ao Senhor José Monteiro que disse: “Senhor Presidente do Executivo, não assisti à sessão desde o início mas, pelo que me apercebi, o Executivo não se tem poupado em esforços para garantir o abastecimento de água, apesar das várias adversidades, está a adquirir e implementar equipamentos para aumentar eficiência. No entanto, não ouvi falar quanto à proteção das captações isto é, se próximo das captações utilizadas pela Autarquia, os particulares têm livre acesso à água? É que se esta situação não for acautelada, vamos continuar a assistir à descida dos níveis freáticos da água. Por exemplo, próximo da localização de um furo de uma captação utilizada pela Autarquia, se eu lá tiver um terreno, pode-me ser autorizado abrir lá um furo? Se isso não está a ser feito, podemos, no futuro, o nível freático descer e, onde existe água deixar de existir.” -----

-----O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Em primeiro lugar, eu vou dar as respostas que se impõem do ponto de vista político, porque aquelas mais técnicas tenho aqui as duas Chefes de Divisão que, sobre os assuntos abordados poderão dar as respostas. -----

-----Em primeiro lugar as respostas ao Senhor Hélder Adrião, também conhecido por Hélder Adrião Ferreira, é preciso e, agora pegando nas suas últimas palavras, é que no jogo do polícia e do ladrão temos que conhecer, quem é quem e, em primeiro lugar, quero-lhe dizer que este Presidente de Câmara não vai persegui-lo. Aliás, eu estou aqui a ver uma notícia do campeão das províncias de 25/09/2013, que diz assim: *“Hélder Ferreira, queixa-se de perseguição política. O chefe da primeira Repartição de Finanças de Coimbra, Hélder Adrião Ferreira, que acaba de ser constituído arguido, disse, hoje, ao “Campeão”, estar a ser vítima de “perseguição política” na qualidade de dirigente dos TSD.”* No jogo do polícia e do ladrão, temos de conhecer quem é quem e, portanto, estamos todos conhecidos. -----

-----Quero-lhe dizer claramente que a sua afirmação de que eu mandei uma Senhora de nome Benilde, averiguar o que quer que seja sobre a sua pessoa, é notoriamente falsa, absolutamente inverdadeira, sem qualquer fundamento e, portanto, eu não dei ordens à Sr.ª Benilde, que eu não sei ainda quem é, para ir averiguar o que quer que seja do Senhor Adrião Ferreira. Portanto, essa história da perseguição que lhe possam mover, eu não tenho nada a ver com isso. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

----- Quero esclarecer todos os deputados, porque isto até me envergonha, andar a perseguir o Senhor Adrião, o Senhor é uma coisa que nada me agrada e, portanto a Sr.^a Benilde, aqui só há uma, que é assistente social, que por acaso é cunhada do Eng.^o Góis promotor da tal Urbanização e isto, se calhar é a tal perseguição política que sempre se vê alvo o Senhor Dirigente dos Trabalhadores Sociais-democratas e, portanto eu não tenho nada a ver com este filme. Tire-me desse filme, por favor. As guerras com o Eng.^o Góis, com a Dr.^a Benilde, as guerras familiares e as coisas, tire-me desse filme. O Senhor Presidente da Câmara quer o Senhor tenha votado nele ou não, não quer estar misturado com essas coisas.-----

----- Segunda questão – o aumento do custo da água está explicado, é que é preciso pagar o investimento que estamos a fazer na água. Esta coisa do roubo, quando diz que é um roubo, é muito sindicalista, eu não ando a roubar ninguém. Nós estamos a ser vítimas é de roubo e, portanto, temos que angariar meios para evitar esse roubo e para poder fornecer melhor serviço aos cidadãos. Para isso é preciso dinheiro. O dinheiro comanda a vida e, portanto, é preciso dinheiro para financiar a operação. A operação da água não foi financiada ao longo dos últimos anos. Nós averiguamos que a operação da água dava um prejuízo anual de mais de um milhão de euros e, portanto este prejuízo que se vai acumulando tem que ter um fim. E teve um fim com este Executivo mal ou bem. É impopular? Certo. Agora chamar-lhe roubo, eu não ando a roubar ninguém. Essa é uma afirmação muito sindicalista que eu não gosto. O conceito de roubo é com violência, se fosse furto, era uma coisa mais simples.-----

----- Leitura por estimativa, vai ser explicada pela Chefe de Divisão. -----

----- Quanto à questão da putativa instalação dos painéis fotovoltaicos. Eu já disse aqui. Nós recebemos aqui N propostas; vieram aqui N pessoas propor isto e aquilo, foi mais uma e, eu disse a estes Senhores, o tal Eng.^o Góis que é cunhado da Benilde, há ali uma relação familiar, a questão dos painéis fotovoltaicos é uma questão muito particular e tem que saber ser analisada. Não é com aqueles movimentos que eles fazem, que fazem barulho, não é com a radioatividade, não é porque atraem muitos raios, que a coisa vai lá, porque quando um município vem aqui com uma pretensão, ela tem que ser rejeitada com fundamento e, eu não posso rejeitar com o fundamento de que aquilo aumenta a possibilidade de cair lá os raios, ou que tem radioatividade ou que faz barulho. Aqui a questão que eu coloquei a esses promotores dessa iniciativa foi que, teria que ser pacífico junto da população porque nós entendíamos que aquela urbanização, que não está completa, teria que ter uma solução para aquele espaço. Inclusivamente eu tinha sido alertado, e muito bem, pelo Senhor Presidente da Junta quanto à questão do caminho e, portanto, eu enquanto presidente de Câmara, salvaguardei-me. Agora, se esses promotores o quiserem fazer mais distante, eu já não lhe posso dizer se aquilo vai perturbar ou não a urbanização porque já fica

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

mais distante. Já é mais difícil recusar. É evidente que os Senhores habitantes de Pereira podem, no seu legítimo direito protestar. Agora o Presidente da Câmara, se vier uma pretensão e ela for legal, nada pode fazer se não a viabilizar. -----

-----A questão da limpeza, há delegações de competências, há acordos de execução e, eu sei por exemplo, que a Junta de Pereira tem feito um trabalho excelente, investiu fortemente para poder prestar um bom serviço e, portanto a Câmara continua a dar total e incondicional confiança à Junta de Freguesia de Pereira, que está a fazer o trabalho possível no exercício da delegação de competências, no âmbito dos acordos de execução. Confiança total ao Presidente da Junta e à sua equipa que está a fazer um bom trabalho. Coisa diferente são os lotes e, aqui penso que os Serviços, poderão fazer a notificação da ordem para que eles sejam limpos, porque aquilo que se trata são lotes particulares e que estão com as tais ervas de metro e, portanto é mais um problema que surge, como há aí muitos, aquilo que podem fazer os Serviços é notificar. -----

-----Quanto à questão do rendimento do IMI, não é possível discriminar a questão de Pereira, essa informação não é possível. -----

-----Relativamente ao aumento dos funcionários. Garanto-lhe que não há aumento dos funcionários da Autarquia, bem pelo contrário, o Senhor como Sindicalista, sabe tão bem como eu, que as Câmaras Municipais, no caso a Câmara de Montemor que está em desequilíbrio não pode aumentar e tem que reduzir pessoal. Eu gostava muito de ter um Engenheiro Eletromecânico em permanência na Câmara Municipal, eu gostava de ter pelo menos mais 10 operacionais nos Estaleiros para poderem ajudar na nossa tarefa. Não posso. Este Governo não permite. A Lei do Orçamento de Estado não permite e, portanto não há aumento dessa despesa. Houve aumento dessa despesa porque contrariamente ao ano passado, tivemos que pagar o subsídio de férias e, portanto é o que está aqui em causa e não há aumento porque não há aumento de funcionários. Dir-me-á temos algumas prestações de Serviços? Ridículas, de 400 € cada, que prestam um serviço determinado de fiscalização, de manutenção na área do abastecimento de água portanto, nada que provoque qualquer aumento da despesa. -----

-----Relativamente aos lotes, a Senhora Eng.ª irá explicar melhor sobre os lotes e os loteamentos que foram aprovados, não foram aprovados neste Executivo e, não é uma questão que me possa ser colocada porque eu não sei de cor os processos. -----

-----A questão do nome da Rua, também não fui eu que lhe dei o nome Mário Soares, mas já de agora, mesmo que seja um sindicalista dos trabalhadores sociais-democratas, Mário Soares, foi Presidente da República deste País e, eu nesta casa, gostaria que o Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva que é do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

PSD, foi uma pessoa distinta no PSD, merece o mesmo respeito que o Presidente Mário Soares. São Presidentes da República, foram eleitos e, portanto terá direito a Ruas. Eu posso não gostar da política que ele desenvolve mas dá direito a ter o seu nome em Ruas neste País. -----

----- Quanto às questões das escolas, está mal informado. Eu prestei esta informação numa reunião de Câmara e, posso-lhe dizer que o Jardim de Infância de Pereira recebeu de apoio a material de desgaste didático no ano letivo 2014/2015, 2.º e 3.º períodos letivos – 659,45€, foram abrangidos 60 alunos e, posso-lhe dizer que, nesta coluna dos JI, há um de 741€, que é de Meãs do Campo, há um de 670€, que é de Montemor-o-Velho, tudo o resto é 331€, 193€, 72€ e 150€, e é dos valores mais altos per capita ou seja, por aluno.-----

----- Em relação às Escolas do 1.º Ciclo, a EB1 de Pereira recebeu 2.116,63€; por aluno 19,42€. Também lhe quero dizer que aqui, à exceção do 1.º Ciclo de Montemor-o-Velho que foram 2.234,00€, os outros são: 929,78€, 232,00€, 101,00€, 85,00€, 346,00, 325,00€, 378,00€ e 148,00€. Está mal informado.-----

----- Quanto à questão da expropriação. A expropriação tem que ter como pressuposto a utilidade pública e tem que ter outro pressuposto, que não é menos demagógico que é a possibilidade de termos fundos disponíveis para pagar as expropriações. É que a utilidade pública e a expropriação é preciso pagá-la. Não é como se fez no passado, que se deixou para pagar a este Executivo. Está a perceber? Eu tomei a devida nota, se tivermos, podemos analisar essa situação e se conseguirmos priorizar esse investimento, lá poderemos ir.” -----

----- O PMAM deu a palavra à Chefe de Divisão de Ambiente e Obras Municipais, Isabel Quinteiro que disse: “Relativamente à questão suscitada pelo Senhor Hélder Adrião, eu tenho a informar que a fatura feita por estimativa é feita com base na média das duas últimas leituras reais. Ora, não sei se há algum erro com a fatura. Se houver, os Serviços estarão obviamente disponíveis para analisar e regularizar a situação, se houver lugar a tal situação mas informo também do seguinte: é que a Câmara Municipal, faz seis leituras reais em cada parte do Concelho, alternadamente, mês sim, mês não e tem a obrigatoriedade de fazer apenas duas, com um intervalo máximo de 8 meses. Por outro lado, também disponibilizamos na fatura informação sobre o site, onde se pode fazer a participação das leituras mensalmente isto, para aqueles munícipes que, obviamente, não queiram estar a pagar por estimativa portanto, podem fornecer a leitura aos Serviços e poderão não pagar, digamos assim, por estimativa. No mês seguinte, o leitor cobrador confirmará os valores que estão em consumo e portanto será feito o devido acerto, se houver lugar a tal acerto. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

-----Relativamente às questões dos lotes da Urbanização da Teodora, nós fazemos com alguma regularidade, notificações aos proprietários dos lotes, não só lá mas, por todo o Concelho, para proceder à limpeza de resíduos, de silvados. Nem sempre, infelizmente, elas são cumpridas, tomarei isso em linha de conta e, obviamente que iremos proceder a nova notificação.-----

-----Relativamente à questão colocada pelo Senhor José Monteiro, informo que quem faz o licenciamento das nossas captações e de todas as captações existentes no Concelho e ao longo do País é a Agência Portuguesa do Ambiente – ARH, no nosso caso, ARH Centro. Nós temos, neste momento em curso, um processo de licenciamento de todas as captações, onde já todas elas estão devidamente inscritas, encontramos-nos a aguardar que o processo seja concluído, inclusivamente para os furos que já estão em construção, neste momento já temos licenças de construção ou seja, já não será possível, a qualquer município construir, digamos assim, junto às captações do Município e, estamos a falar de afastamentos na ordem dos 100 metros.-----

-----Usou da palavra o PMAM que disse: “Primeiro, informo que não há intervenção do público, nem defesa da honra, nem contraditório, nem direito de resposta.-----

-----Informo também os Senhores Deputados municipais que, de facto serei mais assertivo na utilização do Regimento porquanto os munícipes e os Senhores deputados Municipais, porque são munícipes também, têm oportunidade de se dirigir quer aos Serviços, quer ao Senhor Presidente da Câmara para os processos, de facto mais específicos e mais concretos. Eu fiquei, de facto, impressionado com as suas questões nomeadamente, esta, com o número do loteamento e, também fiquei impressionado com a disponibilidade do Senhor Presidente da Câmara em dar as respostas hoje na Assembleia.”-----

-----O PMAM deu a palavra à Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Territorial, Graça Pinto que disse: “A questão referente ao loteamento e as questões técnicas que foram aqui enunciadas.-----

-----Este loteamento é um processo que data do ano de 1998, tem um alvará emitido no ano 2001 e, como todos os processos mais antigos enfim, têm as suas deficiências porque, efetivamente hoje o rigor é muito maior na apreciação, na emissão dos títulos e, portanto dito isto eu diria o seguinte:-----

-----A questão que tem a ver com o loteamento e com a área que foi efetivamente loteada. A área referida pelo Senhor que apresentou a exposição não é área objeto de loteamento, é área excedente de loteamento que ficou na posse privada do loteador/a e, portanto o loteador tem todo o direito de fazer dela o que bem entender. Não foi integrada no domínio público, como já expliquei portanto, é área não integrada no loteamento, é área sobrance desta operação urbanística portanto, é área privada, é área da firma que loteou e, portanto a Câmara Municipal poderá eventualmente fazer alguma expropriação, se

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

justificada a necessidade e a utilidade pública para tal mas, eu alerto para o facto de ser uma área sobre a qual incide a condicionante reserva ecológica e reserva agrícola e, mesmo para a Câmara Municipal intervir executando infraestruturas, precisará também das autorizações necessárias.-----

----- Relativamente à referência que fez de propor ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia que estabeleça um perímetro de 750 metros para instalar painéis solares, tenho a informar que o regime de ocupação do solo não é ao belo prazer ou à ideia de cada munícipe. As questões relativas à ocupação, uso e transformação do território são matéria dos instrumentos de gestão de território e de legislação complementar aplicável, não é só porque se entende e porque nós queremos e porque a Câmara quer, que se estabelece uma norma de não implantar instalações desta natureza num perímetro de 750 metros dos perímetros urbanos. Não é assim e tem que ser atendido, como é óbvio à legislação que regulamenta estas matérias e, eu confesso que desconheço, em termos de legislação, a possibilidade de estabelecer perímetros desta natureza. -----

----- Instalações desta natureza são regulamentadas pelo PDM e, portanto, a não ser que haja outra legislação, que eu desconheço, como lhe disse, que se possa aplicar, não se poderá restringir, de ânimo leve este tipo de instalações.”-----

----- Pediu a palavra o PCM que disse: “Só em complemento, a legislação que tutela a carta da REN e da RAN estabelece exceções para a implantação destes painéis fotovoltaicos. Atenção a este pormenor, porque a própria legislação estabelece exceções.-----

----- Quando eu disse à pessoa que nos contactou que eu não gostaria de ter oposição por parte dos habitantes da Urbanização eu sabia aquilo que estava a dizer, porque sou jurista. Porque quem autoriza essa exceção não é a Câmara Municipal. A Câmara Municipal só dá um parecer e o parecer, caso se viesse a concretizar a pretensão inicial, de vir instalar junto à Urbanização e, tivesse oposição das pessoas, seria negativo por parte da Câmara Municipal com base nesse argumento.-----

----- Atualmente, quem vai utilizar não é a Câmara Municipal. Se esta implantação se distanciar do argumento inicial, que nós teríamos para poder fazer alguma coisa, deixa de existir.”-----

----- O PMAM solicitou à Assembleia que as deliberações fossem aprovadas em minuta, o que foi aprovado por unanimidade. -----

----- Disse ainda que: “Lembrar apenas, porque me ocorreu hoje que toda a gente está mais suscetível do que é natural. Efetivamente, eu citei Adolfo Rocha na minha tomada de posse e volto a relembrar essa citação e gostaria que, efetivamente, esse médico otorrino, mais conhecido por Miguel Torga, que um dia me disse que me preocupasse menos comigo e mais com aquilo que fazia, evidentemente, julgo que isso

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, junho, 26

nos ajudará a sermos mais desprendidos e levarmos melhor em conta as nossas opiniões e não propriamente se a questão é do A, do B ou do C, porque efetivamente, o que nos importa aqui é o Município e os seus munícipes.-----

-----Nessa circunstância, eu não tenho necessidade nenhuma de me assumir e, isto não é nenhuma questão, Luís Madaleno, como gandarês. Eu sou gandarês, não me assumo, eu sou! Porque o gandarês é aquele que transformou a areia em terra produtiva; é aquele que é capaz do nada fazer tudo. Portanto, Luís, nós somos gandarases, não temos que nos assumir. Somos!-----

-----Finalmente e, com mais um pouco de ironia, como eu já disse, todos os Presidentes de Câmara, todos os Primeiros-ministros, todos os Governantes, são católicos, nunca dizem mal do próximo, dizem sempre do anterior.”-----

-----Após esta intervenção o PMAM deu por encerrada a Sessão às 19h15, e para constar se lavrou a presente ata que após lida e aprovada vai ser devidamente assinada. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Fernando Jorge dos Ramos

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

Carlos Lucas Correia

O SEGUNDO SECRETÁRIO,

Olga Susana Miranda da Silva